

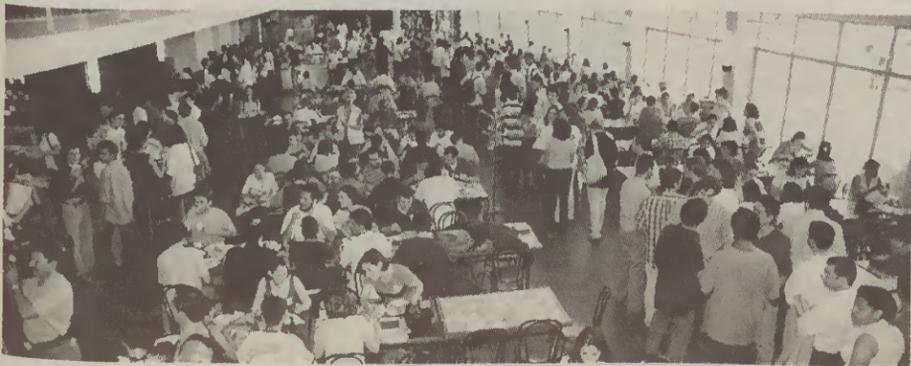
Em defesa dos postos de trabalho

Vidreiros persistem na luta

Depois da violência policial a que foram sujeitos na semana passada, os trabalhadores da Mandata e da Mortensen, com outros vidreiros da Marinha Grande, manifestaram-se anteontem em Lisboa. Em defesa dos postos de trabalho estão igualmente em luta os trabalhadores da Molin, da Norporte, da Indep. O aniversário da CGTP-IN foi marcado pela resposta à ofensiva do patronato, que veio juntar a sua «nova ambição» às «50 medidas» do Governo. As lutas convergem para a jornada nacional de 7 de Novembro. **Págs. 18, 19 e 32**

Universidades em processo de falência

Vasco Cardoso, o único representante dos estudantes do ensino superior no Conselho Nacional de Educação, fala ao *Avante!* sobre os cortes orçamentais previstos e alerta para as consequências práticas na vida das universidades. **Centrais**



O mundo em suspenso à espera do ataque

A estratégia dos EUA está a dar resultado. O ataque, seja ao que for, está iminente. Na teia da alegada luta contra o terrorismo arriscam-se, no entanto, a ficar presos muitos dos que, na pressa de se juntarem a quem clama por vingança, ainda não perceberam que poderão ser as próximas vítimas. **Págs. 5, 6 e 7**



Governo cede a chantagem

Impasse na reforma fiscal

O PCP responsabilizou o Governo pelo impasse em que se mantém a reforma fiscal. Agostinho Lopes acusou o Executivo de se «agachar aos interesses da oligarquia financeira».

Pág. 21

Projecto do PCP

Erradicar «paraísos»

O PCP entregou na Assembleia da República um projecto de resolução recomendando ao Governo que tome iniciativas para que sejam revogados os benefícios fiscais concedidos às zonas francas.

Pág. 21

Congresso do Alentejo

Participação e desenvolvimento

Mais de 500 congressistas participaram, em Monforte, no XII Congresso sobre o Alentejo, convocado sob o lema «25 anos de Poder Local democrático no Alentejo».

Págs. 23, 24 e 25

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira.
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 44,90 euros
25 números:	4 600\$00 23,00 euros
EUROPA	50 números: 23 000\$00 114,75 euros
EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000\$00 164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Sindicato dos maquinistas e administração da CP discutem greve

Resumo

26 Quarta-feira

O PCP apresenta no Parlamento uma lista de medidas destinadas a pôr fim à existência das zonas francas • Dezenas de vidreiros ocupam as instalações dos correios da Marinha Grande e fecham a Avenida Vítor Gallo exigindo do Governo medidas para ultrapassar as dificuldades financeiras das empresas • O Presidente da República reúne o Conselho de Estado para debater o papel de Portugal no combate ao terrorismo e analisar a situação internacional • O governo paquistanês impede a missão portuguesa da AMI de viajar para o país, onde pretende auxiliar os refugiados afegãos que aí se encontram • Os chefes dos estados-maiores da Comunidade de Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas) acordam intensificar a sua luta comum contra o terrorismo.

27 Quinta-feira

O Parlamento debate o diploma apresentado pelo PCP que define a reestruturação fundiária do perímetro de rega do Alqueva. O projecto foi rejeitado com os votos contra do PS, PSD e do PP • A Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos acusa o ministro da Saúde de não conhecer os hospitais e de ser o último a saber se as horas extraordinárias para médicos e enfermeiros se justificam ou não • Três palestinianos morrem e 31 ficam feridos numa incursão militar israelita na zona autónoma de Rafah, sul da Faixa de Gaza • A facção radical dos separatistas tchecos afirma manter relações diplomáticas com a milícia dos talibã, no poder em Cabul.

28 Sexta-feira

Os trabalhadores das empresas Mandata e Mortensen reúnem-se em plenário na Marinha Grande • O Presidente da República recebe os partidos políticos numa ronda de audiências destinadas a analisar as consequências para Portugal do agravamento da situação internacional • O Partido Ecologista «Os Verdes» defende que Portugal deve patrocinar uma via multilateral de resolução da actual situação internacional no quadro das Nações Unidas • O Paquistão pede ajuda à comunidade internacional para fazer face ao «cenário desastroso» de um fluxo massivo de refugiados afegãos.

29 Sábado

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, afirma em Monforte que a política governamental para as regiões do interior se resume a «declarações programáticas», sem efeitos práticos

no combate à desertificação • As estruturas sindicais da administração pública rejeitam a hipótese de despedimento de 150 mil trabalhadores do sector • Milhares de manifestantes antiguerra marcham em Washington «pela paz» • Mohammad Omar, chefe supremo dos talibã, ordena às forças armadas que coloquem o seu quartel-general em Khowst, na região leste do país, perto da fronteira paquistanesa.

30 Domingo

Carlos Carvalhas afirma em Lagos que o PCP «não está de acordo em que, perante a crise que se avizinha, a factura, mais uma vez, seja dirigida aos trabalhadores, aos pequenos e médios empresários e aos reformados» • Representantes do ANC da África do Sul, da autoridade palestina e do Batasuna, a ala política dos separatistas bascos da ETA, condenam os atentados de 11 de Setembro contra os Estados Unidos • O líder espiritual dos talibã, Mullah Mohammad Omar, avisa o antigo rei do país que não pense em regressar ao Afeganistão com o apoio dos EUA • Milhares de pessoas manifestam-se por toda a Europa contra as eventuais retaliações militares norte-americanas.

1 Segunda-feira

A administração da CP discute a greve de onze dias convocada pelo sindicato dos maquinistas • O primeiro «comboio» de ajuda alimentar das Nações Unidas chega a Cabul • Andrés Pastana, presidente da Colômbia, anuncia uma revisão «profunda» do processo de paz com a guerrilha colombiana • O Uzbequistão autoriza aviões dos Estados Unidos a utilizarem o espaço aéreo do país no âmbito de operações militares no Afeganistão • Começa a dupla afixação de preços em escudos e euros, uma medida que irá ser verificada pela Inspeção Geral das Actividades Económicas até 28 de Fevereiro.

2 Terça-feira

Centena e meia de vidreiros da Marinha Grande concentram-se à porta da residência oficial do primeiro-ministro para exigir uma solução que evite o fecho das vidreiras Mortensen e Mandata • Os maquinistas da CP iniciam uma greve de 11 dias ao trabalho extraordinário • Chega a Douchanbé, capital do Tadjiquistão, o primeiro avião russo de ajuda humanitária para os refugiados afegãos • A Índia pede apoio aos Estados Unidos para combater os separatistas de Caxemira • As políticas europeias de imigração e de asilo são debatidas, em Estrasburgo, na sessão plenária do Parlamento Europeu.

Aconteceu

Afixação de preços em euros

A dupla afixação de preços, com valores expressos em euros em maior destaque, entrou em vigor segunda-feira, constituindo mais um passo na caminhada para a adesão à nova moeda europeia.

A obrigatoriedade da afixação nas duas moedas apenas se aplica aos estabelecimentos com mais de nove empregados. O Governo irá supervisionar esta fase da introdução do euro através da Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE), que irá fiscalizar os comerciantes e verificar se não são cometidos abusos nos arredondamentos resultantes das conversões.

O Executivo apelou aos comerciantes para que não aumentem os preços por forma a não dificultar a transição para o euro e para evitar a subida da inflação.

A afixação dos preços nas duas moedas deverá prolongar-se até ao final de Fevereiro do próximo ano.



Professores para Timor

Cerca de 140 professores que lecionam a disciplina de «língua portuguesa» partiram na passada semana para Timor-Leste, anunciou o Ministério da Educação.

Dos professores escolhidos, 120 já estiveram no território timorense no ano lectivo passado e este ano continuarão a actuar nas áreas da formação de funcionários públicos, de jovens candidatos ao ensino universitário e da população em geral.

O objectivo deste projecto nas escolas é possibilitar uma formação intensa a professores timorenses do ensino primário e secundário de modo a introduzir o português como língua curricular de ensino nas 1.ª e 2.ª classes e do 7.º ao 12.º anos.

Os restantes professores deverão reforçar as tarefas dos colegas, com excepção de um pequeno grupo formado por oito docentes cuja a missão é, para além do ensino da língua portuguesa a jovens timorenses, o desenvolvimento de actividades que permitam assegurar a coordenação permanente de uma equipa de professores portugueses no território e fazer o enquadramento pedagógico de todas as acções.

Os restantes professores deverão reforçar as tarefas dos colegas, com excepção de um pequeno grupo formado por oito docentes cuja a missão é, para além do ensino da língua portuguesa a jovens timorenses, o desenvolvimento de actividades que permitam assegurar a coordenação permanente de uma equipa de professores portugueses no território e fazer o enquadramento pedagógico de todas as acções.

Escravidão em Versailles

Um casal francês, acusado de ter feito trabalhar durante mais de dois anos, em sua casa, uma jovem de Madagáscar, em condições próximas da escravatura, foi

condenado pelo tribunal de Versailles a uma pena de prisão e multa. Jean-Yves Gori, 42 anos, engenheiro, e a sua mulher, Sylviana Rakotomavo, 38 anos,



Novo código da estrada

O novo Código da Estrada entrou em vigor segunda-feira. Sanções mais duras e a redução da taxa de alcoolémia constituem as principais alterações nas regras de conduzir.

Ao contrário da anterior legisla-

ção, que definia como máximo legal que taxa de alcoolémia igual ou superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue, a nova lei estabelece como máximo os valores superiores a 0,2 gramas por litro.

A medição da velocidade média entre os pontos de um percurso e a ligação informática entre os centros de Inspeção Periódica Obrigatória e a Direcção-Geral de Viação, são outras alterações à lei que os condutores com multas e atrasos

possam fazer a inspecção dos veículos ou a renovação da licença de condução.

Os automobilistas com coimas em atraso terão de pagar no local da ocorrência. Quando tal não for possível, terão de prestar uma caução.

A nova legislação define ainda o rastreio de uso de drogas nos casos em que os condutores aparentem comportamentos que indiciem consumo e bloqueamento das viaturas indevidamente estacionadas.

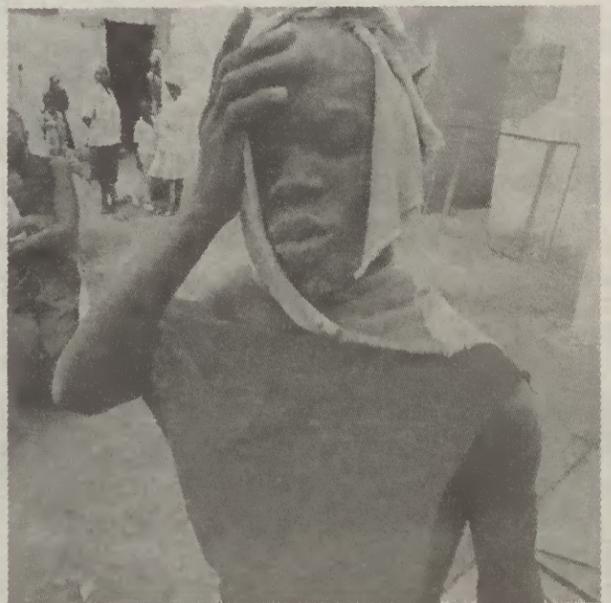
Calamidade no Ruanda

As autoridades do Ruanda revelaram na passada semana que pelo menos 150 pessoas contraem o vírus da Sida diariamente. A informação consta de um relatório divulgado pelo Programa Nacional ruandês de Luta Contra a Sida.

A Sida, segunda causa da mortalidade depois do paludismo, ameaça avançar para o primeiro lugar, segundo o

relatório, que sublinha que no centro hospitalar de Kigali, 80 por cento das mortes são uma consequência dessa doença.

O documento indica ainda que, em media, 60 por cento das camas dos hospitais do Ruanda estão ocupados por doentes com Sida, sendo que a esperança de vida está estimada em 49 anos.



foram condenados cada um a uma pena de seis meses de prisão e multa de 900 contos. Os condenados foram acusados de «ajuda a permanência ilegal, emprego e aloja-

mento contrários à dignidade humana» e «trabalho e salário contrário à dignidade humana».

O tribunal considerou «incontestável» que a jovem Menja, na altura com 19 anos, «sofreu durante um período considerável», pois trabalhava sem usufruir um salário compatível e vivia em condições de alojamento miseráveis.

Crónica

Internacional

• Manuela Bernardino

Não à guerra!

A reacção da Administração Bush aos criminosos actos terroristas de 11 de Setembro, que o PCP prontamente condenou, tem revelado a extraordinária arrogância de grande potência dos EUA, bem evidenciada em muitas expressões do discurso de Bush e na afirmação «quem não está connosco está com o terrorismo». Se é certo que a condenação praticamente unânime e universal do terrorismo, e a solidariedade com as famílias das vítimas e o povo norte-americano que os atentados suscitaram, não pode ser interpretada como apoio à política agressiva do imperialismo norte-americano, não é menos certo que os EUA estão a aproveitar a «oportunidade» para ultrapassar o seu crescente isolamento na arena internacional, para justificar a crise económica que agora se acentuará, e para relançar orientações e linhas de acção que visam assegurar a sua hegemonia no plano mundial.

Enquanto mantém o mundo suspenso quanto a operações militares no Afeganistão, estimulam o pânico sobre novos tipos de acções terroristas, procurando assim criar um clima favorável às suas acções de «retaliação». No quadro de nítidas clivagens entre os falções da guerra e os que apelam à «moderação», vão avançando, para a região, com um dispositivo militar inusitado, capaz de ser utilizado no momento que considerem mais adequado, de acordo com os múltiplos objectivos que os EUA prosseguem. Só assim se compreende que anunciem uma «guerra prolongada», «com muitas baixas» e baseada em «alianças variáveis». Só assim se explica a participação na reunião da NATO com

EUA estão a aproveitar a «oportunidade»

uma figura de segundo plano, bem como as surpreendentes alterações de posição face à ONU, com o pagamento da dívida acumulada de muitos anos e a nomeação, com meses de atraso, dum novo embaixador, John Negroponte, que, como representante dos EUA nas Honduras, se destacou pelas suas famigeradas acções contra a Nicarágua sandinista e os revolucionários salvadorenhos. Para além do anunciado propósito de capturar Bin Laden e destruir as suas bases, estão, por certo, na mira o petróleo do mar Cáspio, o gás natural das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, o ópio do Afeganistão. E uma perigosa aproximação às fronteiras com a China que a administração Bush já qualificou de «adversário estratégico».

Avançou, entretanto, a componente policial-securitária do combate ao terrorismo, em perigosa rota de colisão com direitos, liberdades e garantias democráticas. Suportada em forte campanha ideológica - que atingiu o pátamar de qualificar os acontecimentos de Nova Iorque e Washington como «conflito civilizacional» e de apontar para uma «cruzada» anti-islâmica - a dicotomia segurança/liberdades é elemento essencial de confusão, para tudo permitir. Reforçam-se serviços secretos, são aprovadas na U.E. medidas que possibilitam actuações de vigilância e repressivas como as

que se vinham desenhando no combate às mobilizações «antiglobalização», tudo isto à margem da consideração das causas reais do terrorismo. Associado ao crime organizado, a poderosos interesses económicos, como o narcotráfico, o comércio de armas, a prostituição e a tantos outros fenómenos que assentam na mais profunda injustiça, exploração e opressão e que atiram enormes massas humanas para a marginalidade, a ignorância e o desespero. É este caldo de cultura que gera a «carne

para canhão» utilizada por aqueles que se movimentam na base dos paraísos fiscais, criados pelo próprio sistema, e que agora, hipocritamente, foram «descobertos». Pronunciando-nos, há muito, contra os paraísos fiscais e o branqueamento de capitais, consideramos simultaneamente que para pôr fim ao terrorismo é fundamental uma «ordem económica» mais justa, que obviamente não se atingirá através de soluções de força preconizadas pelos EUA.

Foi neste sentido que se manifestaram milhares e milhares de pessoas, no último fim-de-semana, denunciando o desastre humanitário afegão criado pela ameaça da guerra. Em Washington e Nova Iorque, na Alemanha, Austrália, Grécia, Itália e em outros países, muitos foram os que gritaram NÃO À GUERRA.

Travar a histeria securitária e belicista e a corrida aos armamentos, garantir a paz, é uma exigência inadiável.

Editorial

IMINÊNCIAS
E URGÊNCIAS

Já o dissemos aqui - a situação de ameaça de guerra a nível mundial, que se vive a partir dos ataques terroristas de 11 de Setembro, não apenas iria servir a muitos para esconder desenvolvimentos anteriores de uma crise económica, social e política que já dava sinais de si. Seria aproveitada para, à boleia de medidas tomadas e a tomar para combater o terrorismo, serem tomadas outras que dificilmente passariam, a não ser sob o pretexto de iminências e de emergências. Recordamos, no plano económico e social, as pressas nos despedimentos em massa em companhias de aviação e turismo nos Estados Unidos. A nível político, no mundo «ocidental», os avanços efectuados já no domínio do cerceamento de liberdades e direitos cívicos sob a capa de necessidades de um reforço da segurança. E a preparação, a todo o vapor, de mecanismos de controlo do poder, nomeadamente na Europa, com vista à constituição de um exército europeu e à construção de um aparelho de segurança integrado. E, enquanto se alardeia o combate aos paraísos fiscais - tão necessários à globalização capitalista que o próprio sistema os criou e acarinha - outras medidas são tomadas para fazer face a uma recessão que se encontrava na calha.

“Há outras urgências que é necessário afirmar”

Basta lembrar que, em pouco mais de uma semana, as taxas de juro, nos Estados Unidos, já baixaram por duas vezes.

A iminência de um ataque militar, anunciado há já três semanas, vem sendo diferido por múltiplas razões. Entre elas, as contradições no seio da administração americana e no conjunto dos aliados na NATO; as dificuldades em tornar credível à opinião pública a necessidade de uma resposta bélica à questão do terrorismo; a problemática «identificação do inimigo», cujas provas, só agora entregues, se mantêm no segredo dos «deuses» do Ocidente e a surda oposição a uma escalada de guerra por parte de alguns estados, disfarçada de titubeante apoio. Essa iminência de ataque, que alguns meios de comunicação (e propaganda) agitam metodicamente, serve que nem uma luva aos interesses dos que, à frente dos governos, pretendem escamotear problemas reais no domínio económico, social e político. Tais problemas, porém, não se compadecem com as iminências. É urgente resolvê-los.

Sem menosprezar o peso da crise aberta pelos ataques terroristas e pelos perigos que ela comporta, sem arredar a necessidade do combate ao terrorismo, da identificação e punição dos culpados pelos crimes praticados e da solidariedade a prestar às vítimas, diremos que há outras urgências que é necessário afirmar. Em Portugal, Guterres e o seu Governo têm-se servido da crise para silenciar problemas. Ou para os

enfiar para debaixo do tapete destas iminências. A já prevista falência da *Swissair*, que cancelou os voos com o pretexto das dificuldades acrescidas pela crise, deixando de mãos vazias a TAP, sem possibilidade de cobrar os milhões que a companhia suíça lhe deve, não deve esconder, por exemplo, o mau negócio assinado por Jorge Coelho quando se encontrava à frente da tutela, nem os avisos e denúncias feitos pelo PCP, nem os perigos, já aflorados, de não virem a ser pagos salários aos trabalhadores.

Mas há mais dados, reveladores da falta de vontade política do Governo em resolver os problemas nacionais. A postura do Executivo, no que toca ao serviço dos interesses do capital e do grande patronato, mantém-se de pedra e cal. O Governo, que foi acusado pelo PCP de se «agachar aos interesses da oligarquia financeira», não tendo ainda procedido à regulamentação da lei de reforma fiscal aprovada há já um ano, mostra quanto o PS, apesar das declarações, não se encontra vocacionado para realizar uma política que vá contra tais interesses. Veremos como se vai portar quanto ao projecto de resolução apresentado pelo PCP que recomenda ao Governo medidas, no plano internacional, para que sejam revogados os benefícios fiscais concedidos às instituições *off-shore*, os chamados «paraísos fiscais», aparentemente na mira dos que dizem combater a lavagem de dinheiro.

As empresas continuam a encerrar e cresce o número de trabalhadores ameaçados de desemprego. São situações que dificilmente furam a barreira de silêncio que a iminência de guerra agravou. A Confélis, com uma acção de falência, não paga aos trabalhadores, que viram os seus contratos suspensos. Na Norporte, onde os 500 trabalhadores resistem há dois anos na luta pela defesa dos postos de trabalho, a falência já foi decretada, apesar das promessas do PS e do Governo que haviam garantido apoio de fundos estruturais. Na Marinha Grande, os trabalhadores da Mortensen e da Mandata, cerca de 400 no total, têm os salários em atraso, e a resposta aos protestos foi, como se sabe, a repressão policial.

Os trabalhadores, porém, estão decididos a lutar pelos seus direitos - pelo direito ao trabalho, a salários mais justos e a aumentos que reponham o poder de compra já gravemente atingido. Exemplo disso são as manifestações e os protestos. E também as tomadas de posição exigindo aumentos dignos. A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, que recentemente denunciou a «gula do grande patronato de subordinação do poder político ao poder económico», consubstanciada nas «reivindicações» de Ludgero Marques, cuja «ambição» passa pela «moderação salarial», pela «flexibilidade de horários» e pelo «despedimento de 150 mil funcionários públicos», aprovou, em cimeira, a exigência de um aumento salarial de 6 por cento, entre outras reivindicações.

Neste quadro de reivindicações, ainda mais sentido faz a campanha das 100 mil assinaturas lançada pelo PCP, por salários mais justos e mais qualidade de vida, cujo bom acolhimento junto dos trabalhadores portugueses, diz bem do espírito de luta que os anima.

É que, além de iminências, também há urgências.

Actual Uma velha obsessão

• Vítor Dias

A quietem-se os inquietos, acalmem-se os nervosos, sosseguem os agitados, animem-se os desesperados, alegrem-se os tristes e exultem os deprimidos: segundo lemos no «Expresso», em notícia com título a sete colunas, a Associação Empresarial de Portugal, presidida por Lúgero Marques, apresenta, no dia 12, um documento programático tocadamente baptizado de «Uma nova ambição para Portugal».

O «Expresso» teve a amabilidade de nos antecipar as linhas mestras deste «programa». E assim ficámos a saber que o documento reclama o despedimento de 150 mil trabalhadores da função pública, quer a escola com «gestão empresarial», apela à «moderação salarial», à «flexibilização da lei laboral», à «contenção da despesa pública» e à «redução da carga fiscal» (calcula-se que sobre as empresas).



E ficámos também a saber que, como grande linha para vencer a batalha da competitividade, o presidente da AEP propõe que Portugal tire «vantagem de uma mão-de-obra mais barata».

Feita a apresentação da coisa, é a hora de dizer que a iniciativa é idêntica

à que a antecessora da AEP (a Associação Industrial Portuense) lançou em Junho de 1995 e que as propostas são mais velhas na boca do grande patronato

do que a Sé de Braga. E, por isso, é caso para falar não de uma nova ambição para Portugal mas de um velha obsessão do grande capital.

Tal como aconteceu em 1995 em que a AIP publicitou largamente a colaboração de vários especialistas das áreas do CDS, do PSD e do PS (Daniel Bessa era um deles), também agora é anunciado que este «progra-

ma» foi coordenado por uma equipa de 13 elementos (na AEP não são supersticiosos) onde «pontificam», é a linguagem do «Expresso», António Borges (é o fugaz D. Sebastião que aqui há tempos inventaram para o PSD), Joaquim Aguiar e António Barreto, cujo trabalho, calculamos, terá sido devidamente remunerado.

Mas é precisamente aqui que queremos demonstrar que não somos de amálgamas precipitadas. É que se com A. Borges e J. Aguiar não é de estranhar que aquela seja a sua dama, não queríamos meter António Barreto no mesmo saco. E damos connosco a imaginar que ele dirá que fez o trabalho para que o contrataram e não tem nada que ver com o resto.

Talvez seja assim, mas como o seu nome e foto são usados para dar consistência intelectual a um programa deste reaccionário calibre, ficávamos mais reconfortados se soubéssemos que António Barreto, em vez de ser um dos «inocentes úteis» que ele outrora fustigava, antes se fazia pagar não só pelo trabalho intelectual apresentado como também pelo serviço político prestado.

«Corta-fitas»

• Leandro Martins

Ainda há poucos dias o homem assegurava: «Se me candidatar, ganho.» Fazia mesmo tenções de ir a votos e manifestava a esperança de que o seu opositor de maior peso desistisse da corrida antes de ser dado o tiro de partida. O opositor era nada mais nada menos que um seu companheiro de partido – eles chamam-se camaradas à vista mediática das gentes – e dá pelo nome de Fernando Gomes. Como o leitor adivinha, o «herói» desta história chama-se Nuno Cardoso.

Uma semana depois, Nuno Cardoso – segundo nesta prosa e segundo ainda na presidência da Câmara do Porto neste mandato – desistia. Amargamente, azedamente o fez, vertendo sobre o primeiro Fernando o fel das suas desilusões.

Contemos a história que toda a gente sabe: puxado por Guterres para o Governo, Fernando Gomes deixou a Câmara ao seu segundo; a prestação de Gomes no Executivo valeu-lhe o repúdio generalizado – do País, dos meios de comunicação, das oposições e... dos seus próprios pares; despedido, Gomes optou por não voltar à autarquia e ficar a apanhar bonés enquanto não vinham aí outras eleições; o anúncio da sua recandidatura à Câmara do Porto causou engulhos a muita gente no Partido Socialista, mas sobretudo ao inefável Nuno Cardoso que ameaçou ir a votos. Gostaria de se apresentar com o apoio do PS mas, se tal não se

verificasse, ameaçava concorrer na nova modalidade em que uma das «vertentes» socialistas se vem apresentando: como independente. «Ou vai ele, ou vou eu, ou vamos os dois», declarou Cardoso. O homem precisava de prosseguir na obra, dir-se-ia. Afinal...

Afinal, ele pretendia candidatar-se a... «corta-fitas». Só uma semana depois deu conta disso. E recusou-se liminarmente a tal papel. Disse, com a amargura a suar-lhe na voz, que «corta-fitas» é a tarefa do próximo presidente (Gomes, e não ele). Que a obra (dele e não de Gomes) está feita, os próximos anos são para inaugurações. Que isto dos partidos é uma cambada de mafiosos. Que...

Compreendamos-lhe o azedume e o desgosto. Mas não é de perdoar, a qualquer um que haja sido eleito para servir o interesse público esta «visão» que ele nos mostra. Afinal não foi a autarquia, mas ele, Cardoso, a fazer a obra; qualquer outro que não ele, Cardoso, serve apenas para cortar as fitas da obra feita; qualquer militante de um partido, que não ele, Cardoso, é cúmplice de mafiosos interesses. Ele parece não saber muito de si e diz saber muito dos outros. Que a sabedoria lhe faça bom proveito.



Memória curta

• Anabela Fino

O presidente norte-americano George W. Bush anunciou ontem ao mundo que os EUA sempre apoiaram a criação de um Estado palestino. Com a desfaçatez que caracteriza os principais responsáveis da maior potência mundial, o inquilino da Casa Branca garantiu que «faz parte da nossa visão sobre o Médio Oriente, como aconteceu com administrações anteriores, a existência de um Estado palestino logo que a segurança israelita seja reconhecida, garantida e aceite por todas as partes».

No actual contexto internacional o anúncio é sem dúvida importante. Reagindo de imediato, o presidente palestino, Yasser Arafat, congratulou-se com as palavras de Bush, sublinhando que a realização de tal objectivo levará à paz e à estabilidade no Médio Oriente. A questão que se coloca não é pois a do eventual alcance da tomada de posição norte-americana, mas o cinismo que

encerra a afirmação de que sempre foi essa a posição da Casa Branca, bem como a negação, feita por Colin Powell, de que esta posição nada tem a ver com as dificuldades que Washington enfrenta para conseguir o apoio do maior número possível de países árabes para a sua «cruzada antiterrorista».

A memória às vezes é curta, é verdade, mas não é menos verdade que, frequente e deliberadamente, há quem insista em tentar apagar da memória colectiva o que não interessa que se recorde. É este o caso. Durante mais de meio século, o tempo que passou desde que as Nações Unidas aprovaram a criação do Estado da Palestina, os EUA sempre estiveram com Israel inviabilizando uma solução pacífica para o Médio Oriente, vetando no Conselho de Segurança todas as condenações a Telavive, financiando e armando os algozes do povo palestino.

A verdade é que sempre os EUA se

opuseram à tomada de medidas eficazes que forçassem Israel a cumprir e respeitar não só as decisões das Nações Unidas como os próprios compromissos que assumiram para com os palestinianos.

A verdade é que, tal como sucedeu na guerra do Golfo, quando a tragédia do povo curdo e as suas legítimas aspirações à autodeterminação foram usadas para arregimentar forças contra o Iraque, sobejam motivos para desconfiar da súbita boa vontade de Washington em relação aos palestinianos.

Os curdos continuam sem pátria e sem direitos. Na Palestina, e apesar do cessar-fogo em vigor, ontem foi mais um dia de guerra, com os tanques e helicópteros israelitas a bombardear a Faixa de Gaza. Talvez fosse a isto que Colin Powell se referia quando afirmou aos jornalistas que «não há nada de novo» na posição norte-americana sobre o Médio Oriente.

Frases

“Perante as certezas que, de repente, ocuparam o espaço público, a minha maior dúvida é se a violência inaudita deste ataque terrorista [nos EUA] não levará o actual sistema político internacional, já de si tão fragilizado pela globalização, a perder de vista aquele valor supremo [da capacidade autocrítica da chamada civilização ocidental]?”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 28.09.01)

“Medeiros Ferreira regozija-se com o facto de não se gerarem nos EUA movimentos de opinião pública tendentes a soluções políticas autoritárias. É, receio, um grave erro de focagem: a pulsão autoritária é bem clara. Só que não se expressa à escala interna, não busca autoritarismo de um ditador para governar um país – visa a ditadura de um país para governar o mundo.”

(Ruben de Carvalho, idem)

“Também o movimento operário ocidental nasceu de uma humilhação e de uma exploração que duvido tenham sido menores do que as do Terceiro Mundo: releia-se o livro de Engels de 1844 sobre a situação da classe operária inglesa. Mas, porque era uma cultura da vida e da racionalidade, o movimento operário, socialista e comunista, opôs-se sempre ao terrorismo. Isso foi mesmo um seu ponto de honra.”

(Fernando Gil, idem)

“Vencer o terrorismo exige eliminar as causas em que floresce e destruir os instrumentos de que se serve. Esse, sim, será o combate pela razão.”

(Octávio Teixeira, Diário Económico, 1.10.01)

“Para mim, há uma coisa que é certa: combater o terrorismo islâmico da mesma forma que o Estado espanhol combateu a ETA ao criar os GAL, um grupo de mercenários contratados para matar etarras, não leva a lado nenhum. A ETA acabou? Ficou enfraquecida?”

(Eduardo Dâmaso, Público, 29.09.01)

“Depois do primeiro ímpeto guerreiro, sonhando napalm e destruição maciça, cedo se percebeu que esta guerra nunca será ganha com táticas militares e só terá futuro e conclusão com métodos policiais.”

(Francisco Moita Flores, Diário de Notícias, 01.10.01)

“A mecânica subentendida no modo de encarar a nossa vida colectiva é a de um relógio sem alma nem relojoeiro, cujo rigor seria apenas o de um pequeno conjunto de peças bem encaixadas – o mundo dos espaços ricos do planeta, constituído pelas três geografias económicas lideradas pela União Europeia, pelos Estados Unidos da América e pelo Japão (a tríade).”

(José Reis, Público, 30.09.01)

“Ora, quer os relógios quer o mundo dependem de bem mais do que isso para terem certo e o mundo não encolheu lá porque a tríade, que faz entre si do comércio mundial, só tem olhado para o seu umbigo.”

(idem, ibidem)

“Rodeado pela polícia [Álvaro Órfão, presidente da Câmara PS de Marinha Grande] chamou-lhes “cobardes” [aos trabalhadores vidreiros que se manifestavam frente aos Paços do Concelho]”

(Diário de Notícias, 28.09.01)



**NÃO
à guerra**

O mundo em suspenso À espera do ataque

A estratégia da aranha que os EUA desenvolveram para levar a cabo a operação «Liberdade Duradoura» está a dar resultado. O ataque, seja ao que for, está iminente. Na teia da alegada luta contra o terrorismo arriscam no entanto ficar presos muitos dos que, na pressa de se juntar a quem clama por vingança, ainda não perceberam que poderão ser as próximas vítimas.

No início da semana a ONU deu a palavra ao *mayor* de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, que aproveitou a tribuna daquele fórum internacional para resumir de forma lapidária a posição norte-americana na complexa situação que se vive a nível mundial: «Já não há lugar para a neutralidade (...) Nós temos razão e eles estão errados.»

Não é necessário grande esforço para antever que o debate de cinco dias promovido pelas Nações Unidas sobre as formas de tornar mais efectivas a luta contra o terrorismo terminará amanhã com um resultado viciado. É verdade que, no sábado, a Assembleia Geral aprovou por unanimidade a Resolução 1373, proposta pelos EUA, cujo texto vincula os 189 países membros a congelar os meios de financiamento a organizações terroristas, bem como a recusar apoio político, diplomático ou logístico a grupos suspeitos, e a acelerar a troca de informações. Mas também é verdade que se entende por «terrorismo», sobejando motivos para temer que a resolução acabe por englobar, ao sabor dos interesses norte-americanos, legítimas lutas populares e movimentos de libertação em todo o mundo.

Há décadas que este é o busflis da questão. Pelo

menos desde 1963 que a ONU aprova medidas contra o terrorismo, mas poucas tiveram efeitos práticos. Para os EUA, no entanto, a indefinição está longe de ser um obstáculo. Como disse sem reboços Rudolph Giuliani, «não há tempo para mais análises. (...) Há que escolher entre civilização e terrorismo.»

Idêntica posição é a da NATO: na segunda-feira activou formalmente o artigo V do Tratado, que obriga os estados-membros a ajudar o que seja atingido por um ataque externo. Segundo George Robertson, secretário-geral da NATO, as provas apresentadas pelos EUA converteram os atentados de 11 de Setembro em «acções cobertas pelo artigo V». Desconhecem-se que provas são essas, mas o alvo imediato é ben Laden e a organização Al Qaeda. Outros se seguirão, como deixou claro o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, ao afirmar que «o presidente [Bush] está concentrado na primeira fase desta operação», acrescentando que, para além de ben Laden, «se trata de todo o problema do terrorismo no mundo». Segundo Powell, Bush «não descartou nenhuma possibilidade militar a respeito das segunda, terceira ou quarta fases da nossa campanha».

Se se tiver presente a longa lista publicada anual-

mente pelos EUA com o rol dos países que Washington considera «terroristas», é de temer que tenha chegado a hora do «ajuste de contas».

O esquema repete-se

Especula-se muito sobre as novas formas que assumirá esta guerra «inevitável». É o resultado do *black out* informativo imposto pelos EUA, da censura em vigor em nome da segurança. A análise das movimentações, no entanto, permite concluir que o esquema se repete, pouco importando se serão os ataques aéreos ou os grupos especiais a entrar em acção.

Os emissários da Casa Branca procuram aliados

por todo o lado, recorrendo à ameaça, ao suborno e à chantagem junto dos mais recalcitrantes. Os inimigos de ontem são transformados em aliados de hoje e vice-versa. Congemina-se golpes de Estado. Conquista-se posições no terreno de acordo com os interesses geopolíticos, a pensar no futuro a longo prazo. Aproveita-se a oportunidade para endossar ao terrorismo a responsabilidade da crise económica que afecta EUA, Japão e União Europeia.

Pode ser que alguma coisa do terrorismo seja abalada, mas quem pagará o grosso da

factura serão os povos. O Banco Mundial já veio dizer que os atentados de 11 de Setembro afectarão gravemente

os países menos desenvolvidos e condenarão mais 10 milhões de pessoas em todo o mundo à pobreza entre 2001 e 2002. A África será a região mais afectada, mas não a única.

Segundo os dados divulgados esta semana, entre 20 mil a 40 crianças menores de cinco anos poderão morrer devido ao aumento global da pobreza. Aos milhões que já vivem (?) abaixo do nível de pobreza - com um dólar (pouco mais de 200\$00 escudos) por dia -,

muitos outros se vão juntar se não forem alteradas as políticas de apoio ao desenvolvimento.

Entretanto, os EUA oferecem 25 milhões de dólares pela captura de ben Laden, «vivo ou morto», e o Congresso norte-americano pôs à disposição de Bush 40 mil milhões de dólares para a sua guerra do «bem contra o mal».

A resolução votada pelo Congresso dos EUA, recorda-se, autoriza o Bush a «usar toda a força necessária» contra «nações, organizações ou pessoas que ele [Bush] determine tenham planejado, autorizado, cometido ou auxiliado os ataques terroristas, ou abrigado tais organizações ou pessoas».

Por uma nova ordem mundial

Os partidos comunistas da Jordânia, Iraque, Sudão, Síria, Líbano, Egito e o Partido Popular da Palestina divulgaram há dias uma declaração apelando à «convocação de uma conferência internacional no quadro das Nações Unidas», com o objectivo de «propor uma definição geral de terror internacional que faça distinção entre este e actos legítimos de resistência».

Na opinião dos subscritores, só desta forma «pode ser estabelecida uma aliança internacional contra o terror», a qual deverá ficar «sob a supervisão da ONU» e sob «a sua exclusiva responsabilidade».

O documento condena os ataques terroristas contra os EUA e lamenta «os milhares de vítimas inocentes», mas salienta que esta tragédia não pode impedir a análise das causas que lhe estão subjacentes. Na opinião dos subscritores, os acontecimentos de 11 de Setembro são «um amargo resultado da própria política americana», e uma «consequência do ressentimento e cólera tremendo que têm crescido em todo o mundo contra a injustiça, a opressão, a exploração e desprezo para com os seres humanos e os povos, e contra a crescente pobreza e miséria através do mundo».

O texto manifesta preocupação com a reacção norte-americana aos atentados, pautada pela «confusão, arrogância e falta de racionalidade», traduzida nas afirmações de que o mundo está perante «uma nova espécie de guerra» que «as forças do mal tinham declarado contra as forças do bem», e na intenção de desencadear «uma longa cruzada» contra os «novos inimigos».

Referindo-se ao apelo dos EUA para que o mundo se junte numa aliança contra o terrorismo, sem que sejam claramente apuradas responsabilidades, o documento alerta para o perigo de se poder estar a caminhar para «um ajuste de contas», com Washington a utilizar o «próprio ataque suicida como um meio de prosseguir a mesma política, i.e., a política de controlar o mundo e submetê-lo aos interesses americanos com exclusão dos outros».

Acusando a administração Bush de ignorar os factores que levaram à catástrofe, designadamente «a política de empobrecimento das nações com a pilhagem das suas riquezas, obstruindo as instituições de direito internacional, apoiando as infracções israelitas contra os direitos palestinianos, e a arrogância do poder e tentativas de hegemonia e exclusividade», o documento defende a rejeição destes objectivos americanos e apela para a convocação «de uma conferência internacional no quadro das Nações Unidas».

A iniciativa, lançada pela Síria e apoiada pelo Egito e outros países, tem como objectivo «propor uma definição geral de terrorismo internacional que faça distinção entre este e actos legítimos de resistência».

A terminar, os subscritores alertam:

«Os Estados Unidos e o mundo permanecerão expostos ao terror enquanto a política actual de Washington continuar, enquanto a injustiça, a agressão e a usurpação persistirem, até ao despontar de uma nova ordem mundial na qual a justiça, a harmonia e a igualdade prevaleçam entre os povos.»

NÃO à guerra

Lisboa Assinalar o aniversário da revolta

«O povo palestino tem o direito à edificação do seu estado independente em Gaza e Cisjordânia com capital em Jerusalém Leste», afirmou o Conselho Português para a Paz e Cooperação na manifestação realizada no passado dia 28 em frente à embaixada de Israel em Lisboa que reuniu largas dezenas de pessoas, para assinalar o primeiro aniversário da Intifada.

A exigência foi expressa na carta do vice-presidente do CPPC, Domingos Lopes, ao embaixador de Israel em Portugal. Apesar de não ter sido recebida, a delegação do CPPC deu a conhecer o conteúdo da missiva, onde vem expressa a convicção de que o conflito reside na «obstinada política dos governos israelitas de impedir ao povo palestino o direito a erigirem o seu estado.

Quando à violência que se vive na região, o CPPC considera que foi a ocupação militar de Junho de 1967 que levou à resistência e que «enquanto essa ocupação permanecer, é previsível que continue a fonte de instabilidade e de violência». É igualmente aos líderes israelitas que se deve responsabilizar pela segunda Intifada, nascida da «provocação de Ariel Sharon na esplanada das mesquitas». Seis centenas de mortos e dezasseis mil feridos palestinos é, até agora, o preço pago pelo povo da Palestina pela provocação do agora primeiro-ministro israelita.

Afirmando-se contra o terrorismo e, por isso mesmo, contra a política de estado de Israel, o CPPC exigiu o «fim imediato da brutal acção repressiva com o recuo das forças israelitas para as posições que ocupavam antes do dia 28 de Setembro de 2000» e a implementação urgente dos acordos assinados entre Israel e a Autoridade Nacional Palestiniana, em particular no que concerne à retirada das tropas dos territórios ocupados e à libertação dos presos políticos.



Manifestação em frente da embaixada de Israel em Lisboa, para celebrar o primeiro aniversário da Intifada

A Intifada, revolta palestina que se iniciou a 28 de Setembro de 2000, fez, sexta-feira, um ano. Milhares de palestinos saíram à rua para assinalar o aniversário.

Segundo dados oficiais, em 365 dias foram assassinadas 824 pessoas, entre as quais 623 palestinos, 169 israelitas e 23 árabes israelitas, e milhares de outras ficaram

tiniano independente com Jerusalém como capital», refere o movimento em comunicado.

Seis outros movimentos da oposição palestina reafir-

feridas. Com a paz longe do horizonte, os números continuam a aumentar.

O movimento do presidente palestino Yasser Arafat, Fatah, anunciou que vai prosseguir com a Intifada. A Fatah considera «legítima a luta dos palestinos». «A Intifada e a resistência são a opção da Fatah para pôr fim à ocupação e aos colonatos e estabelecer um Estado pales-

maram a sua determinação para continuar com a Intifada e o seu desacordo quanto ao encontro de Arafat e o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, que se realizou na passada semana, para consolidar o cessar-fogo anunciado a 18 de Setembro.

No dia do primeiro aniversário da Intifada, milhares de palestinos manifestaram-

-se na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, prometendo continuar a sua luta contra a presença militar israelita nas duas regiões. Pelo menos seis palestinos morreram em confrontos com soldados israelitas durante os protestos.

Entretanto, milhares de iraquianos desceram às ruas de Bagdad para manifestar o seu apoio aos palestinos. Os manifestantes, onde se encontravam também responsáveis do partido Baas, no poder, ergueram tabuletas onde se apelava à «resistência heróica do povo palestino» e se condenava «as atrocidades sionistas contra os palestinos».

Refugiados palestinos no Líbano marcaram igualmente esta data com uma manifestação. Cerca de três mil pessoas marcharam até ao campo de refugiados no Sul do Líbano e queimaram imagens do primeiro-ministro israelita Ariel Sharon.

Frágil cessar-fogo

Entretanto, dois operários palestinos foram mortos domingo no norte da Cisjordânia por tiros disparados por soldados israelitas quando tentavam entrar em Israel.

Em Hebron, foi ainda encontrado o corpo de um motorista de táxi, que terá sido assassinado por israelitas durante a madrugada. Para além destas mortes, o exército israelita bombardeou ainda o local onde estava a

ser construído o porto de Gaza.

Em 365 dias
morreram
824 pessoas

Os incidentes surgem quando vigora um frágil cessar-fogo, imposto quinta-feira, depois de uma reunião entre o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, e o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres.

Atentados adiam apoio à Palestina

A Administração Bush preparava-se para apresentar um plano de paz para o Médio Oriente, que incluía o apoio dos EUA à criação de um Estado palestino, quando ocorreram os atentados de 11 de Setembro, afirmaram esta semana fontes oficiais.

A proposta americana seria apresentada de forma detalhada pelo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, na assembleia geral das Nações Unidas, sendo a primeira vez que uma administração republicana apoiaria a criação de um Estado palestino.

A questão israelita, que não constituiu uma prioridade nos primeiros oito meses da presidência de George W. Bush, assume agora outra importância, com os EUA a tentarem angariar apoios de países árabes na luta contra o terrorismo e estes imporem como condição um maior empenhamento dos Estados Unidos na resolução da crise do Médio Oriente.

Vozes dissonantes

As críticas mais severas à política belicista de Washington vêm dos próprios EUA e do seu mais fiel aliado, a Grã-Bretanha. A imprensa alternativa dá-lhes voz, a internet leva as suas reflexões a todo o lado. No coração do imperialismo também existe bom senso.

«Seria uma visão totalmente tosca dos EUA pensar que os atentados poderiam levar os governantes dos EUA a enxergar subitamente a injustiça de suas políticas.»

Michael Albert e Stephen Shalom,
jornalistas da revista Z-Mag.

[Os EUA] «sustentam regimes autoritários (como o da Arábia Saudita), que garantem às companhias norte-americanas lucros mastodónticos com petróleo (...) Quando actos terroristas são cometidos por amigos dos EUA, como os massacres de Sabra e Chatila, supervisionados por Israel, nenhuma sanção é adoptada. Mas sanções como as impostas ao Iraque, que provocam a morte de centenas de milhares de crianças inocentes são vistas como «válidas».»

idem, ibidem

«Os Estados Unidos são o principal poder do mundo. Promovem um sistema económico global de enorme desigualdade e incrível miséria. Exibem sua arrogância quando rejeitam e bloqueiam o consenso internacional em temas que vão da protecção ao meio ambiente aos direitos das crianças, às minas terrestres, a um Tribunal Penal Internacional e à militarização do espaço.»

idem, ibidem

«Seria cruel [falar sobre os crimes dos EUA] se não estivessemos também nós horrorizados com o que ocorreu (...) e se os EUA não estivessem falando abertamente em desencadear uma guerra contra países inteiros, em derrubar governos, em promover ataques maciços, sem evidenciar nenhuma preocupação em separar os terroristas da população civil.»

idem, ibidem

[O establishment norte-americano quer «substituir a Guerra Fria pela Guerra Antiterror. (...) Novamente terão um inimigo, que poderão culpar por qualquer coisa, tentando ao mesmo tempo caluniar os dissidentes, acusando-os de percorrer um caminho que leva inevitavelmente aos horrores do terrorismo.»

idem, ibidem

[Os partidários da guerra] «vão declarar que precisamos canalizar as energias para esta causa, que devemos sacrificar a comida em favor das armas, a liberdade pela segurança, que devemos submeter-nos ao comando da direita e esquecer a luta pelos direitos. A sua resposta preferida será usar o poder militar, particularmente contra nações indefesas, talvez mesmo ocupar uma delas, e agir amplamente por meios que não reduzirão a ameaça de terror, mas provocarão conflitos nos quais o poder tem interesse.»

idem, ibidem

«Serão tempos difíceis. Não nos servirá o isolamento. Mas a mudança depende da resistência organizada que desperta consciência e comprometimento (...) Não basta para a esquerda ter posições correctas, ou ser combativa. Ela também precisa ser enorme.»

idem, ibidem

«Desde a Guerra do Golfo, a política externa dos EUA baseou-se numa única e brutal ficção: que o exército dos EUA pode intervir em conflitos em todo o mundo - Iraque, Kosovo, Israel - sem sofrer nenhuma baixa. Este é um país que acabou por acreditar no paradoxo absoluto: uma guerra segura.»

Naomi Klein, The Nation

«Os EUA são um país que se considera a si mesmo não só em paz, mas também imune à guerra, uma suposição que surpreenderia a maioria dos iraquianos, palestinos ou colom-



bianos. Como um amnésico, os EUA despertaram no meio de uma guerra para descobrir que esta dura há anos.»

idem, ibidem

«Desde o fim da guerra fria, os EUA e os seus acólitos, sobretudo a Grã-Bretanha, exerceram, exibiram e abusaram da sua riqueza e do seu poder, enquanto as divisões que eles e os seus agentes impuseram aos seres humanos cresceram de forma nunca vista. Um grupo de elite de menos de mil milhões de pessoas reparte entre si mais de 80 por cento da riqueza do mundo.»

John Pilger, The Guardian

«O terror ocidental faz parte da história recente do imperialismo, uma palavra que os jornalistas não se atrevem a dizer nem a escrever.»

idem, ibidem

«O objectivo definido de Washington é «o domínio total». Leiam-se os documentos do Comando Espacial dos EUA que não deixam nenhuma dúvida.»

idem, ibidem

Manifestações pela paz

«Não à guerra dos imperialistas»

Milhares de pessoas manifestaram-se em várias cidades europeias respondendo aos apelos de diversas organizações contra a «guerra imperialista».

Na passada quinta-feira, milhares de manifestantes desfilaram desde o centro de Atenas até ao parlamento grego, respondendo ao apelo do Partido Comunista Grego (KKE) contra a «guerra imperialista». Os manifestantes gritaram palavras de ordem como «Americanos assassinos dos povos», «Hoje como ontem, os terroristas são os imperialistas» e «Os povos não são terroristas», informou a agência Lusa, sexta-feira.

Constituída por uma maioria de simpatizantes comunistas, mas também por militantes da extrema-esquerda e antimundialização, a multidão, onde se via muitos jovens, era precedida por uma fila de mulheres vestidas de negro com cartazes proclamando «Terrorismo = NATO + CIA».

Palavras de ordem tais como «Não à guerra dos imperialistas», «Bush é o terrorista» e «Não ao terrorismo mundial da NATO, UE e EUA» figuravam nos cartazes.

No final do protesto, os manifestantes entregaram no parlamento uma moção reclamando a suspensão «das preparações de guerra», a oposição a qualquer envolvimento do país, e denunciando a «ameaça de uma violação das liberdades populares». «Esta manifestação do KKE está no quadro da legalidade, mas é claro que o nosso governo, os partidos políticos e o povo tomaram claramente posição na luta contra o terrorismo», fizera questão de sublinhar o porta-voz do governo, Dimitri Reppas.

Similares demonstrações de protesto tiveram, também, lugar em outras cida-

des gregas como Chania, Ionnina, Arta, Kavala, Patra, Kalamata, Volos e Thessaloniki.

Entretanto, um dos maiores jornais da Grécia, o «Ta NEA» publicou esta semana um inquérito

feito à população onde se colocava a questão da intervenção militar dos EUA no Afeganistão: 86,2 por cento da população está contra; 7,7 por cento são a favor e 6 por cento não responderam. Em relação à participação da Grécia nas operações da NATO, as respostas foram as seguintes: 72,1 por cento estão contra; 21,3 por cento são a favor e 6,6 por cento dos inquiridos não responderam.

Em defesa dos povos

No passado fim-de-semana, cerca de seis mil pessoas manifestaram-se em Amsterdão, respondendo ao apelo de organizações pacifistas, de partidos políticos e grupos religiosos, agrupados numa «Plataforma contra a nova guerra» no Afeganistão.

Frases como «Não à guerra» e «Islão não é inimigo» podiam ser lidas nas brochuras distribuídas pelos manifestantes, que fizeram um minuto de silêncio pelas vítimas dos atentados a Nova Iorque e Washington.

Já em Genebra, mais de duas mil pessoas protestaram também contra as operações militares no Afeganistão, em frente à sede das Nações Unidas na Europa.

Na cidade de Paris, uma multidão manifestou-se pelo «direitos das mulheres no Afeganistão» e sublinharam que as represálias dos EUA no Afeganistão vão fazer, decerto, mais vítimas ino-

centes. Em Rennes, cerca de 800 pessoas desfilaram no centro da cidade gritando «abaixo os talibã, viva o povo afegão». «Nós não aprovamos que o povo afegão seja punido, quando é já a primeira vítima», disse um dos organizadores do protesto.

Também em Nápoles pelo menos 20 mil militantes pacifistas manifestaram-se «contra a guerra e o terrorismo» pelo receio de uma resposta norte-americana ao ataque terrorista de 11 de Setembro. A marcha foi aberta por manifestantes com bandeiras palestinas, seguidas da bandeira do Curdistão e de um cartaz a favor do líder turco Abdullah Ocalan, encarcerado pelas autoridades de Ancara.

No outro lado do oceano, cerca de mil pessoas participaram na marcha «Brasília pela paz», organizada por mais de 50 entidades e associações civis e religiosas. Os manifestantes desfilaram pelo Eixo Monumental de Brasília a favor da paz e da vida, contra o terror e o conflito armado.

NÃO à guerra

Manoel de Lencastre

Terrorismo americano

O terrorismo está na ordem do dia. Mas é um terrorismo privado, sem cara, indetectável, sem bases à vista, que percorre o mundo, escondendo-se, para atacar alvos indefesos. Deixa os seus próprios mártires no terreno, juntamente com as suas vítimas quase sempre inocentes. Depois, busca refúgio e espera que passe tempo até reunir condições para atacar de novo. Foi esta espécie de terrorismo sem estandarte que atacou e deixou a sangrar o coração da América. Ainda, esta mesma América não deveria pretender-se estranha aos métodos terroristas que os seus sucessivos governos têm praticado em diversas partes do globo. Julgando-se imune, tinha fechado os olhos, até agora, aos crimes do seu próprio terrorismo de Estado. E o mundo, ainda que prestando homenagens sentidas às vítimas inocentes cujas vidas foram ceifadas no «World Trade Centre», não pode esquecer, também, os actos terroristas levados à prática pelos governos de Washington, sempre em situações repugnantes. As bombas atómicas que o presidente Truman mandou lançar de superfortalezas voadoras sobre Hiroshima e Nagasaki causaram 120 000 mortos, instantaneamente, quando a vitória militar sobre o Japão estava garantida. Truman disse que era necessário apressar o fim da guerra,

Sul, instauraram ditaduras chefiadas por «gangsters» ou militares sanguinários que aterrorizavam os seus povos e deles fizeram escravos dos interesses do sistema económico americano.

A tentativa de invasão de Cuba (1961) após uma campanha de ódio que persiste, deu lugar a uma perigosa crise internacional. As invasões do Panamá e de Granada, foram actos que sujaram o nome dos Estados Unidos. O criminoso golpe de Estado organizado no Chile (1973) revoltou todos os cidadãos do mundo. O desembarque no Líbano, país que recusara aderir ao sinistro Pacto de Bagdad, daria expressão política a uma incompreensível hostilidade contra o Egipto e a revolução nasseriana (1952) e à recusa a fornecer auxílio financeiro para a construção da barragem de Asswan - o que a fraternal URSS fez. A partir dessa altura, os Estados Unidos decidiram colocar o peso da sua influência, do seu dinheiro e da sua capacidade militar ao serviço dos sionistas para que as aspirações do povo da Palestina fossem esmagadas em sangue.

Israel, assim, tornou-se no comissário policial americano no Médio Oriente. A sua missão passou a consistir na repressão por todos os meios, incluindo bélicos, dos instintos de liberdade dos povos árabes para que a exploração de vastos jazigos de petróleo existentes em todo o Médio

Oriente não fosse perturbada. Os tristes resultados da expansão e das guerras israelitas estão à vista. E, agora, enquanto os sionistas torturam a nação árabe e lhe fazem correr o sangue, a grande América, como se escrava de forças que não pode já controlar, vê-se servidora de Israel quando as suas intenções tinham sido outras. A guerra do Vietname, onde os Estados Unidos sofreram uma imensa derrota e registaram mais de 50 000 mortos, está, ainda, bem



A Grécia voltou a manifestar-se pela paz, como já havia feito durante o ataque à Jugoslávia (foto de arquivo)

mas o que pretendia era demonstrar que a América possuía a arma decisiva para dominar todos os países. Então, desejo de concretizar esse domínio e sustentar o progresso das forças anti-imperialistas, Truman obteve um mandato das Nações Unidas para intervir na Coreia e originar um conflito que eternizou a divisão daquele país. No processo, muitos milhares de soldados, incluindo americanos, deixaram as suas vidas na Coreia por causa dos interesses imperialistas. O terrorismo de Estado praticado pelos Estados Unidos colocou o mundo, em diversas ocasiões, à beira da catástrofe que seria um conflito com armas nucleares. Ao longo da guerra-fria, por eles planeada, os americanos ameaçaram, constantemente, os povos que não aceitassem ser dominados por capitalistas. Nas Américas Central e do

na memória de todos os que acompanharam a sua bárbara, imoral e sádica conduta durante o conflito. A guerra do Golfo, conducente, também, à humilhação dos povos árabes sob formas diversas, tem dado lugar à escravização do Iraque cujo sofrimento continua a ser de todos os dias. Por outro lado, a guerra contra a Jugoslávia, em plena Europa civilizada, deu a medida das reais intenções de Washington - agora que a URSS passou à História (mas não está esquecida) o mundo deveria submeter-se à nova ordem americana. E Belgrado sofreu... Mas o destino das nações, como o dos homens, é ziguezagueante e complexo. A actual crise dos imperialistas americanos é mais uma entre tantas que têm experimentado.

Desemprego nos EUA

Na semana que terminou no dia 22 de Setembro, os pedidos de primeiro subsídio de desemprego nos Estados Unidos atingiram os 450 mil, um aumento de 58 mil, informou o Departamento do Trabalho norte-americano.

Na lista das empresas que mais despediram encontram-se as companhias aéreas. Empresas como a United Airlines, American Airlines, Boeing, Eastman Kodak ou a Vision Corp anunciaram planos para despedir mais de cem mil trabalhadores.

O movimento de quatro semanas de novos pedidos de subsídios considerado menos instável por medida de desemprego, subiu para os 422 mil pedidos, contra os 410 250 registados na semana anterior. Por seu lado, o número de pessoas que solicitaram o subsídio de desemprego pela segunda semana consecutiva, ou mais, subiu de 3,23 milhões para 3,3 milhões, um sinal de dificuldade em se obter trabalho.

Entretanto, o Departamento do Comércio norte-americano informou que as encomendas

de bens duradouros - como carros e computadores - caiu 0,3 por cento em Agosto, para 180,8 mil milhões de dólares, após uma queda de 1,1 por cento em Junho.

A expectativa é que todos os índices piorem conforme comecem a absorver os efeitos dos atentados. Muitos economistas acreditam que, sob o efeito da tragédia, o abrandamento económico norte-americano irá ser transformado em recessão - tecnicamente definida como dois trimestres de contracção do Produto Interno Bruto.

Em defesa da paz!

• Pedro Guerreiro

Após os atentados ocorridos nos EUA, pronta e claramente condenados, tendo sido expressa a solidariedade para com o povo americano, desenvolveu-se uma ofensiva no campo político, militar e ideológico de grandes proporções. A ameaça de guerra por parte da Administração dos EUA que, tudo aponta virá a concretizar-se, encerra grandes perigos para a situação mundial.

Após a presidência belga do Conselho ter afirmado que «não estamos em guerra», a União Europeia, nas conclusões do Conselho Europeu, realizado a 21 de Setembro, legitima «uma réplica americana» – interpretando abusivamente a Resolução 1368 do Conselho de Segurança da ONU – e afirma que cada Estado membro estará disposto a participar, na medida dos seus meios, nas «acções» a realizar. Precisa que estas «acções» devem ter um «alvo preciso», podendo tratar-se de Estados. Por outro lado, «apela a uma coligação global (...) contra o terrorismo, sob a égide das Nações Unidas». A evolução da situação irá tornar mais clara a posição de cada um dos países que integra a UE.

Ameaça às liberdades

O Conselho Europeu aprovou um conjunto de medidas que visam acelerar a concretização da comunitarização da «justiça e dos assuntos internos» – colocando em causa outra área fundamental da competência soberana dos Estados – num quadro de parceria com os EUA (8 das 33 medidas decididas estão directamente ligadas à cooperação com os EUA).

Pretende-se criar instrumentos jurídicos, como o «mandato de captura europeu» ou a «definição comum de terrorismo», que possibilite a elaboração de uma lista de organizações consideradas terroristas pela UE. Reforça-se o papel da EUROPOL como «coordenador» e «centro» de recolha de informações ao nível da UE e como «interlocutor» face a países terceiros. Dá-se um novo fôlego à concretização do EUROJUST, que se pretende como o embrião de uma futura procuradoria ao nível da UE. Aponta-se o objectivo de aumentar os procedimentos de controlo e vigilância (recolha de informações, controlo de vistos e



Será de salientar que, a pretexto dos atentados ocorridos nos EUA, verifica-se na UE o acelerar da concretização de medidas e o avançar de propostas que, ultrapassando em muito a necessária cooperação entre os diferentes países, procuram dar «um impulso à unificação europeia», reforçando o seu carácter supranacional e colocando em causa a soberania dos Estados.

É reafirmada a necessidade do aprofundamento da Política Externa e de Segurança Comum. É acelerada a comunitarização de áreas ligadas à justiça e assuntos internos. A militarização da UE é colocada como um objectivo a concretizar «o mais rapidamente possível». A presidência belga já tinha apontado como uma das suas prioridades a operacionalização da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, ou seja, a criação do «exército europeu», o pilar europeu da NATO, no quadro da divisão de zonas de influência e actuação prioritária com os EUA, de que a recente decisão de envio de uma força NATO para a Macedónia, sob comando alemão, é um ensaio. Entretanto surgem propostas para novos «avanços» na concretização deste «braço armado» da UE, como a elaboração do seu conceito de defesa e o aumento das suas competências, colocando a necessidade de encarar a resposta a dar relativamente à existência de «perigos internos», para além da já prevista possibilidade de intervenção em qualquer parte do mundo onde os interesses das grandes potências da UE sejam postos em causa.

fronteiras, entre outras), medidas que se inserem numa ofensiva que colocará em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Em termos gerais, procura-se explorar e utilizar a actual situação para desenvolver e afirmar a UE como bloco político-militar, em parceria com os EUA. Nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Louis Michel, «juntos, a UE e os EUA devem tomar a liderança neste esforço», pelo que, ainda nas segundo afirmou, «a liderança da UE/EUA deverá ser baseada numa permanente, atempada e completa consulta a todos os níveis».

Necessariamente, muitos aspectos ficaram por realçar, nomeadamente quanto à insistente falsidade que a ONU legitimou o direito de retaliação pelos EUA. Ou sobre o enorme perigo que encerra o aviso feito pelo mais alto responsável da Administração dos EUA aos que não partilham incondicionalmente da sua política. Ou da recente decisão do Congresso dos EUA no sentido de financiar a investigação e a preparação do escudo antimíssil. Ou dos esforços que alguns fazem para que se esqueça a necessidade da análise da história e das causas, branqueando responsabilidades e as gravíssimas consequências da entrada numa espiral de violência. Como já aconteceu no fim-de-semana passado, com a realização de manifestações com a participação de muitos milhares de pessoas, a actual situação torna indispensável uma firme mobilização em defesa da paz!

UE quer políticas convergentes de imigração e asilo

Europa fecha-se

As pressões aumentam para que os estados-membros da União Europeia acelerem a convergência de políticas nacionais de asilo e imigração.

O comissário europeu responsável pela Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, foi ao Parlamento Europeu insistir em que «uma verdadeira política de asilo e imigração terá de ter políticas nacionais que convergem». «Desde 11 de Setembro que a

Europa/fortaleza mas sim de dar resposta a um problema e de organizar o fluxo de pessoas».

Dois relatórios do Parlamento Europeu podem limitar ainda mais a imigração e o asilo na UE

UE está confrontada com uma nova agenda política no domínio da Justiça e Assuntos Internos», disse Vitorino, durante o debate realizado na terça-feira em Estrasburgo.

Também, o ministro da Administração Interna da Bélgica, Antoine Duquesne, não tem dúvidas sobre a necessidade de se «instaurar procedimentos rápidos e eficazes» no domínio do asilo e imigração. «Não se trata de construir uma

Assembleia de Estrasburgo teve por base dois relatórios que iam ser votados ontem, quarta-feira, um sobre política em matéria de imigração e outro sobre um procedimento de asilo comum.

«A longo prazo, o aumento da imigração não pode ser considerado uma possibilidade eficaz de equilibrar a evolução demográfica», defende o eurodeputado popular europeu Hubert Pirker, responsável pela elaboração do primeiro relatório.

O relator salienta que apenas a curto prazo a imigração pode «ajudar a reduzir» a falta de mão-de-

obra nalguns sectores e a vencer a taxa de natalidade, em declínio, já que «a experiência actualmente mostra que, depois de um certo tempo, os imigrantes adoptam o modelo de taxa de crescimento do país que os recebe».

Por seu lado, a eurodeputada comunista portuguesa Ilda Figueiredo criticou a abordagem quase exclusivamente «económica» do relatório e a falta de tratamento mais profundo de questões como a necessidade de apoiar países terceiros a desenvolver políticas que promovam a fixação de pessoas que de outra forma irão emigrar.

O relatório sobre o asilo na UE defende, por outro lado, que esta política deve «manter padrões elevados de protecção» e incluir uma definição de «refugiado».

O eurodeputado trabalhista britânico Robert Evans, que elaborou o documento, é da opinião de que as perseguições políticas justificam a concessão do direito de asilo.

Eurojust tem estatuto aprovado

Os ministros da Justiça e da Administração Interna da União Europeia aprovaram, quinta-feira passada, o projecto de instalação definitiva do organismo de cooperação judiciária entre os Quinze.

O Eurojust, sediado em Bruxelas, é por enquanto uma unidade provisória destinada a coordenar as investigações de processos transfronteiriços na UE, com base nas legislações e no ordenamento jurídico de cada um dos Quinze.

Esta estrutura provisória, que já tem em investigação mais de 130 casos, 18 dos quais de terrorismo e outros tantos de lavagem de dinheiro, é constituída por uma rede de magistrados que pretende estabelecer laços de cooperação entre os ministérios públicos dos estados-membros.

O Eurojust, no qual o representante português é o Procurador-Geral Adjunto Lopes da Mota, é apresentado com uma alternativa à constituição de um Ministério

Público europeu, cujas competências se sobreporiam às dos procuradores-gerais de cada país membro.

Com o acordo político obtido em Bruxelas sobre os primeiros oito artigos que fundamentam o Eurojust, esta estrutura judiciária poderá tornar-se definitiva já partir de Janeiro de 2002, decisão que surge igualmente a coberto da urgência do combate ao terrorismo, depois dos atentados nos EUA.

Tráfico de humanos com penas mínimas

Os ministros da Justiça e Administração Interna da União Europeia chegaram a acordo sobre a aplicação da pena mínima de oito anos de prisão em casos de tráfico de seres humanos.

O acordo-quadro explicita que aquele prazo mínimo é uma das sanções penais previstas que podem incluir igualmente a pena de extradição.

Entretanto, o comissário europeu António Vitorino, num debate que decorreu à margem do Conselho de Justiça e Assuntos Gerais, com responsáveis da União Euro-

peia e dos países candidatos ao alargamento defendeu «práticas comuns» de actuação face a fenómenos como a imigração ilegal ou o tráfico de seres humanos, apesar das políticas de vistos e fronteiras fazerem parte da soberania dos Estados.

Segundo afirmou, a Comissão terá como «grande prioridade» nos próximos meses apresentar uma proposta de gestão comum das fronteiras da União, envolvendo nesse processo os países candidatos e que poderá levar à criação de uma Guarda Fronteiriça Comum.

«O interesse comum impõe a necessidade da cooperação» em matéria de combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos (temas principais do debate), não só entre a UE e os países candidatos como também com países terceiros como a China, salientou António Vitorino.

O comissário português disse ainda apoiar a ideia de criar equipas conjuntas entre a UE e os países candidatos para partilha de experiências ou envolvimento em projectos-piloto de combate à imigração ilegal e outros fenómenos associados.

Serviços públicos em debate

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica promoveu na passada terça-feira, em Estrasburgo, um debate sobre o futuro dos serviços públicos, com a participação de especialistas nesta área, oriundos da Finlândia, França, Espanha, Grécia, Itália e Dinamarca. Portugal esteve representado por Paulo Trindade, sindicalista, da CGTP. O grupo, de que fazem parte os deputados do PCP, agendou esta iniciativa num momento em que se encontra em discussão no Parlamento Europeu e na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, o relatório Langen, que defende a liberalização e a privatização dos serviços públicos colocando em causa esta conquista dos trabalhadores e das populações. O debate pretendeu denunciar as consequências negativas do actual processo de liberalizações e privatizações e confrontar as experiências nacionais nesta área.

Cooperação com Timor

Os eurodeputados devem aprovar hoje, quinta-feira, em Estrasburgo, uma declaração política a felicitar o povo timorense pela a forma como decorreram as eleições de 30 de Agosto. A proposta de resolução elaborada pelo Grupo da Esquerda Unitária realça «a elevada participação» no sufrágio e apela aos governos da União, assim como à comunidade internacional em geral para que «no pleno respeito da consolidação da independência e soberania de Timor-Leste, desenvolva um política de cooperação que dê resposta às necessidades básicas do seu povo e ajude a promover a reconstrução do país». A consolidação do ambiente de paz e de segurança no plano regional e a estabilização das relações com a Indonésia são igualmente votos expressos pela proposta de resolução subscrita pelos deputados do PCP, que se pronunciam ainda por uma solução definitiva para o problema dos refugiados em Timor Oriental.

Comissão censura Berlusconi

A Comissão Europeia reagiu negativamente às declarações feitas em Berlim pelo primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, exaltando a superioridade da civilização ocidental sobre o Islão. Para o executivo comunitário, tais palavras «não são uma mensagem de tolerância». Entretanto, numa visita Centro Islâmico e Cultural de Bruxelas, o presidente da Comissão, Romano Prodi, fez questão de condenar qualquer associação «entre o Islão e os grupos responsáveis pelos odiosos ataques terroristas». «Venho aqui, comunidade muçulmana, como vizinho e irmão», disse.

Inovação tecnológica em Portugal Cada vez mais para trás

Portugal ocupa o último lugar num índice de inovação global divulgado pela Comissão Europeia que alerta para o facto de o nosso país se ter afastado ainda mais da média europeia em relação a comparações anteriores.

Segundo o relatório, divulgado na segunda-feira, Portugal está a ficar «cada vez mais para trás». «A taxa de evolução muito baixa em Portugal indica que o desempenho do país em matéria de inovação está a afastar-se ainda mais da média europeia».

O quadro de resultados da inovação 2001 apresenta uma panorâmica do desempenho dos Quinze baseada em dados referentes a 17 indicadores em quatro grandes áreas: recursos humanos, criação de conhecimento, transmissão e aplicação de novo conhecimento e inovação financeira, de produção e de mercados.

O documento realça que Portugal, a par da Grécia, apresenta as mais altas taxas de mudança estrutural a nível europeu. «O problema destes países é como estabelecer políticas e condições estruturais que lhes permitam melhorar rapidamente o seu desempenho ao nível da inovação».

O estudo foi elaborado a pedido do Conselho Europeu de Lisboa que definiu como meta tornar a União Europeia o mercado mais dinâmico e competitivo baseado na sociedade da informação no espaço de uma década.

De facto, em muitos dos indicadores, os mais inovadores entre os Quinze registam avanços significativos em relação aos Estados Unidos e Japão. Por exemplo, Reino Unido, França e Irlanda são líderes mundiais na oferta de quadros superiores nas áreas de ciência e engenharia, na população entre os 20 e os 29 anos. Por outro lado, Finlândia, Holanda e Suécia batem norte-americanos e nipónicos no nível de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no sector público.

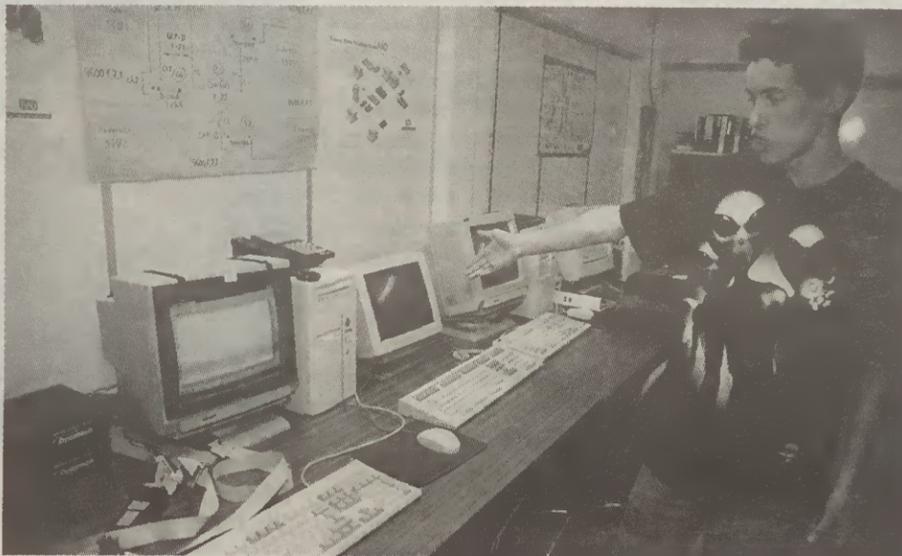
Finalmente, Holanda, Suécia e Dinamarca são, a nível mundial, os países onde o

acesso à Internet em casa é maior, com taxas de, respectivamente, 55, 54 e 52 por cento, contra 47 por cento nos Estados Unidos e 28 por cento no Japão (valor igual ao da média europeia). No entanto, se se olhar para a UE como um todo, o balanço em relação a Estados Unidos e Japão é claramente negativo.

Na última década a UE registou um declínio do investimento público e privado em I&D

Atraso europeu

O avanço dos Estados Unidos sobre o espaço comunitário traduz-se, por exemplo, nas taxas de educação superior, no nível de investimento em I&D no sector privado (74 por cento superior à UE), no acesso à Internet em casa (60 por cento superior) e no número de patentes de produtos de alta tecnologia.



Faltam especialistas em áreas científicas

Ao nível dos cinco indicadores na área dos recursos humanos em matéria de inovação, o desempenho português aparece classificado como «fraco», ou seja, situa-se pelo menos 20 por cento abaixo da média europeia.

Por exemplo, da população portuguesa entre os 20 e os 29 anos, apenas 5,5 em cada mil possuem um diploma (acima do ensino secundário) nas áreas científicas e de engenharia,

cerca de metade da média europeia (10,4 por mil).

A nível de emprego em serviços de alta tecnologia (telecomunicações, tecnologias de informação, desenvolvimento de software), o país ocupa mesmo a última posição entre os Quinze, com apenas 1,2 por cento do total da força de trabalho em sectores «high-tech».

Em relação aos Estados Unidos, a Europa lidera na oferta de quadros superiores áreas científicas, na I&D no sector público e nos investimentos em tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Neste último indicador, Portugal é um dos três países líderes, depois da Suécia e Holanda, com um índice de investimento de 6,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em TIC quando a média europeia é de 6 por cento e a norte-americana de 5,9 por cento.

Segundo o relatório, que será publicado anualmente, as grandes fraquezas da UE como um todo centram-se no declínio do nível de investimento público e privado em I&D na última década e no número de patentes de produtos de alta tecnologia.

As patentes norte-americanas de produtos «high-tech» na Europa são cerca de sete vezes mais que as patentes europeias nos Estados Unidos no mesmo sector.

Em relação ao Japão, o balanço é igualmente desfavore-

rável para a UE, que lidera apenas no investimento em TIC. Suécia, Finlândia, Dinamarca, Holanda e Irlanda são os países que, por esta ordem, mais vezes lideram os indicadores relativos à inovação no espaço dos Quinze.

No que diz respeito à evolução da inovação (percentagem da mudança de um indicador em relação ao ano ou conjunto de anos anteriores), Portugal fica-se também pelo último lugar com uma taxa média de mudança de 8,6 por cento, quando a média europeia alcançou os 30,5 por cento.

Os países em que a situação mais se alterou em matéria de inovação foram a Grécia (52,9 por cento), Espanha (46,8 por cento), Luxemburgo (45,8 por cento) e Irlanda (41,9 por cento).

A Comissão recomenda aos estados-membros que melhorem as estatísticas nacionais, definam metas quantitativas a nível nacional, regional e local e participem nas actividades de coordenação europeias das políticas de inovação.

Comissão congela contas

A Comissão Europeia propôs na terça-feira o congelamento das contas bancárias de 27 organizações e pessoas a título individual, suspeitas de apoiar e financiar actividades terroristas. Trata-se de mais uma medida que decorre das conclusões da Cimeira extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, realizada a 21 de Setembro, para analisar as consequências dos atentados contra os Estados Unidos e reforçar as medidas de segurança no espaço europeu. A Comissão instou também o Parlamento Europeu a pronunciar-se com a maior urgência, de modo a que o Conselho de Ministros possa adoptar o texto legal no prazo de uma semana.

Atentados favorecem integração

Os atentados são «uma oportunidade para a União Europeia reforçar a sua integração, falar a uma só voz e impor-se na cena internacional face às novas coligações que se estão a formar», declarou a presidente do parlamento Europeu em conferência de imprensa, no final de uma visita oficial de três dias à Grécia.

Apesar de admitir o risco de uma «explosão racista», Fontaine considerou que «a situação está relativamente controlada», mas assinalou existir um «obstáculo» no plano das liberdades individuais, após os atentados e o reforço do arsenal antiterrorista. Contudo, garantiu que «que em todos os nossos textos tentamos conciliar o imperativo de segurança e o imperativo de preservar as liberdades fundamentais e os elementos pessoais».

Seicheles chega a acordo

A Comissão Europeia e as Seicheles assinaram um novo acordo de pescas, que mantém a mesma quota de toneladas de atum que a frota comunitária pode pescar, mas reduz o número de barcos relativamente ao anterior convénio.

O acordo, exclusivamente para a pesca de atum, terá a duração de três anos, entrando em vigor a 18 de Janeiro de 2002 e terminando a 17 de Janeiro de 2005. A contrapartida financeira de Bruxelas às Seicheles será de 3.460 mil euros anuais (cerca de 694 mil contos), igual ao montante previsto no anterior acordo. O número de barcos recua de 79 para 67 mas mantém as mesmas toneladas anuais de atum (46 mil). As duas partes concordaram também com a presença de observadores a bordo dos atuneiros comunitários e um sistema de vigilância das embarcações.

Eleições no Bangladesh satisfazem UE

As eleições parlamentares no Bangladesh decorreram com «normalidade relativa», não havendo fundamentos para afirmar que houve fraude eleitoral, afirmou Joaquim Miranda, que integra a chefia da Missão de observadores da União Europeia em Dacca.

Em declarações citadas pela Agência Lusa, o deputado do PCP rejeitou as acusações feitas pela primeira-ministra cessante Hasina Wajed, cujo partido sofreu uma esmagadora derrota, de que o escrutínio de segunda-feira foi fraudulento.

No entanto, quer a missão da UE, que conta com 31 observadores de longo prazo no terreno, quer as outras missões internacionais, designadamente das Nações Unidas, não são dessa opinião. Joaquim Miranda acrescentou que, tendo em conta o «contexto de forte confrontação política» naquele país, o acto eleitoral decorreu de uma forma que foi mesmo «bastante mais calma do que os observadores esperavam».

Neste sentido, afirmou que, apesar de alguma irregularidade e dos actos de violência

que marcaram a jornada eleitoral, ela foi «marcadamente positiva» já que, «no essencial, foram garantidas condições mínimas de equidade e de justiça».

Assim, estas eleições «podem representar um passo importante para a consolidação da democracia» no Bangladesh, país que nasceu da separação de uma província oriental do Paquistão em 1971.

Por tudo isto, a missão da UE entende «não ser razoável o pedido de realização de novas eleições» e «exorta as

forças políticas a acatarem os resultados do escrutínio».

De acordo com os resultados divulgados pela agência oficial BSB, a aliança opositora de quatro partidos dirigida pela antiga primeira-ministra Khaleda Zia, do Partido Nacionalista do Bangladesh (PNB), obteve 134 dos 183 assentos parlamentares já atribuídos, de um total de 299. A maioria absoluta é de 151 assentos. A sua grande rival, a Liga Awami, da primeira-ministra cessante Hasina Wajed, obteve apenas 34 assentos.

Melhorar gestão pública

Na sua intervenção, Francisco Lopes começou por considerar impossível conceber a vida dos nossos dias sem serviços como os transportes, a energia, as telecomunicações e correios ou a água e saneamento. São serviços essenciais para as populações que, em sua opinião, «o Estado deve garantir em condições de igualdade, qualidade e preços acessíveis».

A política de privatizações levada a cabo pelos governos do PSD e do PS têm, porém, transformado os serviços públicos num «instrumento de maximização de lucros», sacrificando a esse objectivo qualidade, acessibilidade, segurança e universalidade.

Argumenta-se — denuncia — com os prejuízos das empresas públicas mas esquece-se que o Estado investiu muitos milhões de contos antes das privatizações, sendo que privatizou as empresas mais rentáveis, esbulhando ainda mais o erário público. Fala-se em combater os monopólios públicos mas o que se pretende é colocar nas mãos dos grupos económicos e financeiros e das multinacionais o controlo monopolista de sectores estratégicos. Diz-se que a liberalização e a concorrência são úteis aos utentes mas o que se verifica é a discriminação entre utentes, beneficiando as grandes empresas e prejudicando os utilizadores domésticos, ou seja, a grande maioria do povo português.



Ofensiva continua

Mas as ofensiva desencadeada alarga-se, inclusive, aos conceitos, procurando passar-se do conceito de «serviços públicos essenciais» para o de «serviços de interesse público», «serviços de uso público» e, agora, para o de «serviços de interesse geral».

Enfim, uma ofensiva que o dirigente comunista prevê que prossiga, já que as 50 medidas do Governo contemplam a continuação dos processos de privatização, a extinção de serviços e o propósito de novos aumentos dos preços dos serviços públicos, nomeadamente dos transportes e da energia eléctrica.

Lembrando a apresentação recente pelo PCP na Assembleia da República dos projectos de lei para a criação de Autoridades Metropolitanas de Transportes e do alargamento das coroas de utilização de passes sociais, Francisco Lopes considerou que o combate em defesa dos serviços públicos é, afinal, o combate por uma política de esquerda, «sustentado na luta política e ideológica e numa acção concreta em torno da defesa dos serviços públicos».

No final do debate, Francisco Lopes sintetizou as várias intervenções e, em termos de conclusão, sublinhou a necessidade de travar os processos privatizadores em curso; de proceder-se ao desenvolvimento de novas formas de gestão pública; de criação de entidades de regulação e fiscalização a cargo do Estado e separadas das empresas operadoras; de garantir o tratamento com igualdade de todos os utentes; de fiscalizar efectivamente os serviços concessionados a privados.

Comunistas debatem importância social dos serviços públicos e defendem maior intervenção dos utentes

Inverter o processo

A importância dos serviços públicos para a vida social e as consequências negativas para as populações da privatização das empresas e entidades prestadoras dos serviços públicos foram as principais questões analisadas por mais de meia centena de comunistas no debate realizado, na semana passada, no Centro de Trabalho Vitória.

Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP — que se encontrava acompanhado na mesa por Catarina Morais, Júlio Filipe e Valdemar Santos —, abriu o debate lembrando que só «uma forte organização e intervenção dos utentes» poderá «travar a degradação e encarecimento dos serviços públicos e garantir a sua qualidade e desenvolvimento» (ver em separado).

Depois de Catarina Morais abordar o problema de regulação, interveio Júlio Filipe que denunciou o «lodaçal de indignidades, de negociatas, de ilegalidades» que rodeou a entrega de empresas públicas ao capital. Citando alguns exemplos, este dirigente referiu o grupo Barraqueiro que, após «sucessivas e obscuras» transacções reconstituiu um «autêntico monopólio», asseinhoreando-se de grande parte dos transportes ferroviários e da quase totalidade dos transportes rodoviários da península de Setúbal, impondo preços, carreiras e horários.

Apreciando os resultados de apenas quatro empresas privatizadas ou em fase adiada de privatização — Brisa, Cimpor, EDP e PT —, Júlio Filipe diz que registaram lucros de 290 milhões de contos. Quanto aos bancos, em 2000, tiveram, no seu conjunto, lucros da ordem dos 550 milhões de contos,

enquanto em impostos apenas pagaram ao Estado um terço do que deviam.

Em 2000, os bancos tiveram, no seu conjunto, 290 milhões de contos de lucros

Resistir

Valdemar Santos, por sua vez, abordou o papel das comissões ou associações de utentes que, «dando continuidade a uma linha de resistência de classe», têm feito história no Portugal do antes e do depois do 25 de Abril.

sa actividade no concelho, no mandato passado, «contra o aumento da tarifa do lixo e de defesa da água como um bem público essencial, quando se perfilava a privatização do seu fornecimento». Como, certamente, também «não irão cruzar braços» contra a co-incineração no Parque Natural da Arrábida.

Valdemar Santos considera, a terminar, que, independentemente dos diferentes resultados de cada uma das lutas, «em nenhum caso se conclui que não vale a pena encetar um combate, ainda que sempre desigual, em relação às forças do Poder».

Foi, a seguir, a vez de os participantes começarem a intervir, prolongando o debate por mais de duas horas. Assim, em dezena e meia de intervenções, os presentes

dores e aos lucros de grandes empresas públicas — que deitam por terra a tese dos prejuízos —, a discussão abrangeu questões muito diversificadas.

O facto de os serviços públicos serem essenciais à vida das populações leva a que, mesmo em tempos de crise, eles não sofram quebra na procura, sublinhou um camarada. Um outro considerou a necessidade de o Partido levar a efeito uma «campanha inversa» à que os defensores das privatizações têm desencadeado. Outros, ainda, lembrando que algumas autarquias estão também a passar para empresas privadas, municipais ou intermunicipais o fornecimento de água, a recolha do lixo ou o saneamento básico, manifestaram-se contra decisões como essas, que, de uma



Os participantes denunciaram as «negociatas» e ilegalidades que rodearam as privatizações

Referindo-se a Setúbal, diz que estas comissões são particularmente activas nas áreas dos transportes e acessibilidades e na área da saúde, tendo tido uma inten-

abordaram as diversas vertentes do ataque aos serviços públicos. Desde a degradação das condições de trabalho e da prestação de serviços à repressão sobre os trabalha-

forma generalizada, se traduzem por serviços mais caros e piores.

Francisco Lopes encerrou o debate com a promessa de que este prosseguirá.

O mito da regulação

Os próprios defensores das privatizações admitem a necessidade de regulação, ou seja, que o funcionamento do mercado produz falhas relativamente aos serviços essenciais, exigindo, por isso, o estabelecimento de certas regras.

Catarina Morais considera, entretanto, que para a regulação ser eficaz é necessário que a entidade reguladora seja independente, com órgãos e profissionais também independentes, dispondo dos poderes e competências adequados, entre os quais o de fixar tarifas e preços e definir padrões de qualidade e segurança.

A regulação não tem, porém, dado a resposta adequada, devido ao desrespeito dos princípios a que os serviços essenciais devem obedecer, ao invés dos lucros, que têm subido.

Invocando a experiência inglesa, Catarina Morais diz que esta revelou que a regulação do mercado não foi sufici-

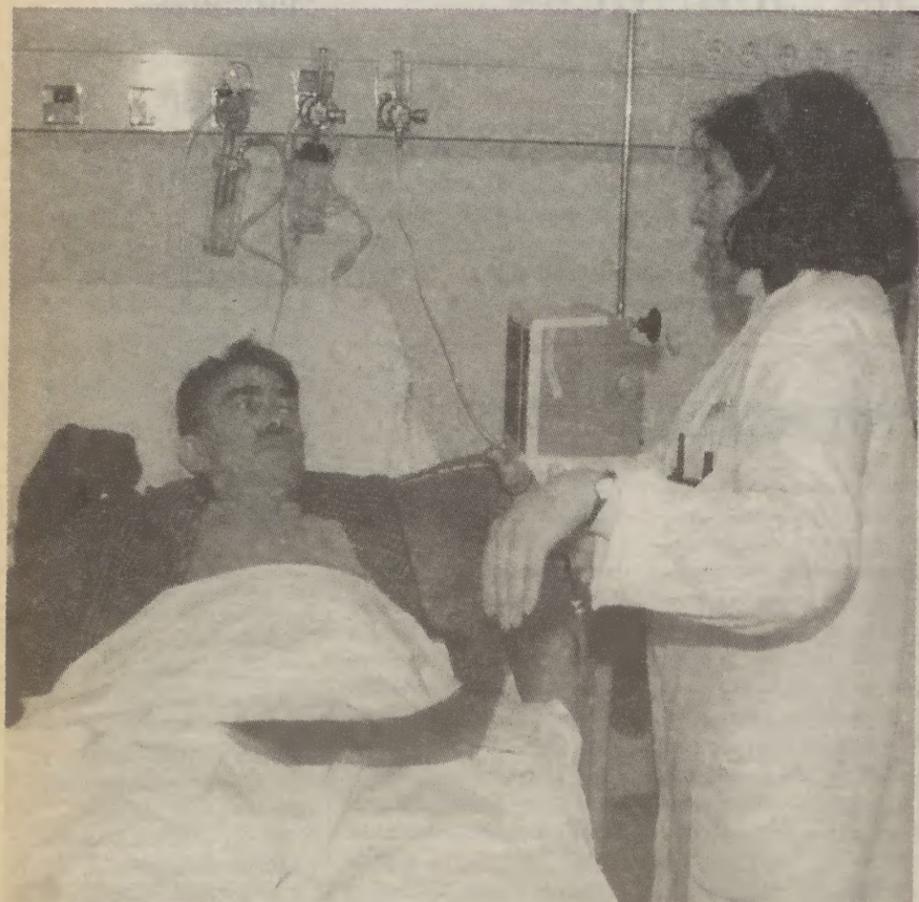
ente para impedir o aumento dos preços e dos lucros ou a concentração da economia e o controlo das empresas prestadoras de serviços por multinacionais. Por outro lado, aumentaram as preocupações com a segurança e a qualidade e surgiram discriminações entre grandes e pequenos consumidores.



Entre nós, o modelo que nos propõem seguir — a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico —, sendo em teoria independen-

te, tem-se mostrado mais preocupada com os lucros da empresa do que com os interesses das populações. A falta de investimento no sector tem, aliás, conduzido a cortes frequentes no abastecimento de diversas zonas do país. O mesmo se passa nos correios e telecomunicações — onde o Instituto de Comunicações de Portugal não pode fixar tarifas; ou com o gás, que se fala ir ficar sob a alçada da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

Ou seja, atendendo a que, desde o final de 1998, os aumentos dos preços dos serviços essenciais têm sido mais elevados que a inflação — gás, saneamento, recolha de lixo, transportes —, pode-se concluir que a regulação não tem sido solução adequada. E, ainda, que sem um papel determinante do Estado, defendendo o interesse público, não é possível garantir serviços públicos de acordo com os interesses do povo e do País.



A liberalização e a concorrência, longe de beneficiarem os utentes, como dizem os defensores das privatizações, traduzem-se, na realidade, por mais discriminações

MARINHA GRANDE Vidreiros em luta

Classificando o recurso a forças policiais como «caminho inaceitável» para resolver problemas, o Gabinete de Imprensa do PCP lembra que os trabalhadores vidreiros - sector da cristalaria - da Marinha Grande continuam confrontados com salários em atraso, risco de encerramento de empresas e/ou deslocalização e, portanto, com um futuro de inquietação que se reflecte também, de um modo geral, na população.

O PCP repudia a intervenção recente das forças policiais contra os trabalhadores da Marinha Grande e responsabiliza o Governo pela situação existente no sector, já que «tem sido parte principal no processo de acompanhamento desta indústria». Solidários, ainda, com os trabalhadores da Mandata e Mortensen, os comunistas exigem medidas que salvaguardem os direitos dos trabalhadores e os seus salários e garantam os postos de trabalho, o futuro e o desenvolvimento da Marinha Grande.

SANTARÉM Por salários mais justos

Está a decorrer com grande êxito, no distrito de Santarém, a campanha «Por salários mais justos, mais qualidade de vida» que o PCP lançou na Festa do Avante.

Tendo como objectivo recolher a nível nacional assinatura de cem mil subscritores, a campanha, só em duas semanas, alcançou já 1910 assinaturas nos concelhos de Abrantes, Torres Novas, Santarém, Alpiarça, Tomar, Alcanena, Coruche e Chamusca. A equipa de dirigentes concelhios e regionais do PCP que têm mantido contacto com os trabalhadores nas empresas e locais de trabalho, tem constatado a boa aceitação da iniciativa que tem merecido o apoio generalizado das pessoas.

Em Santarém, o objectivo é alcançar cinco mil assinaturas, o que parece não ser difícil, dado o descontentamento dos trabalhadores, muitos dos quais dizem que «são europeus para pagar» mas, para os salários, «estão em último lugar do pelotão da Europa!».

LISBOA Correios em debate

A Coordenadora Nacional do PCP para os Correios vai promover, no próximo dia 13 de Outubro, no CT Soeiro Pereira Gomes, um Encontro Nacional para discutir e aprofundar colectivamente algumas questões relativas ao sector. O Sector de Correios atravessa um período muito complexo que decorre, sobretudo, da liberalização seguida pelo Governo do PS por imposição de Bruxelas. Esta política, segundo a Coordenadora do PCP, tem depois implicações ao nível do serviço público de correios, da estabilidade económica e financeira dos CTT, do emprego e dos direitos dos trabalhadores. A par destes problemas do sector, o Encontro Nacional abordará também a situação política em geral e o papel dos comunistas na defesa do interesse nacional, constituindo, simultaneamente uma oportunidade para conviver e trocar opiniões e experiências entre camaradas de vários pontos do País. Um documento com o resumo dos temas a debater será previamente entregue aos participantes através da organização.

Os problemas das FA's mantêm-se

Acabou de ser aprovada a Lei de Programação Militar (LPM). Aproveitando a «boleia» da actual situação internacional e descentrando o debate que é necessário fazer sobre o estado e o futuro das forças armadas, o PS e o PP aprovaram a LPM.

Temos LPM, mas não temos um Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Melhor, temos duas LPM's: a que acaba em 2003 e a que agora foi aprovada e que terá de ser sujeita a revisão no próximo ano. Isto é, o PS, com os votos do PP, aprova uma LPM sem que isso signifique que ela vai ter aplicabilidade já que, daqui a uns meses, terá de ser sujeita a revisão, cumprindo os ciclos bienais de planeamento da NATO.

Enquanto o PS, em aliança com o PP, continua a encarar a Instituição Militar como mais uma peça do seu jogo político-partidário, os problemas reais das forças armadas agudizam-se. E se tantos outros exemplos não houvessem, referem-se a directiva que

É que os militares não entendem os entusiasmados discursos e mensagens sobre a sua importância e valia, enquanto do ponto de vista prático vão assistindo à ausência de quaisquer medidas visando resolver problemas de há muito existentes. E cabe aqui referir que nem a situação dos militares prejudicados com o 25 de Novembro, cuja lei foi aprovada no 25.º aniversário do 25 de Abril, está a ter o ritmo de resolução que se impunha. É triste! É lamentável! Mas é verdade!

É um facto inegável a necessidade de novos meios para as FA's. Não foram os condenáveis factos ocorridos em 11 de Setembro nos EUA que determinaram a urgência no reequipamento das FA's. Esta necessidade é de hoje pelo

facto de ser uma necessidade de ontem, de há muito. E não há moderno equipamento operativo, com uma guarnição desmotivada, desinteressada, inquieta e descontente. Não há moderno equipamento que resolva a ausência de uma linha de rumo assente nos interesses e possibilidades nacionais. Não há moderno equipamento que resolva uma política para as FA's assente na gestão casuística e conjuntural.

Resultado à vista

O Governo não pode continuar a fugir da discussão de fundo que se

impõe, refugiando-se na tentativa de formatar a realidade nacional aos interesses e dinâmicas externas. O resultado desta política está à vista.

É preciso, é urgente, que o povo português tome consciência das profundas consequências do prosseguimento desta política. Consequências estas que, nalguns casos, só produzirão os seus efeitos aqui a alguns anos.

O PCP continuará a dizer o que pensa, a pensar o que diz e a agir através das propostas e soluções que apresenta para a dignificação dos militares e da para o prestígio das Forças Armadas, numa postura coerente com aquela que seja a sua avaliação própria dos interesses nacionais.

Por isso temos dito e dizemos, que é fundamental que sejam estabelecidos objectivos credíveis visando o reequipamento e modernização das Forças Armadas no quadro da definição de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que assente nas reais possibilidades e nos reais interesses nacionais.

Os militares sabem quais têm sido as posições, os projectos e as propostas do PCP. Nunca questionámos o dinheiro para as FA's. Mas sempre questionámos as opções - Dinheiro para quê? Quais os objectivos? Quais as prioridades?

De há muito tempo que as questões de Defesa e Segurança estão na ordem do dia e hoje, por força da situação internacional, eles assumem uma importância central. A aprovação desta Lei de Programação Militar, sem qualquer reflexão quanto aos objectivos prioritários necessários atingir constitui mais uma oportunidade perdida. Mas a sua aprovação tem o grande significado político de, também nesta matéria e mais uma vez, o PS mostrar o campo que escolhe quanto ao rumo político para Portugal.



Rui Fernandes
Membro
do Secretariado

/// O PS encara a Instituição Militar como peça do seu jogo político-partidário ///

estipula cortes na navegação dos navios em serviço de busca e salvamento ou nas missões técnicas do Instituto Hidrográfico ou na cooperação técnico-militar com os PALOP's. Mas temos ainda os gravíssimos problemas existentes na área de pessoal - carreiras, estatuto dos militares, situação do SMO versus regime de contracto, degradação dos vencimentos, etc.



Conclusões do inquérito à Câmara Municipal de Felgueiras indiciam favoritismo e corrupção

Repor legalidade

A Câmara de Felgueiras está a funcionar de forma completamente irregular, prejudicando os interesses das populações e ofendendo os sentimentos democráticos dos felgueirenses, denuncia, em conferência de imprensa, realizada no passado dia 26 de Setembro, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP.

Para o PCP «não é democraticamente aceitável» que a Câmara de Felgueiras não reúna há quase meio ano e

e, depois, optando por inverter o curso normal do processo, o tenha devolvido à inspecção, «impedindo a sua entrada

O PS tenta impedir o apuramento completo da verdade

que a sua presidente insista, «de forma absolutamente autoritária» - e apesar de pareceres jurídicos contrários -, em decidir sozinha. É lamentável, ainda, que, após as graves conclusões a que chegou o inquérito da Inspeção Geral da Administração Autárquica - que apontam, nomeadamente, para a perda de mandato da presidente da Câmara, Fátima Felgueiras -, o secretário de Estado da Administração Autárquica tenha «metido o processo na gaveta» durante mais de quatro meses

imediatamente nos tribunais e demais instâncias judiciais».

Na conferência de imprensa, em que estiveram presentes Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política e responsável pela DORP, José Timóteo, membro da DORP, Luís Carlos Antunes, responsável pela Organização de Felgueiras, e Lurdes Ribeiro, eleita da CDU na Assembleia Municipal de Felgueiras, os comunistas denunciaram também o facto de o PS, pela voz dos seus dirigentes Narciso Miranda e Jorge Coelho,

estar a acobertar politicamente uma situação «indiciadora de favoritismo e corrupção», apresentando a recandidatura de Fátima Felgueiras, conhecidas que são já as conclusões do inquérito, que confirmam a sua actuação irregular e ilegal.

À falta de argumentos...

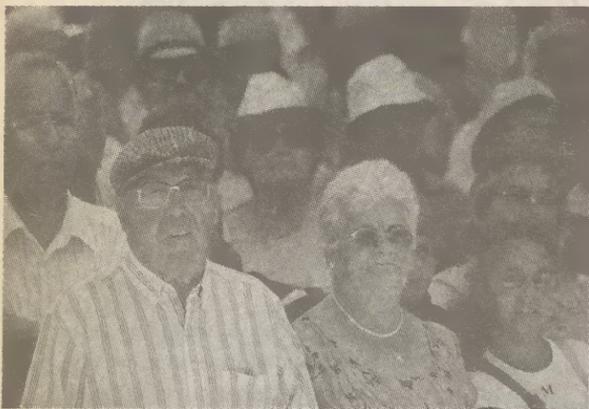
«Com a força bruta dos votos e a fraqueza evidente dos argumentos», o PS impediu, também, que a situação irregular desta autarquia fosse discutida na Assembleia da República com a presença do ministro José Sócrates, acusa o PCP, sublinhando as profundas «contradições» do Partido Socialista.

De facto, «ao mesmo tempo que fala em transparência», o PS «tenta impedir o apuramento completo da verdade» e «enquanto usa o discurso retórico da ética e da luta contra a corrupção», procura impedir que os tribunais e

outras instâncias judiciais «recebam, investiguem e tomem decisões sobre processos que põem em causa o comportamento e a actividade» de uma autarca sua.

Face à demissão do presidente na Assembleia Municipal de Felgueiras, na sessão do dia 24 de Setembro, por se recusar «a ser cúmplice de mais uma farsa», e à intervenção da CDU denunciando toda a situação, é, para o PCP, «incompreensível e pouco transparentes as razões que levam a direcção do PS a não intervir».

Entretanto, na sexta-feira passada, no período de perguntas ao Governo previsto na Assembleia da República, o PCP confrontou o ministro José Sócrates com a necessidade de esclarecer cabalmente o processo relacionado com o inquérito à Câmara de Felgueiras. A DORP, por seu lado, exige a rápida conclusão de todas as investigações e a criação de condições para restabelecer o regular funcionamento da Câmara de Felgueiras.



Dia Mundial do Idoso Por melhores pensões

Integrado nas comemorações do Dia Mundial do Idoso, uma delegação do PCP, constituída por Anabela Mota, José Timóteo e Oliveira Alves, eleito da CDU na Assembleia Municipal do Porto, visitou o Centro de Dia da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos.

Esta acção inseriu-se, ainda, na campanha nacional, lançada pelo PCP, para a recolha de 100 mil assinaturas exigindo o aumento dos salários, das pensões e das reformas.

Num salão repleto de reformados, que expunham as suas carências e faziam ouvir as suas reivindicações, os comunistas chamaram a atenção para a necessidade de uma maior consciencialização da parte de todos no sentido de exigirem dos poderes públicos a resposta aos seus problemas.

«Os reformados e idosos são cerca de 2,5 milhões e constituem um problema social e político do Estado e governos que não pode ser ignorado nem subestimado. A maioria vive com pensões de extrema pobreza, falta de assistência médica e de medicamentos, deficientes condições de habitação social, grande isolamento e solidão. Os baixos valores das reformas e pensões são a principal causa de pobreza em Portugal, por isso a questão central do seu aumento,

que o PCP defende, é uma condição essencial e primária para uma vida melhor, depois de uma vida de trabalho. Os reformados, pensionistas e idosos não precisam de bancos alimentares mas de melhores pensões.»

Segundo a delegação comunista, existe um «grande consenso nos partidos políticos no reconhecimento da pobreza e nas pensões de miséria» mas a direita e o PS, apesar do seu «discurso enganoso», têm «uma prática que prejudica os interesses dos reformados».

Ao mesmo tempo, os comunistas interrogam-se sobre o «sentido dos slogans da Comunidade Europeia «Uma Europa para todas as idades» ou «Uma sociedade para todas as idades», ou os estudos, projectos de intenções e programas de acção contra a exclusão social e a discriminação», quando, afinal, o Governo português «não lhes dá conteúdo e deixa tudo na mesma?»

Por fim, a delegação do PCP denunciou os projectos profundamente negativos do Governo PS que se referem à flexibilização da idade de saída do mercado de trabalho para além dos 65 anos; as privatizações na saúde; a diminuição constante dos medicamentos comparticipados; a linha de desresponsabilização do Governo com a terceira idade».

Rectificação

Por lapso, na nossa edição de 13 de Setembro, a propósito dos debates da Festa do Avante realizados no Espaço O Militante, foi escrito que a reorganização de 1940/41 se processou sob a direcção de Bento Gonçalves, quando tal se referia à reorganização de 1929.

Pelo engano pedimos desculpa aos nossos leitores e ao camarada orador.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Inácio Rocha Santos

Faleceu, na semana passada, com 82 anos, o camarada Inácio Rocha Santos. Militante desde 1974, desenvolveu alguma actividade no Centro de Trabalho de Vila Franca de Xira.

José Paulo Ramos Machado

Faleceu, no dia 18 de Setembro, o camarada José Paulo Ramos Machado, de 65 anos, residente e organizado na freguesia da Encarnação (B.º Alto). Militante do PCP desde 1986, foi, durante vários anos, eleito na freguesia da Encarnação e presidente da colectividade Rio de Janeiro.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TAP

PCP quer gestão competente

A célula do PCP na TAP está preocupada com o futuro da empresa e, em comunicado aos trabalhadores, denuncia os erros e irresponsabilidades de uma política que visa «assassinar» a TAP.

Começando por contestar as várias importâncias já apresentadas como resultados da empresa - 15,4 milhões de contos de prejuízo, em Maio, e 15,9 milhões de contos, em Junho, apesar do lucro de 280 mil contos anunciados nesse mês -, os comunistas concluem que «alguém anda a mentir aos portugueses». E isso só pode ter como objectivos ou «disfarçar a incompetência», ou «tentar passar uma boa imagem» para «ganhar apoios para a privatização da TAP, alienando-a por um preço simbólico».

Tem sido «um rol de erros» desde que a Swissair desistiu da participação no capital da TAP, acusa o PCP, considerando que «nada se fez, desde aí, para defender e valorizar a Companhia».

Aliás, a insistência em manter a TAP vinculada aos acordos de code-share e repartição de receitas com a Swissair, «é prejudicial aos seus interesses e é responsável tam-

bém por grande parte dos prejuízos» dos últimos anos, impondo-se a sua revisão ou rescisão «como imprescindível para a melhoria do seu desempenho».

O PCP está igualmente contra a alimentação «artificial» da YES que vai acumulando prejuízos - cerca de um milhão de contos -, sem ter em conta que o mercado português é pequeno e «não dá para tantos», e denuncia o desmantelamento do Handling, para satisfazer interesses que não são os da TAP.

Também a entrega de parte da manutenção da frota airbus de médio curso às OGMA suscita dúvidas à célula do PCP que denuncia, ainda, o aumento vertiginoso do pagamento de horas extraordinárias ao pessoal navegante - «fruto do exagerado aumento dos voos da TAP e da cedência de pilotos para a operação YES» -, valor que daria para pagar o dobro do aumento reivindicado pelos sindicatos de terra.

«A TAP precisa urgentemente de uma gestão competente», afirma a célula do PCP, sublinhando que os trabalhadores continuarão determinados na defesa dos seus direitos.



A política de gestão da TAP tem sido marcada por inúmeros erros

Jorge Pires Seixal é exemplo a seguir

Jorge Pires, da Comissão Política do CC, esteve na grande festa do Seixal para felicitar os candidatos da CDU, «todos eles homens e mulheres com provas dadas, uns em funções autárquicas, outros nas suas actividades profissionais. Gente que conhece e ama este concelho, que se identifica com a sua cultura, que vive e sente por dentro as dificuldades e legítimas aspirações da população. Todos eles terão a importante responsabilidade de continuar uma obra respeitada e apreciada no País, uma obra que hoje é uma referência positiva no conjunto dos municípios portugueses e em muitos sectores da nossa sociedade».

E prosseguiu: «O Seixal é cada vez mais uma nova centralidade no contexto da AML e constitui para nós, comunistas, um exemplo na gestão autárquica, do qual nos orgulhamos e apontamos muitas vezes como exemplo a seguir.»

O camarada passou em revista as muitas realizações e posturas das autarquias do Seixal que são justo motivo de orgulho de todos. Todavia, questionou: «Mas significa esta apreciação que consideramos que tudo foi bem feito?» E ele próprio respondeu à sua pergunta retórica.

«Não. Não somos daqueles que pensamos que tudo o que fizemos é bem feito, que não cometemos erros, ou que somos detentores da verdade absoluta quando se trata de escolher o que é melhor para as populações; por isso mesmo acreditamos e defendemos um estilo de gestão participada em que todas as opiniões contam, porque para nós, comunistas, entre as liberdades que mais prezamos, conta-se a liberdade de pensar e dar opinião.»

Seis caravanas automóveis de outras tantas freguesias do concelho do Seixal confluíram para a centenária Sociedade Filarmónica Operária Amorense, onde os candidatos da CDU às próximas autárquicas fizeram, na noite do passado sábado, a sua apresentação pública.

E quando os Tocá Rufar surgiram já muito dificilmente alguém conseguiria encaixar-se na multidão que deitava por fora da velha colectividade. Os aplausos cresceram de entusiasmo quando Cândido Mota chamou ao palco, um a um, os candidatos da coligação à Câmara e Assembleia municipais e os

reforçar Abril no respeito dos compromissos assumidos e na resposta aos problemas dos próximos tempos.»

Alfredo Monteiro, que se recandidata a presidente da Câmara, começou por saudar «singela e fraternalmente» a população do concelho, que «desde a Revolução de Abril tem confiado à CDU os destinos desta terra».

«Colocámos as pessoas sempre em primeiro lugar e soubemos dialogar»



Vieram pessoas de todos os pontos do concelho para apoiar a candidatura da CDU a um dos «municípios do País com mais elevados índices de desenvolvimento»

cabeças de lista às seis juntas de freguesia.

Edison Dias, o mandatário da lista CDU, explicou em parcas e acertadas palavras a razão do que ali acontecia. «Aqui estamos de novo para abraçar os nossos candidatos aos órgãos autárquicos, e com teimosia e alegria manifestar-lhes o nosso apoio para que aprofundem a sementeira da solidariedade e da melhoria de vida no nosso concelho. Aqui estamos de novo, fiéis aos nossos princípios, para

Depois de lembrar que o Seixal é um dos «municípios do País com mais elevados índices de desenvolvimento cultural, social, ambiental e económico», exortou aqueles que só aparecem nas campanhas eleitorais e querem «transformar em realidade virtual a obra que se vê», a visitarem o que foi feito no concelho pela autarquia ou por pressão dela e, sobretudo, a defenderem «em todas as circunstâncias os verdadeiros interesses da população —

sem demagogia e hipocrisia —, na exigência da concretização dos investimentos sucessivamente adiados pelos governos e prometidos pelo Jorge Coelho na campanha das legislativas».

Um trabalho gigantesco

«Não há alternativa credível à CDU» — são palavras de Eufrázio Filipe, uma vez mais o cabeça de lista à Assembleia Municipal. E, deste modo directo e inquestionável, disse à multidão porquê. «Porque, ao longo dos anos, definimos com a população o melhor para a sua qualidade de vida; porque colocámos as pessoas sempre em primeiro

teoria, é uma prática de vida com as pessoas, corresponde a muitas e muitas obras novas, a muitas e muitas iniciativas, mas é ainda e sobretudo um casamento sério, uma relação de afecto com esta terra e com as pessoas que aqui vivem.»

A Juventude CDU, como vem sendo habitual, fez a festa. Marta Hisse explicou a razão que leva a juventude do Seixal a estar com a CDU: «Porque queremos mais apoio no que diz respeito à habitação jovem, porque queremos trabalhar no nosso concelho, porque queremos apoio aos nossos projectos,

porque queremos mais cultura e espaços de lazer.»

Marta enumerou, depois, todas as iniciativas que a autarquia seixalense tem lançado em atenção da juventude: Seixaláda, Seixal Radical, Mostra de Teatro, Seixal Jazz, Seixal Rock, Jovens Estilistas, ou os espaços de lazer e de estudo, como o Fórum Cultural, as bibliotecas, as piscinas, as oficinas da juventude, os pavilhões gimnodesportivos, etc. A CDU, sublinhou, «cresce e ajuda-nos a crescer artisticamente, com o *Drive in art*, por exemplo, ou a Feira de Projectos Educativos».

Península de Setúbal Um projecto humanista e coerente

A intenção da coligação de se apresentar a todos os órgãos autárquicos para vencer, «com a justificada confiança de quem cumpre, desde a primeira hora, um insubstituível papel na defesa e desenvolvimento da região» foi, uma vez mais reafirmada no plenário regional de quadros do PCP e activistas da CDU da Península de Setúbal, realizado no sábado no salão dos «Penicheiros», no Barreiro.

Esta intenção vinha expressa na resolução aprovada no encontro, que considerava ainda que a intervenção autárquica da CDU «traduz a renovada actualidade dos princípios mais genuínos, fraternos e solidários, sempre ao lado da população, dos trabalhadores, dos jovens» e que o seu projecto — suportado pelo «imenso esforço criador» de comunistas, ecologistas e independentes — tem a «força e o futuro que a juventude lhe confere». Os activistas da CDU da região consideram que o apoio dado, ao longo de 25 anos, pela população resulta, por um lado, da «incomparável» ligação da coligação aos seus anseios e, por outro, do facto da CDU apresentar o «conhecimento concreto e profundo da realidade local e regional, das necessidades e do potencial desta terra para um pleno desenvolvimento humanizado, ambientalmente equilibrado e promotor de justiça social».

Para os adversários, o recado: «É a CDU que dá as melhores garantias da defesa dos interesses populares, sem se render, sem desistir, sem se submeter a lógicas de poder político ou económico, sabendo dialogar com lealdade, mas reivindicando, com firmeza e sem hesitações, a solução dos problemas dos cidadãos, dos trabalhadores e do povo.»

Reafirmado foi também que a CDU não aceita as «vergonhosas tentativas de manipulação e governamentalização do Poder Local perpetradas pelo PS e seus dirigentes» nem as insinuações de tratamento de segunda pelo Poder Central e alerta para o facto de que «só o apoio e voto na CDU garantem o combate à desastrosa política do PS a nível nacional e local — como o escandaloso caso da co-incineração o demonstra».

Expressa no texto aprovado, e na intervenção final, feita por Jorge Pires, da Comissão Política, esteve a questão da participação das populações, pilar básico do «projecto humanista e coerente» da CDU.

Jorge Pires realçou ainda que, nos dezoito dias passados sobre os atentados nos Estados Unidos da América, muitas empresas já encerraram, o nível de vida continua a descer, a inflação a aumentar, tal como a dívida externa, pelo que é necessário trazer novamente para o centro do debate as questões da qualidade de vida dos trabalhadores e das populações, até porque o PS sabe que as opções de voto não se confinam apenas às questões autárquicas. Face a isto, foi realçada a importância da campanha de recolha das 100 mil assinaturas por melhores salários, protagonizada pelo PCP.

Felgueiras

CDU exige demissão do executivo

A CDU de Felgueiras considera que a «nossa Câmara não está em condições de governar o concelho», assume a estrutura local da coligação que apresenta como motivos para a exigência de demissão do executivo municipal a «falta de quorum, as sucessivas irregularidades, as gravíssimas acusações de saco azul e outras, os pareceres do IGAT e da Secretaria de Estado da Administração Autárquica».

Esta exigência foi feita em comunicado emitido no

passado dia 27, um dia após as manifestações de protestos dos moradores do bairro João Paulo II que, segundo a CDU, têm razão: «prometeram-lhes melhores acessibilidades e afinal cortaram-lhes o bairro ao meio; prometeram-lhes melhor qualidade de vida e afinal o percurso que levava dez minutos leva agora muito mais; as crianças estão mais expostas ao perigo e aos acidentes e a qualidade estética da variante deixa muito a desejar», afirma a coligação que considera que, face a isto,

«o povo sentiu-se defraudado e protestou na prometida inauguração, que acabou por não acontecer».

Confrontada com a indignação popular, a autarquia «conseguiu transformar uma simples, espontânea e legítima manifestação popular numa acção calculada, organizada e dirigida contra si por alguns». Para a estrutura local da CDU, Fátima Felgueiras «lá saberá por que não dorme descansada e vê em todos e cada um inimigos e provocadores perigosos».

Agora, com a obra terminada, a coligação entende que é preciso tudo fazer para corrigir o que foi mal feito. Como primeira medida, exige a construção da passagem aérea pedonal. A CDU «insiste, uma vez mais, que a grande e mais urgente obra que Felgueiras precisa verdadeiramente em matéria de acessibilidades é a construção do IC 25 e IP 9, que andam a ser prometidos há mais de 10 anos, vão passando pelos diversos orçamentos de Estado e nunca mais estão prontos».

• José Cruz

Vila Real de Santo António

«De cabeça erguida»

Carlos Carvalhas manifestou em Vila Real de Santo António a sua convicção de que, com os pés na terra e com trabalho, a CDU poderá reconquistar a Câmara Municipal.

O secretário-geral do PCP, que participava num jantar de apresentação das candidaturas aos órgãos autárquicos de Vila Real de Santo António, que juntou cerca de 150 apoiantes, lembrou que há quatro anos a CDU perdeu a autarquia sem perder a confiança dos eleitores, uma vez que subiu o número de votos expressos, tendo sido prejudicada por uma transferência de votação do PSD para o PS.

Observou também que há quatro anos ainda havia em muitos cidadãos a esperança no PS, mas que hoje eles observam desiludidos que, na prática, ele não se distingue do PSD e favorece a concentração da riqueza com a sua política neoliberal.

Carlos Carvalhas prosseguiu afirmando que a CDU pratica uma política de proximidade, dando atenção não só aos problemas estruturantes das terras como às dificuldades do dia-a-dia dos cidadãos e, por isso mesmo, vai para as próximas eleições de cabeça erguida.

Referindo-se à conjuntura internacional, reafirmou a condenação do PCP a todas as formas de terrorismo, individual, de grupo ou de Estado e lembrou que foram os Estados Unidos quem formou, armou e financiou os terroristas que agora perseguem. Resumiu a posição do PCP numa frase recolhida num cartaz de uma manifestação na América «o nosso grito de dor não é um grito de guerra», lembrando a necessidade da luta pela paz e a justiça também na ordem internacional.

Mário Sousa, candidato à Câmara Municipal, informou que a CDU tem praticamente contactados todos os participantes nas listas de 1997, para auscultar a sua disponibilidade de participação, mas tem também muita gente nova, na participação nas listas e na idade. Afirmou-se encorajado com os resultados já alcançados e com a disponibilidade dos contactados que tem sido praticamente total. «O que me parece mais importante é que o calor, a vontade de participar, prefigurem um clima de grande apoio à CDU que, aliás, temos vindo a observar em outros contactos realizados em todo o concelho. O clima é pois de optimismo e confiança», afirmou.

Disse estar preparado para trabalhar com todas as suas forças para o objectivo da vitória autárquica e que os vereadores, a equipa que vai ser formada, terão seguramente as capacidades necessárias ao desenvolvimento do projecto político. Os eleitos nos demais órgãos do Município, a CDU no seu todo, serão o suporte indispensável e incondicional.

CDU apresenta candidatos a Vila Franca de Xira e promete trabalhar para preencher as lacunas abertas em quatro anos de gestão PS/PSD

Voltar ao bom caminho

Vila Franca de Xira assistiu no dia 22 de Setembro à apresentação pública das candidaturas da CDU ao concelho. Cerca de 450 pessoas foram ao Ateneu Artístico Vilafranquense e ficaram a conhecer os candidatos às freguesias, à Assembleia Municipal, bem como a equipa que pretende dirigir a autarquia nos próximos quatro anos.

A seguir ao espectáculo musical com o grupo Ó-da-Gaita, José Neves, cabeça de lista à Câmara, apresentou algumas das principais prioridades da coligação. Defendendo um desenvolvimento harmonioso, sustentável e pensado para o concelho, o candidato destacou que a CDU retomará uma luta que a actual gestão do PS abandonou: a racionalização dos transportes e das acessibilidades para fazer face ao crescimento verificado. O mesmo crescimento que também obriga ao alargamento do universo de equipamentos escolares – incluindo estruturas de ensino superior universitário e politécnico, a serem reivindicadas à administração central. Também ao Governo se deverá exigir, afirmou José Neves, o novo Hospital e a melhoria dos serviços de saúde, desde a construção de mais e melhores centros de saúde até à implementação do apoio domiciliário, previsto na lei.

As carências de políticas reintegradoras que apremem a erradicação de barracas e solucionem a os problemas da habitação degradada foram também denunciadas pela CDU, que defende a «rápida conclusão do PER e uma aceleração no ritmo de aplicação do Programa de Requalificação dos Núcleos Urbanos Históricos, que parece esquecido, em troca

de uma expansão desenfreada da nova habitação ao sabor dos interesses imobiliários», os mesmos que encaminharam o concelho «para uma situação de caos urbanístico», se não for travada esta expansão desregrada.

Dá que, vencendo as eleições em Dezembro, a CDU «retomará de imediato, os trabalhos de

pela autarquia – neste mandato e nos anteriores – de aceleração do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal».

Um concelho solidário

Mas nem só de habitação falou José Neves, que chamou a atenção para as questões da solidariedade social, garantindo que a CDU «dará uma cuidada atenção às competências que, nesta matéria são da responsabilidade da Câmara Municipal, bem como terá um papel activo na dinamização e cooperação com todos os agentes que, no concelho, prestam serviços na área da acção social», propondo a criação de uma carta

«cessam os atrasos na construção das estações de tratamento de águas residuais de Alverca e Vila Franca de Xira, para que os esgotos parem finalmente de poluir o Tejo». Entendendo que a Câmara Municipal «carece de um Gabinete Técnico de Ambiente e de uma Carta Ecológica do Concelho», José Neves avançou com o propósito de dar prioridade a essas medidas, «até porque são necessárias soluções integradas que contemplem as zonas ribeirinhas, a reserva ecológica do Estuário do Tejo, as áreas rurais e a sua interligação através de corredores ecológicos».

A nível cultural, o candidato referiu que, com a CDU, a Câmara terá uma política estruturada em duas vertentes,

A CDU pretende travar o crescimento desregrado do concelho



José Neves, na foto com Sérgio Leitão, cabeça de lista à Assembleia, prometeu retomar muitas das medidas da CDU que o PS abandonou

revisão do PDM, suspensa pela gestão PS/PSD, e defenderá firmemente o respeito pelas reservas agrícola e ecológica». Ainda no plano da habitação, o candidato referiu a sua intenção de honrar os compromissos assumidos

social do concelho e de um gabinete de apoio aos problemas da pobreza e exclusão social, «qualquer que seja a sua origem».

Ao nível do ambiente, o candidato prometeu que, com a CDU em maioria,

«a promoção à criação cultural e o apoio à fruição de bens culturais». No primeiro caso, disponibilizando apoios aos criadores e no segundo criando novos públicos, nomeadamente na comunidade escolar.

Alcoutim

Anunciado novo candidato

A CDU de Alcoutim realizou, a 29 de Setembro, um Plenário Concelhio, em Martinlongo, para continuar a preparação das Eleições Autárquicas do próximo mês de Dezembro e decidiu apresentar para candidato à presidência da Câmara – depois do falecimento de Álvaro de Castro – António Lourenço Assunção, de 59 anos, enfermeiro aposentado. Militante do PCP, foi membro da direcção do Sindicato dos Enfermeiros e durante muitos anos delegado sindical. Desde há anos ligado à CDU de Alcoutim, foi candidato à Assembleia Municipal nas últimas eleições autárquicas.

Para além de decidir sobre o candidato a apresentar, o plenário fixou 11 objectivos essenciais para o concelho, de entre os quais se destacam a continuação da luta pelas grandes obras da responsabilidade da Administração Central, imprescindíveis para



António Assunção

a concretização das potencialidades turísticas do concelho, nomeadamente, no domínio das acessibilidades. O aceleramento das obras de saneamento básico nas principais povoações – muito atrasadas no concelho – é outra das prioridades.

A CDU pretende ainda «alargar o apoio aos idosos, nomeadamente com um lar em Giões, que é a freguesia mais envelhecida do Algarve» e rever urgentemente o PDM, que se tem assumido como um entrave à criação de habitação e de instalação de novas actividades económicas.

A criação do parque industrial, o apoio à construção de escolas básicas, a promoção de estruturas de apoio ao desporto e à cultura são outras das propostas, a par do combate à burocratização, da reorganização dos serviços e da distribuição equitativa dos investimentos municipais.

Lagos

Fazer um concelho de qualidade

Carlos Carvalhas e José Neto, responsável na Comissão Política pela organização do Algarve, estiveram presentes no jantar de apresentação dos cabeças de lista ao município algarvio de Lagos, que juntou cerca de 200 apoiantes.

Luísa Teixeira, candidata à presidência da Câmara, diz saber, por via das suas funções de vereadora, que «muito há por fazer e já devia – e podia – ter sido feito», acusando a maioria do PSD de apenas se limitar a arranjar soluções improvisadas os problemas. Para o comprovar, afirma, basta passar um olhar – «mesmo que superficial» – pelo concelho e é observável o abandono a que foi votado o património cultural, a inexistência de escolas públicas da rede da pré-primária, a ausência de obras na escola do Bairro Operário. A falta de jardins públicos, de piscinas municipais ou de pavilhão gimnodesportivo mereceram duras críticas ao

desempenho da autarquia por parte da candidata, que assinalou ainda a sua oposição à demora da aprovação e aplicação dos novos planos de urbanização.

Entre as medidas apresentadas por Luísa Teixeira, contam-se a realocação do Hospital de Lagos, a construção de acessos que façam a ligação vertical e transversal do concelho a Espanha e Lisboa, e outras medidas que criem as condições para o «desenvolvimento que permita a fixação dos nossos jovens, uma vida melhor para os nossos munícipes, para que possamos receber com dignidade e orgulho os nossos visitantes e fazer de Lagos um destino turístico de qualidade, então sim, um dos 10 melhores destinos turísticos do mundo».

Na sessão foram também apresentados os restantes cabeças de lista, à Assembleia, Emília Pinheiro, e às freguesias.



Luísa Teixeira

Castelo de Vide A única alternativa democrática

José António Raposo, membro do executivo da Direcção Regional de Portalegre, foi anunciado como candidato da CDU à presidência da autarquia de Castelo de Vide.

Consciente das «dificuldades que se têm levantado à participação e reivindicação dos munícipes muito em especial dos mais carenciados socialmente», o candidato afirmou que o concelho, outrora terra apetejada por «grandes escritores e poetas», tem regredido em todos os aspectos ligados ao desenvolvimento integrado e harmonioso e é, hoje, pertença de um cada vez menor número de famílias, porque a «autarquia tem favorecido a autopromoção desses "senhores" que têm agido como fossem os donos de todos os meios, relegando para o desprezo e esquecimento todas as pessoas cujo trabalho se tem norteadado pela isenção, honestidade e competência». Face a esta realidade, o candidato deixou patente o compromisso de «colocar a autarquia democraticamente ao serviço de toda a população do concelho».



José António Raposo

Quanto aos adversários que irá defrontar, José Raposo considerou que o «PS desgoverna o nosso concelho há mais de 25 anos, com uma maioria absoluta, cansada, rotinada e desgastada, que não teve capacidade e vontade política de implementar os verdadeiros meios de desenvolvimento sustentado que garantem a melhoria da qualidade de vida» e o PSD «tem-se caracterizado por uma política de conveniência e cumplicidade, não apresentando propostas concretas de inovação e demitindo-se de forma vergonhosa das suas responsabilidades, chegando à triste e lamentável situação de nem ter conseguido manter o segundo vereador a que tinha direito por eleição e por se terem demitido todos os outros seis candidatos», pelo que lhe cabe uma grande parte da responsabilidade pelo estado de atraso em que o concelho se encontra.

Tendo tomado da palavra depois de Manuel Veiga e Eugénia Coelho, nomeadamente mandatário e primeira candidata à Assembleia Municipal, Adão Barata, actual presidente, lembrou que, em 1997 a CDU apresentou à população do concelho 21 propostas para o século XXI. «Era um vasto e ambicioso programa, que incluía acções e compromissos para o mandato de 1997/2001, e outras, que pela sua natureza, ultrapassavam esta meta temporal de quatro anos, constituindo intervenções de dimensão e significado estruturantes a executar numa perspectiva mais ampla em termos temporais», afirmou o autarca que lembrou que o essencial está cumprido e até ultrapassado, pois «executámos neste período outras 12 grandes acções que, não fazendo parte das 21 propostas apresentadas em 1997, são da mesma natureza e dimensão, como seja a construção de piscina, de escolas, parques urbanos, entre outras».

Adão Barata mostrou-se orgulhoso, na apresentação dos candidatos ao concelho de Loures, realizada no passado dia 29, do trabalho realizado e avança com seis vectores para continuar a desenvolver o concelho.

Do que estava proposto e não se fez, Adão Barata lembrou que, na sua maior parte, são projectos da competência do poder central. Por tudo isto, tem a convicção de que «poucos se podem orgulhar de, com objectivos e metas tão ambiciosas, terem conseguido atingir tão elevada concretização, e por isso é inteiramente justificável toda a satisfação que sentimos pelo importante trabalho realizado». Pela dedicação, empenhamento e competência dos eleitos da CDU e dos trabalhadores da autarquia, destacou o candidato.

Com os objectivos e metas definidos para os próximos anos, Adão Barata destacou seis grandes eixos estratégicos da intervenção para o próximo mandato – requalificação e desenvolvimento urbano, ambiente, educação, acessibilidades, saúde e modernização administrativa.

Leiria Contrariar os baixos níveis

Teve lugar no passado dia 29 de Setembro o Encontro Distrital da CDU, que contou com a participação de algumas dezenas de activistas. E tinha como objectivo fazer o ponto da situação, definição de prioridades e perspectiva os traços fundamentais da acção e intervenção da CDU no distrito.

Na mesa, além de José Augusto, responsável regional do PCP, estiveram, entre outros, Teresa Neto, do PEV, António José Correia, independente e cabeça de lista a Peniche, e ainda Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP, e Rui Fernandes, do Secretariado.

O Encontro aprovou uma proclamação da qual se destaca a consideração de que «na maior parte dos concelhos do distrito de Leiria, continuou a alastrar a desorganização e o caos urbanístico. A reboque de projectos imobiliários, PS e PSD promoveram, por assumida falta de

iniciativa, o vazio no planeamento, acentuando assim a desumanização dos espaços habitacionais e públicos, escasseando as zonas verdes, os espaços de lazer e as acessibilidades». O texto entende ainda que estes partidos, «privilegiando as políticas de expansão urbana, abandonaram à sua sorte os centros históricos das cidades, vilas e aldeias, sem políticas de reabilitação, seja do parque habitacional seja do património histórico-cultural». Noutra vertente, a proclamação refere que a «grande maioria dos concelhos continua com níveis baixíssimos de saneamento básico e os recursos hídricos com níveis elevados de poluição».

Apontando a CDU como a força portadora de um «projecto alternativo para uma vida melhor», a proclamação refere que a «dinamização da CDU como um amplo espaço democrático de interven-

ção e participação, aberto à contribuição de cidadãos independentes disponíveis para trabalhar no interesse das populações e das respectivas freguesias, vilas e cidades, constitui uma tarefa e um objectivo da maior actualidade».

Barros Duarte, cabeça de lista à Câmara Municipal da Marinha Grande, pôs em evidência a diferença entre a gestão CDU e PS a propósito da actual situação vivida pelos trabalhadores vidreiros das empresas Mandata e Mortensen.

Jorge Cordeiro, que encerrou o encontro, caracterizou o actual momento político e pôs em evidência a diferença existente nos concelhos CDU e os de outras forças políticas. Denunciando o uso e abuso do aparelho de Estado por parte do PS, apelou à necessidade de um amplo e empenhado trabalho de todos os que querem uma outra política ao nível poder autárquico.

«Paz e Amizade» cheio na apresentação Uma referência de desenvolvimento

Seis eixos para o desenvolvimento

O primeiro eixo, requalificação e desenvolvimento urbano, abarca várias realidades, das quais o autarca destacou a requalificação de núcleos urbanos, a continuação da legalização das AUGI e a conclusão do processo de erradicação de barracas, desenvolvendo acções, em articulação com o Governo, que conduzam à solução dos vários problemas de habitação degradada que persistem.

dos das famílias mais carenciadas e apoiar a ampliação e melhoria da rede dos segundo e terceiro ciclos, competências do poder central.

No que respeita às acessibilidades e transportes, Adão Barata destacou a necessidade de extensão ao concelho de transportes públicos em ferro carril e de desenvolver a rede viária concelhia, concluindo a via de cintura e avançando na construção das variantes.

Lembrando que a melhoria dos serviços de saúde é responsabilidade exclusiva do Governo, o candidato mostrou-se disponível para



Adão Barata destacou o trabalho dos eleitos e candidatos da CDU como uma mais-valia para o concelho.

encontrar soluções que visem contribuir para resolver o problema da carência e mau estado dos equipamentos.

No que respeita ao ambiente, o candidato destacou a continuação da florestação em diversas áreas do concelho, o reforço da protecção das áreas ecológicas e o prosseguimento das acções de sensibilização e educação ambientais.

Para a educação, a CDU propõe-se a prosseguir a qualificação do pré-escolar, com ampliação da rede de modo a abranger todas as crianças do concelho, melhoria das condições de acesso aos programas de ATL, reforçando apoios ao nível da acção social nas escolas, designadamente no que respeita ao assegurar da alimentação dos alunos oriun-

O candidato mostrou-se determinado em prosseguir com as medidas de desburocratização dos serviços e de concentração destes num único edifício para tornar mais simples a vida dos cidadãos.

No final, Bernardino Soares, da Comissão Política, destacou o bom trabalho da CDU nas autarquias e alertou para o uso e abuso do PS dos meios governamentais em prol de interesses partidários.

Guarda Levar a voz da CDU ao executivo

José Manuel Costa e Honorato Robalo, candidatos à Câmara e Assembleia Municipal da Guarda, foram apresentados no passado dia 1 em conferência de imprensa. Nas intervenções, foram salientadas as provas dadas pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal e nas assembleias de freguesia.

A importância de fazer chegar ao executivo a voz da CDU, por ser nesse espaço que se decide o dia-a-dia da gestão da cidade e do concelho.

Os candidatos destacaram ainda que só a CDU constitui uma verdadeira alternativa às erradas políticas levadas a cabo pelo PS, apoiado em questões de fundo pelo PSD

que, em casos concretos de propostas da CDU – com o fim de se averiguarem e inquirir de situações de «verdadeiros atentados às mais elementares regras de urbanização» –, vota ao lado do PS para impedir o esclarecimento das mesmas.



José Manuel Costa

José Costa tem um longo currículo. Professor de 47 anos, integra a Comissão Concelhia da Guarda e o Secretariado da DORG do PCP. Em termos autárquicos, foi eleito para a Assembleia Municipal de Moncorvo, em Trás-os-Montes, pelo período de três mandatos, e candidato da CDU às eleições para a Assembleia da República em 1991.

Entrevista com **Vasco Cardoso** representante dos estudantes do ensino superior no Conselho Nacional de Educação

Universidades em processo de falência

Vasco Cardoso, o único representante dos estudantes do ensino superior no Conselho Nacional de Educação, fala dos cortes orçamentais previstos para esta área de ensino, alerta para as consequências práticas na vida das universidades e aborda a convergência na contestação de alunos, professores e funcionários.

estudante – porque as propinas vieram de facto agravar essa dicotomia –, estamos perante uma opção política de fundo.

– Esta opção do Governo não é contraditória com as prioridades apontadas no início do seu primeiro mandato?

– Nitidamente contraditório. Aliás, hoje poucas dúvidas irão restar em relação àquilo que foi a «paixão pela educação», que depois se verificou que não tinha correspondência. Muitas vezes o Ministério da Educação faz um esforço significativo para tentar, através de um conjunto de números, ludibriar aquilo que é, neste momento, uma situação verdadeiramente dramática no ensino superior.

– Em 1996, quando tomou posse pela primeira vez, o Governo de Guterres suspendeu as propinas. Teria, na altura, outras intenções?

– Acho que não restam ilusões que a suspensão das propinas se deveu a um intenso e longo processo de luta dos estudantes. A pressão social criada em torno do Governo foi um factor determinante para esse arrear de caminho.

– Terá sido apenas uma «medida popular»?

– Popular mas, por outra via, o Governo surge com a Lei de Financiamento do Ensino Superior, que coloca novamente as propinas como elemento central da discussão do financiamento, com tudo o que está por detrás da questão das propinas, que está muito longe de ser considerada uma guerra perdida pelos estudantes.

À medida que os anos foram avançando, comprovaram-se duas coisas. A primeira é que o principal e quase exclusivo objectivo da lei foi a introdução das propinas, portanto pôr o estudante a pagar. A segunda é que não tinha razão de ser a propaganda que dizia que a propina correspondia apenas a um maço de tabaco por dia. Efectivamente, os custos de frequência no ensino superior não se esgotam na propina e esta é mais uma agravante.

É uma falácia também por contradizer o espírito da Constituição e porque a introdução das propinas foi directamente proporcional aos sucessivos cortes orçamentais. Nesta medida, as propinas não conseguem constituir-se perante nenhum sector educativo como um elemento positivo.

No entanto, isto liga-se também à lógica do Governo para o ensino superior, uma lógica de mercantilização dos saberes. A introdução da propina aproxima o ensino superior público ao privado. Quem beneficia desta situação é o ensino particular e cooperativo, não os estudantes desse subsistema, mas os negócios que estão por detrás.

– As escolas podem, de facto, funcionar com as condições actuais?

– As escolas poderão sempre funcionar. Pode estar a parede a cair, não existir professores para dar uma aula...

A questão é como é que queremos que as instituições funcionem. O mínimo de dignidade exige-se e a perspectiva para o próximo Orçamento de Estado não contempla esta dignidade. A questão não se coloca apenas no fechar ou não fechar, embora existam situações de grande dramatismo, em que o orçamento só para salários ultrapassa a dotação orçamental.

– Onde é que isso já aconteceu?

– Existem algumas faculdades de Lisboa onde isso acontece, não só este ano, mas agora é mais evidente.

– Quando falas em dignidade pode traduzir-se por qualidade de ensino?

– Sim, naturalmente, sendo este um conceito extremamente lato. Estamos a falar de muitos casos em que não houve renovação dos contratos dos professores, de centenas de aulas em todo o País com menos professores do que no ano passado. Isso significa que as turmas cresceram e que o insucesso escolar – que hoje já não é famoso, com 40 por cento dos estudantes do ensino superior a não concluírem o curso em que estão inscritos – vai aumentar.

Em termos de consequências directas, estamos a falar sobretudo da questão dos professores, do alargamento do número de alunos por turma e de uma subida generalizada dos preços dos serviços de acção social. Em estudo na Universidade da Beira Interior e no dia 1 os preços tiveram um aumento de 15 por cento. Aumentam também as taxas e emolumentos. É importante que se tenha conhecimento que não são apenas as propinas que os estudantes pagam: há as matrículas, os exames, os requerimentos e o próprio «canudo» que pode custar entre 15 e 25 contos. Isto para não falar nos materiais de estudo.

Haverá consequências na falta de pessoal não docente, com repercussões no horário das bibliotecas, das cantinas, de pessoal de apoio às residências e aos laboratórios. Não sendo esta uma situação nova, é a continuação de uma política que se agravou dramaticamente com estas medidas.

– Na acção social escolar, estas medidas poderão também reflectir-se na privatização de cantinas e residências?

– Essa é uma questão que tem sido discutida no movimento associativo e que é hoje evidente. A medida que os apoios do Estado vão regredindo – estamos a falar de um corte orçamental de 20 por cento para a acção social escolar, para além do corte no ano anterior –, à medida em que o Estado se demite da responsabilidade de criar condições a todos os estudantes, surge um negócio paralelo. Verifica-se que há um conjunto muito significativo de cantinas e bares que os serviços de acção social têm vindo a privatizar, onde os prejuízos para a qualidade são evidentes. Os preços em alguns casos não são ao mesmo nível, embora existam indexações impostas pelo Ministério. Se uma refeição é vendida a 310 escudos numa cantina concessionada, o lucro terá de vir de

algum lado. Há dezenas de situações em que as refeições são servidas com duas fatias de fiambre, um ovo estrelado, um arroz salteado e duas folhas de alface.

– Nas residências começa a acontecer o mesmo?

– O grupo Amorim está a construir um complexo de residências universitárias em onze sítios diferentes do País. Já foi inaugurada uma em Lisboa, na Universidade da Beira Interior está prestes a ser inaugurada outra, com uma publicidade extremamente agressiva. Num universo de 70 por cento de estudantes deslocados, a taxa de cobertura de residências públicas não cobre 11 por cento dos estudantes. Logicamente, isto é um campo aberto para o negócio, nomeadamente nos apoios sociais directos. Os empréstimos bonificados, com a ideia «tiras o curso agora e quando fores colocado no mercado de trabalho terás de nos pagar», estão a ser aplicados. Em última análise, isto substitui a acção social escolar por um negócio que irá depender da capacidade do estudante, quando acabar o curso, de ganhar dinheiro para pagar a dívida. Temo que muitos estudantes saiam do ensino superior sem garantias de emprego e completamente endividados.

– A investigação científica também é afectada?

– Essa é das primeiras áreas a ser sacrificada, uma vez que é menos visível aos olhos da opinião pública. Facilmente se compreende porque é que o nosso país está na cauda da Europa em todas as áreas de investigação, com excepção em algumas áreas específicas, mas à custa do sacrifício pessoal e colectivo dos investigadores.

– Que alterações práticas estão a ser feitas nas universidades devido aos problemas financeiros?

– Por exemplo, no meu curso, no ano passado uma série de turmas tinham vários turnos na mesma disciplina e este ano só há um turno. Não foram contratados mais docentes para assegurar o desdobramento de turmas, nem um acompanhamento mais próximo dos estudantes. Outra medida prática: encerramento das instituições durante o fim-de-semana e à noite por falta de dinheiro para pagar a funcionários. Os cortes revelam-se em medidas de gestão e racionamento de custo ao mínimo possível, no limite da sobrevivência. Outra consequência prática é a abertura indiscriminada de cursos. Hoje abrem-se cursos mais para garantir financiamento do que por haver necessidade deles.

– É viável a convergência de professores, estudantes e funcionários?

– Acho que temos de ir à história de cada uma destas lutas para encontrar razões para que essa convergência exista ou não. Estes cortes orçamentais são a continuação de uma política, à qual o movimento estudantil tem dado uma resposta coerente e continuada. Este é um processo que, para a maioria das

• Isabel Araújo Branco texto

• Jorge Cabral e arquivo fotos

associações de estudantes, está longe de ser uma questão nova. A luta dos estudantes não vai começar neste ano lectivo, é uma continuação. Há é novas condições para a luta.

Acho que há necessidade de uma maior consciencialização por parte do corpo docente, dos funcionários e dos estudantes, mas, na minha perspectiva, não estamos numa fase da luta que nos indique que estes sectores estão ao mesmo nível. Existindo uma convergência de interesses e posições, naquilo que é um não rotundo a esta política do ensino superior, o estado de maturação da luta nestes sectores é diferente.

Se existe um sector em condições de colocar as posições justas no seio do ensino superior são os estudantes. A luta dos estudantes tem uma história, tem um papel importante, tem particulares e condições objectivas para a intervenção que os outros sectores não têm. Isto não quer dizer que, à partida, esta seja uma

Os estudantes não pagam apenas as propinas: há os materiais de estudo, as matrículas, os exames, os requerimentos e o próprio «canudo», que pode custar até 25 contos

A privatização dos bares e cantinas começa a ser comum, com evidente prejuízo para a qualidade. As residências privadas estão a aumentar, pela mão do grupo Amorim (na foto, a residência da Rua dos Sapateiros, em Lisboa)



questão esgotada. O desenvolvimento do trabalho conjunto pode caminhar nesse sentido. O que eu digo é que não estamos nessa fase da luta.

– O facto de, depois de tantos anos de contestação dos estudantes, os professores e os funcionários reclamarem contra as condições no ensino reflecte a gravidade da situação?

– Reflecte a gravidade, embora o movimento sindical tenha acompanhado as posições dos estudantes. O agravar da situação cria novas condições no seio dos professores para o avanço da luta.

– Na semana passada, o Instituto Superior Técnico, em Lisboa, aprovou um orçamento que não leva em conta os cortes orçamentais. Se as diversas instituições não assumirem o orçamento previsto para 2002, o que poderá acontecer?

– Não sei se existem condições, do ponto de vista institucional, para que isso se generalize. Existem situações e ambiente diferentes em cada uma das academias. Mas, em primeiro lugar, isto tem uma leitura clara: é a instituição a dizer ao Governo que não está de acordo com esta opção política. A consequência é uma maior pressão política junto do Ministério da Educação, no sentido de rever a proposta para este orçamento. Caso isto venha a ser aprovado, estaremos numa situação em que o Governo obrigatoriamente terá de se sentar à mesa com as instituições para discutir.

Isto abre também um campo de intervenção constitucional, que, se for acompanhado por outras dinâmicas, pode

efectivamente inverter esta tentativa de imposição dos cortes orçamentais por parte do Governo.

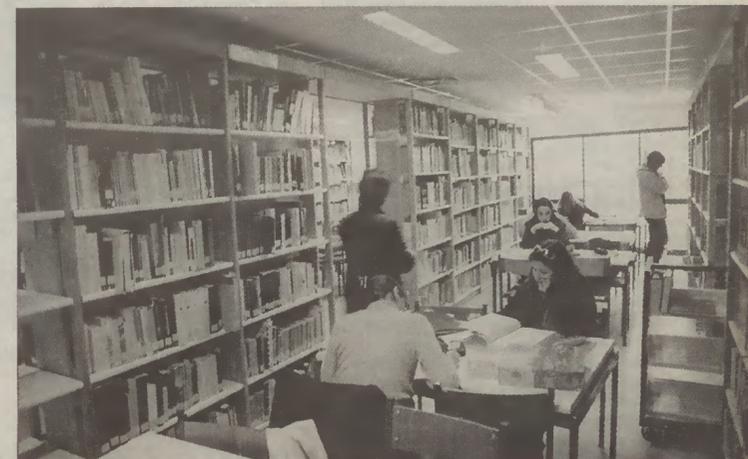
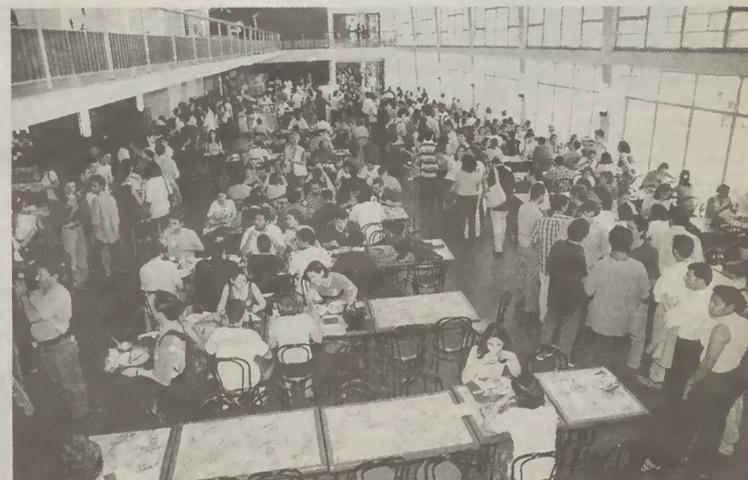
– A utilização das propinas para as despesas correntes vai contra a lei de financiamento, que diz que a sua função é contribuir para o acréscimo de qualidade. Pode dizer-se que o Ministério da Educação e as instituições estão a agir ilegalmente?

– A uma pergunta semelhante a essa, uma vez um secretário de Estado do ensino superior respondeu que para o Governo o dinheiro não tem cor. Mas esta não é uma questão nova. A única novidade é que os reitores e os presidentes dos politécnicos o assumem publicamente, coisa que não faziam há dois ou três anos.

Em 1997/98, quando se volta a cobrar a propina, houve um corte orçamental de 11 milhões de contos, o que foi um indicador claro para que servia o dinheiro das propinas. Penso que não há hoje nenhuma instituição que faça diferenças em relação a este dinheiro e isto comprova a fraude que foi a lei de financiamento e os objectivos que estavam por trás.

– Como fica o orçamento-padrão em todas estas contas?

– Em 1992, foi acordado entre o Conselho de Reitores e o Ministério da Educação uma forma de financiamento que introduz uma alteração substantiva: o dinheiro para as universidades deixava de ser negociado ano a ano com cada instituição, passando a ser definido à partida por uma fórmula, sendo essa fórmula um factor de convergência que, à medida em que os anos se iriam passar,



Com os cortes orçamentais, haverá cortes no pessoal e consequente diminuição dos horários das bibliotecas, laboratórios e cantinas

aproximaria o orçamento do ensino superior ao orçamento-padrão. Esse orçamento-padrão é o valor considerado como o necessário para que as instituições possam funcionar e desenvolver o seu papel, constituído por 80 por cento para despesas de funcionamento e 20 por cento para investimento.

O que foi acontecendo, em vez de haver uma aproximação desse orçamento-padrão, há uma divergência, especialmente nos últimos três anos. Ou seja, estamos hoje mais longe de atingir o valor referencial de qualidade. Neste momento, estamos a caminhar para o ponto de partida, quando este modelo de financiamento começou a ser discutido.

– Esta contestação pode levar à queda de mais um ministro?

– Nos últimos dois anos tivemos quatro ministros da Educação e, no essencial, as políticas mantiveram-se. O movimento associativo já percebeu que a mudança de caras de pouco ou nada serve, se não existir a mudança de políticas. O objectivo central da luta estudantil é combater esta política. Quem a personifica é absolutamente indiferente. A contestação, a ser crescente, pode e deve conseguir atingir esse objectivo.

– Para concluir, a situação é grave?

– É, a situação é grave. Isto obedece a um conjunto de lógicas que beneficiam a mercantilização do conhecimento, que, a não ser contrariado, irá conduzir a uma privatização do ensino superior. Penso que este é o objectivo central, a médio e a longo prazos, deste conjunto de políticas.

Turismo

Uma concentração no Porto, junto à sede da associação patronal, foi levada a cabo pela Fesaht/CGTP, para assinalar o Dia Mundial do Turismo, a 27 de Setembro. Com cerca de uma centena de dirigentes, delegados e sindicais dos sectores da hotelaria, restauração e bebidas, das regiões Norte e Centro, o plenário constituiu um protesto público contra a precariedade de emprego e os baixos salários que são praticados. Na moção aprovada, afirma-se que «a maioria dos trabalhadores leva para casa cerca de 70 mil escudos», enquanto muitos outros (nomeadamente das áreas da limpeza, rouparia, copa, jardinagem, vigilância, bagagens) nem chegam a receber o valor do salário mínimo. Ao mesmo tempo, cresce o trabalho clandestino e ilegal, há cada vez mais pessoal temporário e, particularmente em restaurantes, cafés e pastelarias, são feitos horários de 50 e 60 horas semanais, com apenas um dia de folga e sem a devida remuneração pelo trabalho suplementar. A Fesaht exige que o patronato conclua o processo negocial do Contrato Colectivo de Trabalho, em curso, reivindicando aumentos salariais de sete por cento, garantindo o mínimo de seis contos (30 euros).

Júlio Ribeiro

Uma mensagem de pesar e condolências foi enviada à família de Júlio Ribeiro por Carvalho da Silva, em nome da CGTP, noticiou antontem o departamento de informação da central, numa nota de imprensa em que lamenta profundamente o falecimento do «cidadão e sindicalista, que desde sempre se empenhou activa e generosamente na defesa dos trabalhadores e na procura de um mundo mais justo, mais fraterno e mais humano». A CGTP, numa breve nota biográfica, recorda que Júlio Ribeiro, militante da Liga Operária Católica, ainda antes do 25 de Abril aderiu ao movimento sindical anticorporativo, que resultaria na criação da Intersindical; fez parte do primeiro secretariado (provisório) da União dos Sindicatos do Porto, bem como de todas as listas unitárias candidatas à direcção do Sindicato dos Bancários do Norte e tinha presença assídua e activa em iniciativas da CGTP.

Interjovem

Para preparar a Conferência Nacional da Interjovem, que terá lugar dias 12 e 13, no Parque das Nações, realizou-se no sábado, no auditório dos Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo, um encontro de jovens trabalhadores do distrito de Setúbal, que visou igualmente dar seguimento às decisões do 6.º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal. Além de analisar a situação social e o reforço da organização sindical, os participantes elegeram a direcção distrital da Interjovem.

Ao programa dos patrões para a Administração Pública os sindicatos respondem com apelo à luta

Contra a velha ambição

Já havia as «50 medidas» do Governo, e no fim-de-semana surgiu a notícia de que a associação patronal liderada por Ludgero Marques tem um programa que também prevê graves ataques aos trabalhadores.

«Face à subserviência do Governo, o grande patronato aposta numa escalada qualitativa, em termos de subordinação do poder político face ao poder económico», acusou a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Numa nota de imprensa divulgada no sábado, a estrutura que reúne três dezenas de organizações sindicais considera que o programa da Associação Empresarial de Portugal, denominado «Nova ambição para Portugal», é «revelador da gula do grande patronato» no que se refere àquela velha aspiração.

Realçando que «o poder económico, que usa e abusa da fraude, da evasão e de benefícios fiscais, que recebeu milhões de contos dos quadros comunitários de apoio, sem prestar contas da respectiva utilização, que acumula as mais-valias especulativas em detrimento do desenvolvimento do aparelho produtivo, arroga-se já o direito de interferir na estrutura e organização do Estado», a Frente Comum afirma que «o silenciamento do Governo face a esta arrogância não pode deixar de ter a adequada leitura social e política».

A Frente Comum afirma-se «ciente de que os trabalhadores portugueses saberão dar resposta à política de direita e à gula do grande patronato», sublinhando que, «pela parte dos trabalhadores da Administração Pública, existem razões redobradas para a participação» nas jornadas de luta de 16 de Outubro e 7 de Novembro.

Afronta

Reportando-se à notícia divulgada no «Expresso», a Frente Comum regista que o presidente da AEP «elaborou um «caderno reivindicativo» cujos traços estruturais consistem na «moderação salarial», na «flexibilidade anual dos horários e da legislação laboral» e no «despedimento de 150 mil funcionários públicos».

Para a Frente Comum de Sindicatos, tal rol de reivindicações patronais «afronta todos os trabalhadores portugueses e vem na linha do ataque aos serviços públicos e aos seus trabalhadores, do qual o Governo não pode ser desresponsabilizado». «As opções políticas do Governo, assentes numa matriz de baixos salários e de privatização dos serviços públicos, têm aberto o caminho a que o grande patronato assuma uma crescente arrogância, acentuada numa altura em que se aproxima a apresentação do Orçamento de Estado», acusa a Frente, notando que tal arrogância não pode também «ser dissociada das lutas de poder entre as diversas facções patronais, para se apoderarem da maior fatia possível das receitas públicas».

Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum e da Federação dos Sindicatos da Função Pública, lembrou os resultados do último recenseamento da Administração Pública, para reafirmar que não há trabalhadores a mais no sector. Em declarações à Agência Lusa, desafiou os representantes patronais a dizerem onde há pessoal a mais e contrapôs que faltam 12 mil enfermeiros, bem como professores e

pessoal auxiliar nas escolas, polícias e pessoal noutros serviços públicos.

Pelo menos 38 euros

A Frente Comum aprovou, na cimeira sindical realizada dia 28 de Setembro, a exigência de aumentos salariais

de 6 por cento em 2002, com garantia de um aumento mínimo de 7600 escudos (38 euros) para todos os trabalhadores. Os sindicatos da Frente Comum querem que sejam consideradas a recuperação do poder de compra perdido nos dois últimos anos, a equiparação à média salarial europeia e a elimi-

nação da diferença entre o salário mínimo nacional e o salário mínimo da Função Pública.

A cimeira deliberou, entretanto, marcar para o próximo dia 16 de Outubro, um plenário nacional de trabalhadores da Administração Pública, a realizar no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Combatividade e confiança nos 31 anos da CGTP-IN

O aniversário da central, que passou a 1 de Outubro, foi marcado pela resposta à «nova ambição» do patronato, que veio juntar-se às «50 medidas» do Governo, pelo apelo a que as lutas dos trabalhadores convirjam para a jornada nacional de 7 de Novembro e pela firmeza contra o «plafonamento» da Segurança Social.

Estes temas, presentes no manifesto da central para a comemoração dos seus 31 anos, dominaram as intervenções de Manuel Carvalho da Silva, designadamente a que o secretário-geral da Inter fez na Voz do Operário, sexta-feira à noite. Na sessão ali promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa interveio igualmente o coordenador da estrutura distrital, Arménio Carlos, que falou sobre a situação social, as lutas em curso e a preparação da jornada de 7 de Novembro.

No âmbito das comemorações, teve lugar

em Braga, no domingo passado, um «grande prémio de atletismo». Na segunda-feira realizaram-se diversos plenários, informou a União dos Sindicatos do distrito.

Mais forte

No dia do aniversário, após uma reunião da Comissão Executiva, a CGTP divulgou, em Lisboa, os resultados da campanha de sindicalização em curso, que tem como meta conseguir 50 mil novos sócios dos sindicatos por ano e eleger 2 mil delegados sindicais. No primeiro semestre de 2001, sindicalizaram-se 28 163 trabalhadores e foram eleitos 2104 delegados sindicais. Dos novos sindicalizados, 54,3 por cento são mulheres e 45,7 por cento são homens, enquanto 36,5 por cento são jovens com idades até 30 anos.



Na Voz do Operário reuniram-se centenas de sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa

Todos contra cortes no Ensino Superior

Reunidos no início da semana, os estudantes, os professores e os funcionários do ensino superior manifestam-se contra os cortes orçamentais de cinco por cento previstos para o sector pelo Ministério da Educação, uma política que classificam como «de asfixia financeira».

Numa posição conjunta divulgada em conferência de imprensa em Lisboa, os parceiros educativos acusam o Governo de não cumprir as promessas e compromissos assumidos e de tentar implementar medidas «gravosas». E alertam para as suas consequências: «Porão em causa o

normal funcionamento das instituições públicas do Ensino Superior, impedirão a contratação do pessoal docente e não docente necessário, porão em risco a renovação de contratos, limitarão o normal desenvolvimento das carreiras e a respectiva revalorização e impedirão a aquisição dos equipamentos indispensáveis, tudo isto ao invés do que é exigido pela imperiosa necessidade de elevação, para níveis internacionais, dos padrões de qualidade do Ensino Superior em Portugal.»

Neste sentido, exigem a anulação do corte de cinco

por cento nos orçamentos de funcionamento relativos a 2001 e a entrega às instituições para 2002 dos orçamentos-padrão resultantes da aplicação da fórmula de financiamento.

Por outro lado, insistem que a lei de financiamento se revela injusta, desadequada para a solução dos problemas estruturais do ensino superior e que, na prática, apenas exige o pagamento de propinas ou de outros emolumentos e taxas que visem «colmatar os sucessivos cortes efectuados», bem como que as propi-

nas e as receitas próprias das instituições sejam utilizadas para assegurar as despesas correntes.

Exigindo um «investimento efectivo» na acção social escolar, estudantes e pessoal docente e não docente apelam aos órgãos de gestão das escolas para que tomem «posições convergentes que tornem claras as razões do seu protesto e contribuam para a defesa da qualidade do ensino».

Este documento foi assinado pela Federação Académica do Porto, pelas associações académicas de Coimbra e da Universidade do Minho e

pelas associações de estudantes de Artes Plásticas e Design da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Ciências de Lisboa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Farmácia de Lisboa. Entre as organizações sindicais de docentes e não docentes contam-se a Fenprof, a FNE, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, o Sindicato Nacional e Democrático dos Professores e o Sindicato Nacional do Ensino Superior.

Indep é viável

Na passada quinta-feira o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco levou a cabo uma concentração de trabalhadores da Indep, junto ao Ministério da Defesa, para exigir medidas que tenham por objectivo a viabilização da empresa e a garantia dos actuais postos de trabalho. Sindicato e trabalhadores rejeitam a decisão, anunciada pela administração em Julho, de encerramento da Indep até final do ano, solução que teria como resultado «premiar aqueles que, pela sua incompetência e incapacidade, sempre apostaram em reduzir a capacidade instalada» e «aqueles que apostam na especulação imobiliária, em detrimento da capacidade produtiva» - como se referia numa resolução aprovada em plenário. A questão foi já levantada na AR pelo PCP, que acusou o Governo de não pretender transferir a actividade para outras instalações, uma vez que decidiu libertar para o negócio imobiliário os valiosos terrenos onde hoje se localiza a Indep (próximos da zona da Expo) antes de assegurar essa transferência. A Indep tem trabalho assegurado até ao fim do ano, foi feito recentemente um investimento de 3 milhões de contos, mas já foram recusadas encomendas superiores a um milhão de contos.

Culpas e apoios

A falência da Norporte foi decretada a 20 de Setembro, mas o Sindicato dos Têxteis do Sul não deu o caso por encerrado. Em comunicado à população de Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Moita, recorda que os trabalhadores resistiram desde 1999, reclamando um projecto credível para que fosse retomada a laboração e fossem garantidos os 500 postos de trabalho e fossem pagos os salários em atraso. A administração da empresa, «devido à sua incompetência e falta de imaginação», é apontada como «a principal responsável pela falência». O sindicato, recordando que o PS de Jorge Coelho e o Governo de António Guterres «na altura das eleições legislativas e numa fase posterior, fizeram muitas promessas» que ficaram por cumprir, contrapõe que o presidente da Câmara Municipal da Moita e a CDU estiveram «sempre em apoio dos trabalhadores da Norporte, fazendo tudo para evitar o encerramento», e que «o Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República e nas lutas, foi o que deu a cara e o que mais se bateu por uma solução justa para os trabalhadores».

O sindicato revela ainda que, na sequência da decisão judicial de falência, prepara a reclamação dos créditos dos trabalhadores e estuda a aplicação do Fundo de Garantia Salarial, bem como a impugnação do negócio com o património imobiliário da Norporte, que agora pertence ao banco BPN.

Vidreiros persistem na luta em defesa do emprego

A razão é mais forte

Depois da violência policial a que foram sujeitos na semana passada, os trabalhadores da Mandata e da Mortensen, com outros vidreiros da Marinha Grande, manifestaram-se anteontem em Lisboa.

A deslocação à residência oficial do primeiro-ministro e à Assembleia da República teve lugar depois de uma semana de luta intensa, em defesa dos cerca de 400 postos de trabalho ameaçados e pelo pagamento dos salários em dívida aos trabalhadores

Manifestando a sua solidariedade para com os vidreiros e condenando o

Os vidreiros sabem que a luta garante melhores resultados do que as promessas repetidas e não cumpridas

contrato, para procurarem formas de conseguirem satisfazer os encargos e as prestações a que se haviam comprometido. Muitas famílias já não conseguem pagar as despesas correntes, tais como alimentação, prestações da casa e do automóvel, etc.». No caso da Mandata, as «razões de preocupação e de protesto» dos

saber que o grupo que assumiu esse objectivo está ainda longe de esgotar o investimento que se dispôs a fazer».

Na nota de imprensa que divulgou na quarta-feira, dia em que os trabalhadores ocuparam sucessivamente a agência da Caixa Geral de Depósitos, a repartição de Finanças e o posto dos Correios da cidade - o que levou à intervenção policial, mas não desmobilizou novas manifestações, com a ocupação da Câmara Municipal, no dia 27, e o corte de trânsito na principal rotunda da cidade, no dia 28 -, a CGTP afirma que «a situação actual é incompreensível, posto que ambas as empresas se encontram em



Na repressão dos trabalhadores o Governo revela-se muito mais lesto do que na intervenção para fazer cumprir os compromissos e manter os postos de trabalho

abuso da força policial no dia 26 de Setembro, a CGTP sintetizou o quadro que fez despoletar os protestos: «Os 200 trabalhadores da Mortensen têm três ou quatro meses, conforme os casos, de salários em atraso, facto que obrigou vários deles a pedirem a suspensão do

200 trabalhadores «derivam do facto de, hoje mesmo, terem sido informados pelos gestores da empresa de que no fim do mês de Setembro não haveria salários para nenhum deles», o que sucedeu «apesar de estar em curso um processo de viabilização da empresa e de se

plena laboração, têm boas carteiras de encomendas e dispõem de excelentes profissionais» e «a única coisa que faz falta é vontade de reorganizar as empresas, através de medidas de administração e gestão competentes e modernas». «É nesse sentido que o Governo deve actuar urgentemente», exigiu a central, apontando os ministérios da Economia e do Trabalho.

Os trabalhadores foram forçados a sair das Finanças pelo corpo de intervenção da PSP, cujos agentes envergavam capacetes, escudos e bastões. Nos Correios o contingente policial bloqueou as instalações e exigiu a identificação dos participantes no protesto, fazendo sete detenções - o que levou os trabalhadores a deslocarem o protesto para junto da esquadra da PSP. Na Câmara, a PSP fez uso dos bastões.

Drama social

Sérgio Moiteiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, a actuação da PSP «é vergonhosa e corresponde à posição do Governo nesta matéria, que só tem esta resposta perante o desespero dos trabalhadores». «Prendem-se



os trabalhadores e os sindicalistas e premeiam-se os administradores», acusou o sindicalista, citado pela Lusa.

Defendendo que o Governo deveria intervir de modo a ultrapassar as actuais dificuldades financeiras nas duas empresas, o STIV/CGTP exige que na Mandata seja realizado integralmente o investimento de cerca de 370 mil contos por parte de uma sociedade de capitais de risco, com maioria estatal, acordado no início do ano. Caso tal não suceda, a empresa que sucedeu à Manuel Pereira Roldão, evitando o despedimento de centenas de pessoas, pode não sobreviver até à assembleia de credo-

Governo tome medidas para garantir a viabilização, designadamente por meio de mecanismos de financiamento e até pela nomeação de uma nova administração. «O Governo tem de encontrar soluções e não pode furtar-se às responsabilidades, quando estão em causa 400 trabalhadores e uma crise social desta dimensão», afirmou Sérgio Moiteiro.

Na terça-feira, os trabalhadores saíram da Marinha Grande em três autocarros, em direcção ao Palácio de São Bento. Para a manhã de ontem estavam convocados plenários nas duas unidades fabris, onde seriam analisados os resultados da desloca-

PCP condena repressão

«Tal como no passado, com Cavaco Silva, o Governo do PS, em vez de medidas para atacar a crise e garantir a estabilidade do emprego e os salários, prefere o caminho da intimidação policial para abafar o justo protesto dos trabalhadores», acusa a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP. Num comunicado que distribuiu na tarde de 26 de Setembro, a concelhia reafirma «a sua solidariedade aos trabalhadores em luta e o mais veemente protesto contra as acções repressivas do Governo».

Os comunistas, «mais uma vez», vêm apontar «às responsabilidades do Governo na condução do processo de reestruturação e na situação que está criada», sublinhando que, «face à crise, só há uma solução justa: intervir activamente com soluções que salvem a Mortensen e a Mandata e garantam os salários e o emprego dos trabalhadores». A concelhia do Partido afirmou-se «certa de que os trabalhadores e o povo da Marinha Grande não se deixarão intimidar com as acções policiais, nem deixarão de continuar a responsabilizar e exigir do Governo uma solução para a crise».

res, prevista para Novembro. A administração da Mandata garantiu ao STIV que os trabalhadores iriam receber 40 por cento dos salários de Setembro e o dinheiro que entre na empresa se destinaria, em primeiro lugar, aos salários dos vidreiros.

Em relação à Mortensen, os trabalhadores querem que o

ção a Lisboa e definidas novas acções.

Os salários em atraso, na Mortensen, e a instabilidade quanto ao futuro, na Mandata e noutras empresas (como a Barbosa e Almeida), agravam os problemas sociais das famílias dos vidreiros, cuja situação económica está muito debilitada.

Propaganda no Ministério da Defesa

• João Amaral

Os jornais diários da passada segunda-feira traziam um encarte intitulado «A Lei de Programação Militar de 2001». A capa, com as letras inscritas num fundo com a bandeira nacional, é encimada pela expressão «Defesa e Segurança Nacionais» e, na parte inferior, tem a expressão «As Forças Armadas Portuguesas no presente e no futuro». O aspecto gráfico e as bombásticas frases da capa não seriam desdenhadas pelos senhores do antigamente. O tom que se procura inculcar é o mesmo de uma das mais estúpidas e perigosas ideias que a História regista, e que o presidente Bush agora retomou. Aplicada à Lei de Programação Militar, a ideia contida naquele encarte resume-se assim: ou se está com a Lei

certa altura, diz-se o seguinte: «A LPM, que se pretende ver aprovada pela Assembleia da República (...)». Isto é: o encarte foi feito antes da aprovação da proposta pela Assembleia da República e com o descarado objectivo de pressionar os órgãos de soberania a concretizarem essa aprovação. O descaramento vai ao ponto de intitular o encarte de «Lei de Programação Militar de 2001» num momento em que só há proposta e não lei. Mas não é só a Assembleia da República que se visava pressionar. É também o Presidente da República, a quem cabe promulgar ou vetar o decreto aprovado pela Assembleia da República (que, aliás, está também sujeito a fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional, se o Presidente da República o requerer).

A questão do veto é tanto mais importante quanto, tratando-se de lei orgânica (artigo 164.º da alínea d da CRP), o veto do Presidente só pode ser ultrapassado pela Assembleia da República por maioria de dois terços (artigo 136.º n.º 3 da CRP), maioria que os partidos que aprovaram o decreto (PS e PP) não dispõem no Parlamento. A pergunta óbvia é esta: o que pretendem os autores desta esquisita «produção editorial»? Querem coarctar os poderes do Presidente da República, que é, aliás, o Comandante Supremo das Forças Armadas? Chamam Lei ao que só o pode ser no termo do processo, quando o Presidente promulgar? Chamam Lei ao que no momento da elaboração do encarte era uma proposta do

Governo e neste momento é um Decreto da Assembleia da República? Todas estas questões têm de ser sublinhadas e denunciadas, por revelarem um claro espírito antidemocrático e um chocante desprezo pelas regras constitucionais. Transformar uma anónima «produção editorial» numa espécie de lobby junto dos poderes de Estado e fazer assentar esse lobby no próprio aparelho do Estado, é um escândalo inaceitável. Da nossa parte, PCP, não aceitamos a esta chantagem. Definimos livremente a nossa posição à luz dos critérios que consideramos relevantes: a prossecução do interesse nacional, a garantia da independência nacional e o tipo de missões das Forças Armadas que consideramos prioritárias. A proposta governamental, que teve o reduzido apoio do PS e de uma bengala de ocasião, compromete a parte de leão da capacidade de investimento militar do país para um período de 35 anos, em programas que não são os mais urgentes para o interesse nacional. O recurso ao leasing (perto de 70% dos mil e cem milhões de contos do total dos custos) agrava significativamente a despesa. O Governo apresentou uma má proposta: não há encarte que disfarce essa realidade.

de Programação Militar do Governo PS ou se está contra as Forças Armadas. Esta torpe insinuação, feita de forma subliminar e manipulada, está impressa em 16 páginas de formato A4, em papel couché, numa edição de 365.000 exemplares. Verdaderamente, não tem editor. Na ficha técnica, figura a equívoca expressão «produção editorial baseada em textos das redacções das revistas da Armada, Exército e Força Aérea e da Direcção-Geral de Armamentos e Equipamentos de Defesa do Ministério da Defesa Nacional». A subtilidade é tosca: não há um editor, há «produção editorial baseada em textos». Aliás, não há um texto assinado em todo o encarte, nem sequer o «editorial», que não é subscrito, seja por uma personalidade seja por uma instituição. O encarte foi distribuído quatro dias após a Assembleia da República ter aprovado a proposta governamental da Lei de Programação Militar, em votação final global, com votos a favor do PS e PP e votos contra do PCP, PSD, PEV e BE. Parecia assim que os anónimos autores do encarte só o teriam promovido após o acto de aprovação da proposta de LPM. Só que, na ficha do encarte refere-se que ele foi produzido em Agosto. E, a

Projecto de lei do PCP regula protecção dos direitos de autor

Criação intelectual dos jornalistas

A protecção dos direitos de autor dos jornalistas vai, espera-se, finalmente, ser uma realidade. Ontem em debate esteve um diploma do PCP, juntamente com um do PS, que regula a salvaguarda daqueles direitos.

Preenchido pode ficar, (referente a textos, imagens, assim, o vazio legal a que o sons ou desenhos) esteja Governo, vai para consagrada no um ano, apesar do Estatuto dos Jornalistas (Lei n.º compromisso por si assumido, ainda não dera resposta. 1/99), o que é certo é que esta Lei remeteu no seu artigo 21.º para um outro diploma a aprovar no prazo de

Os jornalistas têm sido privados da justa remuneração pelo seu trabalho

Esta é uma matéria em torno da qual existe um largo consenso, independentemente das diferentes soluções que possam vir a ser encontradas. O próprio Provedor de Justiça, no início deste ano, tomou a iniciativa de se dirigir à Assembleia da República chamando a atenção para a necessidade de colmatar a omissão legislativa que representa a falta de concretização no Estatuto dos Jornalistas do dispositivo que salvaguarda a protecção dos seus direitos de autor.

Pese embora tal protecção

120 dias a definição legal desse quadro protector de direitos, ouvidas as associações representativas dos jornalistas e das empresas de comunicação social. O que de facto até à data não sucedeu, levando a que os jornalistas sejam diariamente lesados com a utilização dos seus trabalhos em órgãos de comunicação social que não aqueles para que foram produzidos e nomeadamente em suportes digitais *on-line*, sem que lhes seja solicitada autori-

zação para tal e sem que recebam qualquer contrapartida.

Com o seu projecto de lei, que regula os termos da protecção legal dos direitos de autor, para além de honrar o compromisso assumido no programa eleitoral com que se apresentou em 1999 ao sufrágio popular para a Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP visa contribuir para pôr cobro à injusta situação actual em que os jornalistas se encontram privados da justa remuneração pelo seu trabalho de criação intelectual.

Nesse sentido, de acordo com o articulado do projecto do PCP, os jornalistas «detêm direitos morais e materiais sobre as respectivas criações, incluindo textos, imagens impressa ou televisivas, sons ou desenhos, quer estas sejam produzidas para uma empresa jornalística no âmbito de um contrato de trabalho quer sejam fornecidas no âmbito de um contrato de prestação de serviços».

Caso Felgueiras Violar a lei sob protecção do Governo

Em audição parlamentar, na passada semana, na comissão parlamentar de Poder Local, os partidos da oposição acusaram o secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho, de ter protegido e atrasado o processo relativo à Câmara Municipal de Felgueiras. Em causa estava o relatório do Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT) que, dando como provada a existência de inúmeras irregularidades

na gestão do município e de uma prática muito pouco transparente, recomendava a perda de mandato da presidente daquela autarquia, Fátima Felgueiras. Em vez de seguir a recomendação, aquele membro do Governo devolveu o relatório ao IGAT, alegando que a sua posição não estava bem fundamentada.

Insatisfeito com as explicações dadas, o deputado comunista Honório Novo acusou o secretário de Estado de «violar

a lei» ao não despachar para os tribunais em 60 dias o relatório que recomendava a perda de mandato de Fátima Felgueiras, completado a 12 de Março.

Honório Novo exigiu também que o Governo tome a iniciativa de dissolver a Câmara. Consensual entre os partidos da oposição é a ideia de que a devolução do relatório se destinou a possibilitar a recandidatura da actual presidente eleita pelo PS.

Impasse nas eleições para o CCP

Como estava programado, reuniu-se em Lisboa, esta semana, o Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) que, entre outras questões - nomeadamente a proposta de verba a inscrever no próximo orçamento para o funcionamento do Conselho -, terá sancionado o adiamento das eleições previstas para 25 de Novembro, apesar de tal opinião não ser partilhada por muitos outros conselheiros

que não pertencem ao Conselho Permanente, como o demonstra uma moção aprovada em recente reunião dos conselheiros da Europa.

Entretanto, o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, no Parlamento, em resposta a questões colocadas pelo deputado comunista Rodeia Machado, refugiou-se em evasivas, acabando por confessar não ter qualquer solução para o problema. O que levou o

CCP a manifestar-se favorável à realização de um Plenário do CCP até 25 de Novembro, tendo como objectivo debater de forma aprofundada as alterações à Lei a propor à Assembleia da República, considerando que se deveria aproveitar esta ocasião para levar a cabo alterações necessárias e cuidadas, devendo evitar-se os simples remendos que em nada iriam contribuir para o fortalecimento do CCP.



Revisão da Constituição

A revisão extraordinária da Constituição ocupa hoje a agenda da sessão plenária. Em debate vão estar as matérias discutidas e aprovadas em comissão, cujos trabalhos foram recentemente concluídos. Este processo, recorde-se, foi desencadeado para adaptar a lei fundamental aos estatutos do Tribunal Penal Internacional. Divulgado foi já, entretanto, o calendário da discussão das propostas governamentais das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 2002, que se inicia com a apresentação na comissão parlamentar de Economia e Finanças de 22 a 30 de Outubro. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano serão discutidos em plenário, na generalidade, nos dias 7, 8 e 9 de Novembro. A apresentação e discussão na especialidade tem início na comissão de Economia, Finanças e Plano a 12 de Novembro e estende-se até dia 20 do mesmo mês. Os dois documentos serão finalmente discutidos e votados no plenário, em votação final global, nos dias 28, 29 e 30 de Novembro.

Ensino Superior em ruptura

O Grupo Parlamentar do PCP requereu o agendamento de um debate de urgência sobre a «situação financeira do ensino superior». Bernardino Soares, líder parlamentar comunista, justifica a diligência em carta dirigida a Almeida Santos com o agravamento nos últimos anos da situação financeira em que se encontram os estabelecimentos do ensino superior público. Nela observa, concretamente, que o quadro actual «atingiu uma situação de ruptura», existindo neste momento informações provenientes de várias origens que «revelam a existência de graves problemas financeiros, quer em relação ao corrente ano, quer em relação às perspectivas para 2002, que nalguns casos comprometem a abertura do ano lectivo e o seu funcionamento regular».

Recenseamento eleitoral

A deputada comunista Margarida Botelho interpelou o Governo no sentido de saber quais as medidas por este adoptadas para divulgar junto dos jovens que completem 18 anos até ao dia das eleições o direito de se inscreverem até ao 55.º dia anterior ao do escrutínio. Esta é uma novidade estabelecida no novo regime jurídico do recenseamento eleitoral, considerada pela bancada comunista como uma «evolução positiva em relação à anterior legislação». Sucede, porém, que este direito não tem sido suficientemente divulgado. O que é um facto lamentável, segundo Margarida Botelho, que não compreende que não tenha havido nenhuma campanha pública de apelo ao recenseamento, dirigida especialmente aos jovens, sobretudo no momento em que nos aproximamos de um acto eleitoral tão importante como é o caso das autárquicas.

Governo cede à chantagem da oligarquia financeira

Impasse na reforma fiscal

O PCP responsabilizou o Governo pelo impasse em que se mantém a reforma fiscal. Enquanto assim é, alerta, marca passo qualquer diligência no sentido de criar condições para uma maior justiça e equidade fiscais. Tudo porque o Executivo «agachou-se aos interesses da oligarquia financeira».

A denúncia da actual situação partiu do deputado comunista Agostinho Lopes, inconformado com o facto de o Governo ainda não ter regulamentado a Lei, aprovada vai quase para um ano, sobre a tributação do rendimento e o combate à evasão e fraude fiscais. Estava-se na interpelação sobre política fiscal, por iniciativa do BE, no decorrer da qual ao Governo foram exigidas explicações sobre o inadmissível «impasse» em que se encontra aquela reforma tida como fundamental para o País.

Uma lei que, embora tímida, foi considerada pela bancada comunista como «muito melhor que a anterior», tendo

em si todas as condições para superar algumas das iniquidades do sistema presente e para melhor combater a fraude e a evasão fiscais.

Governo tem cedido aos interesses poderosos dos senhores do dinheiro

Isto mesmo foi lembrado por Agostinho Lopes, antes de se insurgir contra o facto de o Governo não ter dotado a administração fiscal «das condições necessárias e suficientes para aplicar a nova lei» e, com esta, dar nos passos susceptíveis de abrir caminho a «uma verdadeira e global reforma fiscal», prosseguida no imediato com a reforma dos impostos sobre o património.

Nada disso infelizmente aconteceu, como assinalou o



Os interesses dos grandes senhores do dinheiro têm falado mais alto

deputado comunista, e essa é uma responsabilidade política que cabe por inteiro ao Governo PS. A quem acusou de ter cedido à «chantagem» dos «porta-vozes institucionais e corporativos do grande capital financeiro», dos «grandes e poderosos senhores do dinheiro».

Só isso explica que o Governo não tenha ainda regulamentado a Lei aprovada um ano em Dezembro, nomeadamente as regras de informação à administração fiscal dos movimentos transfronteiriços de transacções não comerciais. Como inaceitável é, segundo Agostinho

Lopes, que o Governo continue sem dotar a administração fiscal dos recursos humanos e técnicos necessários para lutar de facto contra a ineficiência e evasão fiscais e insista, noutro plano, em conceder «dávias ao grande capital por via dos benefícios fiscais».

Erradicar os paraísos fiscais

O PCP entregou na Assembleia da República um projecto de resolução recomendando ao Governo que tome as iniciativas necessárias no plano internacional para que sejam revogados os benefícios fiscais concedidos às instituições financeiras nas zonas francas.

Esta iniciativa, visando o controlo e disciplina das chamadas zonas francas (off-shores) surge na decorrência da evolução por aquelas registada, em total e completa subversão com os princípios e objectivos para que foram criadas.

Com efeito, longe de cumprir a finalidade de contri-

buírem para o desenvolvimento económicos das regiões onde se inserem, através de incentivos e benefícios fiscais que captassem novas correntes de investimento, as zonas francas rapidamente evoluíram, como sublinha o projecto de resolução, para «entrepósitos fiscais que funcionam como placas giratórias para o branqueamento de dinheiro, para a instalação de sociedades-ecrã, para o crime organizado» e, inclusivamente, como revelam informações recentes na sequência dos atentados nos EUA, para o financiamento do terrorismo.

De entre as medidas preconizadas pelo PCP no seu pro-

jecto de resolução conta-se ainda o reforço do «estrito controlo e disciplina em relação às entidades não financeiras», defendendo-se, por outro lado, a fiscalização internacional do seu funcionamento, bem como a obrigatoriedade de «cooperação e troca de informações entre as autoridades fiscais dos diferentes países e com instituições internacionais como a OCDE e a União Europeia, por forma a que se possa «caminhar para a erradicação dos paraísos fiscais».

No que se refere especificamente ao regime aplicável à zona franca da Madeira - em relação ao qual desde há

muito o PCP vem propondo medidas que revoguem os benefícios fiscais concedidos às actividades financeiras, aprofundando, por esta forma, o combate à evasão e fraude fiscais -, o projecto de resolução pronuncia-se no sentido do desenvolvimento das suas normas, designadamente no que se refere à «definição dos critérios de imputação de custos e proveitos às sucursais financeiras exteriores», às «regras de comunicação à administração fiscal dos movimentos transfronteiriços de transacções não comerciais», e, bem assim, «à análise de preços de transferência e à detenção

de activos em Portugal por sociedades «off-shore» pertencentes a portugueses».

Em consequência dos benefícios fiscais concedidos na zona franca da Madeira, recorde-se, a tributação efectiva, em IRC, das instituições nela instaladas, no exercício de 2000, não foi além dos 12,6 por cento contra a taxa nominal de 34 por cento. Foi, aliás, a própria Associação Portuguesa de Bancos a declarar que a quarta instituição bancária com maior volume de lucros em Portugal é um banco desconhecido, sediado com um pequeno escritório no off-shore da Madeira.

Lei de Programação Militar

A Assembleia da República aprovou a proposta de lei de Programação Militar. O diploma, da autoria do Governo, passou com os votos favoráveis do PS e do CDS-PP. Todas as restantes bancadas parlamentares votaram contra.

As razões do sentido de voto dos seus deputados foram justificadas pelo PCP em declaração de voto. Nela sustenta a rejeição da LPM tendo por base o considerando de que os investimentos prioritários se destinam fundamentalmente para serem utilizados no âmbito de missões da NATO. Realçado, por outro lado, é o facto de a Lei obedecer a um conceito estratégico datado de 1994 e, por isso, «gravemente desactualizado».

Os deputados comunistas entendem igualmente que a pressão em aprovar agora a LPM constitui uma «fraude», porquanto, observam, reportando-se formalmente os seus efeitos a Janeiro de 2001, «não vai na prática ter efeitos no presente ano, visto estarmos já muito perto do termo do ano orçamental».

O recurso sistemático ao leasing (que representa no total 67 por cento da LPM) foi outro dos motivos que levaram a bancada do PCP a discordar da Lei aprovada. Sublinhada a este propósito é a circunstância de uma tal opção onerar «extraordinariamente os gastos militares em centenas de milhões de contos», o que compromete «as possibilidades financeiri-

ras de, a prazo de mais de 30 anos, proceder a investimentos militares que nesse período se vão tornar urgentes».

Além disso, o ministro da Defesa passa a ter «inusitados poderes» para alterar os programas da própria lei e transferir verbas, o que dá força à ideia de que, tal como foi aprovada, a Lei é «uma fraude».

Em síntese, o PCP defende a necessidade de um «urgente reequipamento das Forças Armadas», mas considera que as opções «não estão fundamentadas numa necessária actualização das missões», nem o modelo de financiamento preconizado na lei é o mais conforme à defesa do interesse nacional.

Alqueva A questão fundiária

O projecto de lei do PCP para a reestruturação fundiária do perímetro de rega do Alqueva foi chumbado no Parlamento com os votos contra do PS, PSD e CDS/PP. A definição de uma área limite de 50 hectares para a propriedade e a exploração de terras de regadio, sendo o restante expropriado ou comprado pelo Estado em regime de preferência e arrendado preferencialmente a residentes e jovens agricultores, constituía um dos objectivos do diploma. Preocupação dos seus autores foi também a questão da apropriação das mais-valias decorrentes deste investimento público, com um valor previsto na ordem dos 400 milhões de contos.

Enquadrando esta iniciativa legislativa da sua bancada, o deputado Lino de Carvalho justificou-a com a necessidade de corrigir «injustiças antigas», que perduraram até aos nossos dias. A criação de «novas dinâmicas empresariais e sociais» foi outra das razões apontadas, tal como a definição de uma dimensão técnico-económica ajustada ao regadio, em ordem a uma racional exploração dos recursos.

Concentração de reformados

Por pensões e reformas dignas

Os reformados de Beja assinalaram, na segunda-feira, dia 1 de Outubro, o Dia Mundial do Idoso. Com uma jornada de convívio e luta.

«Vivemos num país com mais de dois milhões e meio de reformados», lembra a Federação das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Distrito de Beja, em documento à comunicação social, dias antes da concentração desfile que teve lugar, na passada segunda-feira, Dia Nacional do Reformado, em Beja.

Os reformados de Beja lembram baixíssimo nível das pensões no nosso país, «o mais baixo da Europa» e sublinham que a inflação, cujo valor médio ultrapassou os 4,5%, «atinge principalmente os reformados, pensionistas e idosos de menores recursos, que vivem exclusivamente das pensões».

Acresce que os aumentos registados nos bens essenciais já são muito superiores a 10%, pelo que «há muito que os últimos aumentos das pensões foram sugados».

Os reformados denunciam ainda o caos que se vive no campo da saúde com o encerramento de hospitais concelhios e valências nos centros de saúde e a falta de médicos

e enfermeiros, os problemas no campo da segurança e o drama de um isolamento «cada vez mais grave, terminando, muitas das vezes, no suicídio».

As associações de reformados consideram que «um

e luta. À concentração-desfile realizada no início da tarde, seguiu-se a tarde cultural, que contou com a participação, entre outros, do Grupo de Cantares de reformados de Ferreira do Alentejo.

A finalizar, teve lugar um momento solene, com análise da situação social

participantes na jornada reclamam, antes do mais, reformas e pensões dignas.

Na área da saúde, são várias as exigências, nomeadamente acesso fácil a exames e diagnósticos, redes concelhias de serviços de fisioterapia e geriatria, serviços de psicologia nos centros de

O nível das pensões no nosso país é o mais baixo da Europa



Por todo o País os idosos debatem-se com grandes dificuldades

governo que não é capaz de criar condições de reformas e pensões dignas para os seus idosos, não é capaz de governar o país».

Por tudo isto, o Dia Mundial do Idoso foi assinalado, em Beja, com uma grande jornada de convívio

por um representante da Direcção Nacional do Murpi.

Carta reivindicativa

Na Carta reivindicativa, aprovada em Beja, os

saúde, medicamentos gratuitos em caso de doença crónica e próteses gratuitas para os idosos de baixos recursos.

Os reformados reclamam, por outro lado, reparação de habitações por parte do Estado e uma verdadeira rede de transportes para idosos e deficientes.

Os centros de convívio e lares são uma questão central na carta. A Carta avança com a necessidade de uma verdadeira rede de centros de dia e lares dignos, com animadores e psicólogos, e com a participação das organizações de idosos na sua gestão e funcionamento.

Por último, a Carta exige mais e melhor justiça social, segurança e o reconhecimento do Murpi como parceiro social.

Homenagem a Raul Castro

Cerca de duzentas pessoas encheram o Salão do Grande Hotel do Porto, na passada sexta-feira, dia 28 de Setembro, para homenagear Raul Castro, por ocasião do seu 80.º aniversário.

Entre muitos amigos e camaradas, o reconhecimento de uma vida inteira dedicada à causa da liberdade e da democracia foi a tônica dominante na celebração desta homenagem, à qual se juntaram saudações de quem, como o Secretário-Geral do PCP, não pôde estar presente.

Durante o encontro, diversas intervenções realçaram a personalidade, a vida e a luta de Raul Castro, desde o generoso apoio que forneceu aos presos políticos em Portugal, aos vários combates que travou pela democracia no nosso país, antes e depois do 25 de Abril. Entre os que usaram da sua voz para saudar Raul Castro salienta-se o jornalista César Príncipe, que presidiu à homenagem, Renato Soeiro e o camarada Sérgio Teixeira, tendo o actor Moraes e Castro encerrado o conjunto das

intervenções com a leitura de alguns poemas do homenageado.

O próprio Raul Castro terminou a sessão de intervenções com a leitura de um texto autobiográfico onde expressava os motivos da sua luta, as razões da sua acção, explicando as circunstâncias que o tinham levado a cruzar-se com muitos dos combatentes pela democracia no nosso país.

Homenagem a Meirim

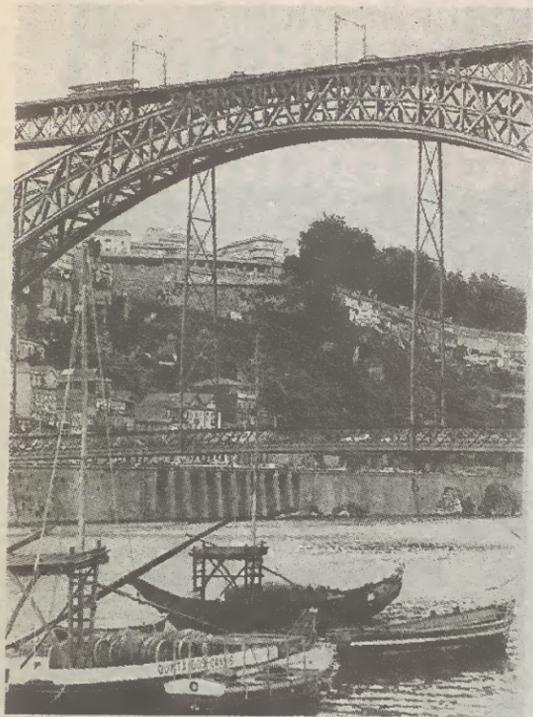
A Comissão Promotora das comemorações do aniversário do nascimento do treinador Joaquim Ribeiro Meirim vai realizar, dia 5 de Outubro, pelas 20 horas, no «Pátio Alfacinha», em Lisboa, um jantar de homenagem e convívio.

Com esta iniciativa pretende-se lembrar o homem, o treinador e o cidadão e contribuir para perpetuar o «espírito Meirim», que continua a unir os seus amigos e admiradores.

Festa das Colectividades

Uma vez mais vai ter lugar, em Lisboa, a Festa das Colectividades. Uma iniciativa promovida pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio a realizar-se, de 5 a 14 de Outubro, na Praça do Comércio, em Lisboa.

Esta quinta versão da festa inclui um desfile das colectividades pela Av. da Liberdade, um passeio de cicloturismo, diferentes iniciativas na área desportiva e cultural.



Problemas e perspectivas das cidades estiveram em debate no Porto

A cidade, a sua vida e o seu futuro

Lançar a discussão sobre a cidade de hoje, como o espaço que habitamos, mas também como um lugar eivado de problemas múltiplos, foi o objectivo do debate promovido por «Os Verdes», sábado passado, no Porto.

No debate, em que participaram pessoas de diferentes áreas, da ecologia à arquitectura, passando pela cultura, a informação, a saúde, falou-se da cidade actual, em que medida afecta a nossa saúde, o nosso equilíbrio, a nossa relação com o outro. E tentou delinear-se uma outra cidade, uma cidade alternativa, que passa pela recusa do conformismo. E pela participação de todos.

A necessidade de participação, o lembrar que «a cidade é feita por toda a gente», surgiu mesmo como uma das tónicas da intervenção de Isabel Castro, de «Os Verdes», que lembrou que dois terços da população do país se concentra no Grande Porto e na Grande Lisboa.

A clara diferenciação – muitas vezes ignorada – entre promoção da saúde e o afinilamento na resposta à doença, foi uma das questões levantadas por José Calheiros, do Instituto Abel Salazar, e José Barrias, psiquiatra. Nesta área, teceram-se várias críticas ao Ministério da Saúde e referiu-se a necessidade de trabalho conjunto entre instituições de ambiente e de saúde.

O arquitecto Manuel Fernandes sublinhou a importância do espaço público, contrapondo um espaço público como espaço para estar e local de encontro, ao empobrecido espaço público actual, «caminho de e para o local de trabalho». O que se prende também com o domínio das culturas da cidade.

Um tema naturalmente agarrado pelo músico Pedro Abrunhosa, «viciado nas cidades», que sublinhou o esvaziamento social do centro do Porto que hoje (no contexto das cidades do centro da Europa) detêm o recorde de centros comerciais por habitante.

Um diálogo muito rico, em que se cruzaram diferentes olhares, e de que aqui nos limitamos a dar uma pálida ideia. A primeira pedra de um debate necessário e com claras potencialidades.

Jovens Verdes pela paz e a liberdade

A Ecojovem - «Os Verdes» participou, com quatro dezenas de jovens provenientes de 21 países, num debate político organizado pela Federação de Jovens Verdes Europeus (FJVE), em cooperação com a Grune Jugend (Juventude Verde Alemã), nos passados dias 22 a 28 de Setembro. Foi a Assembleia Geral da FJVE, uma ONG internacional da juventude, reconhecida pelo Conselho da Europa e

membro do Youth Fórum da União Europeia.

Os objectivos da FJVE são reunir grupos políticos de jovens com o fim de encontrar pontos comuns de discussão e promover a ecologia no seu aspecto social e ambiental; representar as opiniões das respectivas organizações e definir questões a apresentar aos governos e instituições internacionais; encorajar os jovens a considerar as questões ambi-

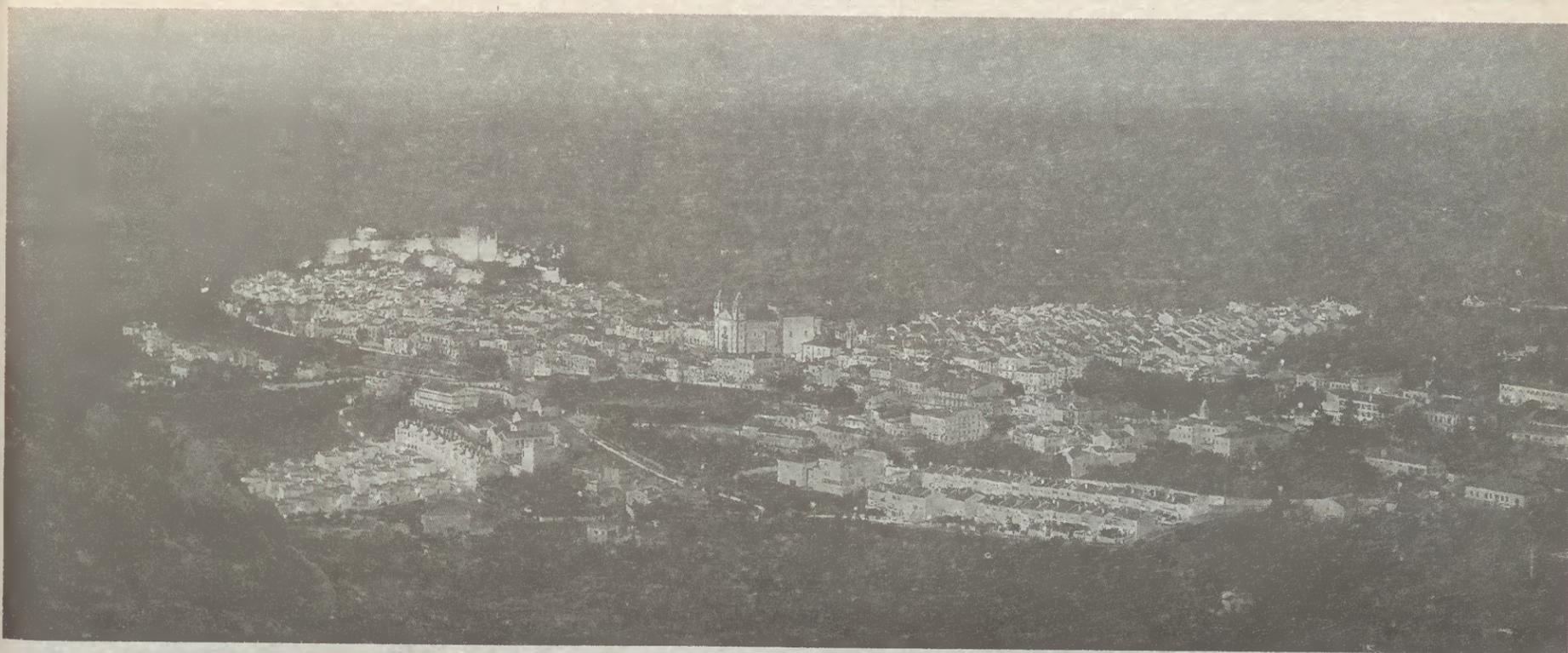
entais, nas suas múltiplas vertentes.

O encontro, que teve lugar em Todtmoos, na Floresta Negra, Sul da Alemanha, permitiu a discussão de actividades, projectos e orientação política para o próximo ano.

Como resultado do debate em torno dos atentados terroristas em Nova Iorque, a FJVE condenou veementemente «os ataques terroristas e a retaliação militar». Contra qualquer

restrição dos direitos dos cidadãos, os jovens defendem que «somente sociedades abertas e livres podem erradicar os caminhos do ódio» e sublinham que «a não-violência e cooperação são as armas mais poderosas para manter a paz que é tão urgentemente precisa no mundo de hoje».

A aposta dos jovens ecologistas é na «construção de um mundo equilibrado onde a paz e a justiça prevaleçam».



Congresso do Alentejo debate

Participação

Desenvolvimento e Poder Local

Mais de 500 congressistas de todo o Alentejo e do país participaram no XII Congresso sobre o Alentejo, que teve lugar de 28 a 30 de Setembro, em Monforte. Convocado sob o lema «25 anos de poder local democrático no Alentejo – Participação e qualidade de vida», o Congresso afirma-se, uma vez mais, como grande fórum democrático e comprova o seu papel no desenvolvimento da região e na consolidação da democracia.

O Congresso começou com uma reflexão sobre o modelo e estrutura a adoptar no futuro, para de seguida entrar nos dois painéis de debate, centrados nos temas Desenvolvimento e Poder Local.

Com um secretariado constituído pela Associação de Defesa de Alqueva, Casa do Alentejo, Diário do Alentejo, Universidade de Évora e câmaras municipais de Beja, Évora, Sines e Monforte, este grande encontro contou ainda com a participação de representantes de partidos políticos e a presença solidária do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Alqueva domina trabalhos

A discussão em torno do empreendi-

mento de fins múltiplos de Alqueva marcou naturalmente os trabalhos do congresso, tendo mesmo sido anunciada, para o primeiro semestre de 2001, a realização de uma iniciativa para debate da importância do empreendimento no desenvolvimento do Alentejo.

O debate aconteceu dois dias depois do projecto de lei do PCP para a reestruturação fundiária do perímetro de rega da albufeira ter sido recusado na Assembleia da República. A proposta comunista defendia a definição de uma área limite de 50 hectares para a propriedade e a exploração de terras de regadio, sendo o restante expropriado ou comprado pelo Estado em regime de preferência e arrendado preferencialmente a residentes e jovens agriculto-

res. Propostas que no fundamental coincidem com as defendidas em Monforte.

A eliminação do latifúndio e a reestruturação fundiária no perímetro de rega do Alqueva, foi defendida por Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, que considerou essencial para o desenvolvimento da região o redimensionamento das unidades de exploração agrícola.

O dirigente sindical sublinhou que a entrega das mais-valias do empreendimento de Alqueva aos grandes agrários significará «hipotecar o futuro nas mãos das grandes multinacionais agroalimentares, que já se antecipam na aquisição de terras na futura zona do regadio».

A existência de água, tal como a construção de estradas, não leva, por si só, ao desenvolvimento. Uma comparação invocada por Lino de Carvalho, deputado do PCP eleito por Évora, que defendeu «o aproveitamento do Alqueva como alavanca para transformar a agricultura alentejana e criar uma nova dinâmica favorecendo a distribuição de terra e a democratização do acesso à terra».

Lino de Carvalho referiu ainda que Alqueva pode transformar-se num «escândalo público por acabar por favorecer uns quantos e não todos e, em particular, não contribuir para a reorganização do tecido agrícola e agrário da região».

O tema foi igualmente abordado por José Regato, do Instituto Politécnico de Beja.

Poder local e cidadania

A íntima ligação entre participação, desenvolvimento, qualidade de vida e Poder Local, foi sublinhada por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP.

«É por se constituir essencialmente como espaço privilegiado de participação e de transformação que o poder local se pode assumir como factor de uma cidadania consciente e exigente. A sua proximidade aos problemas e a sua identifica-

ção com as principais aspirações populares favorecem o envolvimento e a mobilização», frisou o representante do PCP no Congresso. E lembrou ainda que «informar e fazer participar populações é não apenas dever de um poder democrático e um factor de acerto nas decisões mas também um elemento essencial de formação da ideia de que todos e cada um contam, de que a democracia vai para além da sua expressão representativa».

A valorização das realizações do poder local, como «uma das mais belas conquistas de Abril», foi tema também da mensagem do representante do PS.

Por sua vez, o representante do PSD de Beja considerou que o que falta é «dar continuidade aos congressos sobre o Alentejo, depois de eles terem terminado. Temos de fazer valer de outra forma as nossas ideias». E defendeu a necessidade de «reivindicar com mais determinação e eficácia o que precisamos para nos aproximarmos do país litoral».

O combate à desertificação foi o tema privilegiado por Carlos Carvalhas. O secretário-geral do PCP afirmou em Monforte que a política governamental para as regiões do interior se resume a «declarações programáticas», sem efeitos práticos e considerou que no Alentejo se nota «a falta do investimento produtivo, tornando a região, como todo o interior do país, mais atrasada relativamente ao litoral e às áreas metropolitanas».

Homenagem a Bento Caraça

O fórum prestou homenagem a Bento de Jesus Caraça, como «insigne democrata e antifascista e ilustre matemático e pedagogo alentejano, figura ímpar da cultura do século XX».

Em mensagem dirigida ao Congresso, João Caraça sublinhou que a «devoção à causa colectiva, ao convívio fraterno com os outros, ao entendimento das grandes questões da nossa vida, constitui a mensagem central» que o homenageado difundiu «através da acção, rumo a esse futuro».





As conclusões do Congresso

Dois temas fundamentais estiveram em debate no XII Congresso sobre o Alentejo – Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida e Poder Local, Cidadania e o Futuro. O Alqueva e a regionalização foram questões sempre presentes. O Congresso avançou mesmo com uma proposta concreta de criação, no quadro da instituição das regiões administrativas, da região-piloto Alentejo. Aqui damos conta – em versão sintetizada e dividida por temas – das conclusões do encontro de Monforte.

actuação horizontal. Tais envolvimentos teriam como consequências: a potenciação recíproca das capacidades das entidades locais; a maior autonomia das instituições; a promoção de mudanças no plano científico redireccionando as práticas de investigação para o domínio da investigação/acção; a produção de intervenções de âmbito pluridisciplinar; e uma maior visibilidade das próprias instituições de ensino superior.

A presença de instituições de ensino superior no Alentejo deve ser entendida como uma mais-valia para o

processado de forma paulatina mas segura, embora quase que exclusivamente à custa de factores endógenos, sendo imperativo que venha a beneficiar de maiores apoios do Poder Central, nomeadamente no que respeita à operacionalização do Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, ao funcionamento e financiamento da ARTA e a maior apoio estatal à promoção do turismo no novo mercado interno alargado.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva deverá, também, desencadear um processo de dinami-

Cooperação

A cooperação transfronteiriça foi considerada como um importante instrumento de desenvolvimento regional, sendo sublinhada a importância do Plano Estratégico de Cooperação Transfronteiriça Huelva-Algarve-Alentejo integrado no programa INTERREG 111.

Cultura, Ciência e Associativismo

O Congresso regista com apreço a

Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Censos 2001

O Congresso registou com preocupação a acentuada diminuição e envelhecimento da população da região (- 2.8% em relação a 1991), bem como a tendência para a sua concentração em áreas predominantemente urbanas em detrimento das rurais, considerando premente a adopção de medidas que invertam estas tendências que se têm vindo a expressar nos últimos censos, na medida em que a população, ao constituir um factor fundamental do desenvolvimento, se apresenta, no actual quadro, como um obstáculo ao processo de crescimento e afirmação da região.

Ensino Superior

O Congresso conclui que as instituições de ensino superior têm um importantíssimo papel a desempenhar no desenvolvimento da região. Desde logo na educação e formação, como pré-requisito para o desenvolvimento e como conteúdo desse desenvolvimento, na reconstrução da auto-estima, na aprendizagem ao longo da vida, no desenvolvimento de uma economia plural (economia social, empresas, organismos públicos), na valorização dos recursos endógenos, apoiando iniciativas, apoiando os processos de desenvolvimento local, etc.

As instituições de ensino superior podem cooperar e participar em parcerias de desenvolvimento local, reforçando as redes ou malhas de

processo de desenvolvimento da região, na medida em que constitui uma condição necessária à respectiva qualificação.

Turismo

O Congresso considera que o desenvolvimento turístico do Alentejo se tem

zação turística dos territórios sob a sua influência.

O Congresso recomenda a adopção e difusão do logotipo Alentejo, por forma a que os diversos agentes com protagonismo na região se possam reconhecer num símbolo gráfico que, pela sua utilização sistemática, possa vir a dar força ao novo marketing territorial e à imagem de marca da região.

dinâmica de diversos sectores da sociedade alentejana com expressão na criação de estruturas associativas e científicas e na investigação sobre vultos da cultura da região e sobre temas patrimoniais, culturais e científicos do Alentejo, constatando-se a oportunidade da sua utilização enquanto recursos estratégicos do desenvolvimento integrado regional.

Foi ainda reiterado o apoio à Procla-

Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

Analisando a actual situação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o Congresso considera:

- a necessidade de se confirmar inequivocamente a natureza de fins múltiplos do empreendimento e o objectivo principal de proporcionar a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações e o desenvolvimento da região;
- que os diversos planos de ordenamento do território em elaboração devem corresponder, efectivamente, aos interesses da região;
- a necessidade de se assumir uma postura política mais interveniente e activa na defesa dos interesses nacionais, exigindo a aplicação dos artigos da convenção sobre a cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas luso-espanholas;
- que o modelo de gestão do empreendimento deve assegurar a participação das populações e das suas estruturas representativas;
- urgente a definição de uma política de reestrutura-

ção fundiária no perímetro de rega do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva que garanta a democratização do acesso à terra a pequenos agricultores, rendeiros, seareiros, jovens agricultores e operários agrícolas sem terra;

– que devem ser implementados programas de formação profissional que contribuam para uma real qualificação dos recursos humanos da região e assegurem a viabilidade do empreendimento;

– indispensável assegurar aos trabalhadores condições adequadas de trabalho e de remuneração apostando-se na valorização e dignificação do papel dos trabalhadores que constituem pilar essencial da concretização do empreendimento;

– que devem ser criadas estruturas de transformação, escoamento e comercialização da produção;

– que deve ser exigida a renegociação da PAC de forma a ultrapassar os constrangimentos das quotas de produção de muitas culturas agrícolas a serem produzidas no perímetro de rega.



mação saída do IV Congresso Nacional das Colectividades, que repudia os pacotes legislativos que visam enfraquecer os pequenos clubes, que reafirma a importância do papel do dirigente associativo voluntário exigindo a definição do seu estatuto, que valoriza as potencialidades do Movimento Associativo enquanto parceiro social e que exige o reforço dos apoios por parte do Estado. O Associativismo continua a promover e a fomentar valores de cidadania que contribuem para a formação integral do Homem e para a melhoria da qualidade de vida das populações, logo, para o desenvolvimento sustentado da região.

Trabalho – factor de Desenvolvimento

O Congresso considera que só alterando as políticas que têm imposto à Região o atraso económico e a deserti-

ficação será possível garantir aos Alentejanos e em particular aos trabalhadores do Alentejo as condições de vida e de trabalho que estes anseiam e merecem.

Reafirma ainda que a discriminação positiva do Alentejo, tão falada e prometida, não se concretizou, mantendo-se os problemas estruturais da Região.

O modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários, a secundarização e mesmo a destruição de componentes importantes do aparelho produtivo, nomeadamente no sector empresarial do Estado, a ausência de uma política coerente de formação e qualificação dos trabalhadores, a crescente precarização do trabalho com expressão particularmente acentuada nos trabalhadores imigrantes, favorecem baixos níveis de produtividade, constituem entraves ao verdadeiro e necessário desenvolvimento da região e atentam contra os direitos dos trabalhadores.

Regionalização

O Congresso reconhece a importância de manter vivo o debate sobre as grandes questões regionais, tais como a regionalização, cuja actualidade se mantém. O processo de instituição em concreto das regiões administrativas deverá ser retomado, tendo em conta que nesta região ficou claramente expressa a vontade dos alentejanos no referendo realizado, devendo retomar-se a reflexão sobre a oportunidade da criação da região-piloto Alentejo.

Ordenamento do Território e Desenvolvimento

O congresso concluiu que, com a conclusão dos Planos Directores Municipais, se fechou um ciclo de planeamento e agora um novo se abre. Neste novo ciclo os municípios devem concentrar os seus esforços a “montante” e a “jusante” dos PDM: a “montante”, pela necessidade de repor uma visão integrada de ordenamento territorial que responda pelos interesses supramunicipais e regionais, concertando iniciativas (repondo uma visão supramunicipal que a ausência de regionalização veio negar); a “jusante”, pela necessidade de configurar um quadro de vida urbano de qualidade e sustentável através dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

O Congresso concluiu, ainda, que a análise das dinâmicas territoriais em curso no Alentejo indicia uma reconfiguração do espaço regional que tende a reforçar assimetrias internas traduzidas no fortalecimento dos principais centros urbanos e eixos logísticos e enfraquecimento do grau de coesão interna gerando problemas acrescidos de periferização/marginalização de uma significativa parte da região. Tal evolução reforça a necessidade de intervenção ao nível sub-regional e regional por forma a contrariar estas dinâmicas.

Poder Local Cidadania e o Futuro

O Congresso acolheu as opiniões manifestadas pelos representantes dos partidos políticos com representatividade no Poder Local da região, sendo de assinalar os seguintes aspectos:

– A qualidade de vida como indissociável do papel desempenhado pelo poder local democrático.

– O papel essencial do Poder Local enquanto motor de transformação das condições de vida e espaço de afirmação de direitos.

– O Poder Local como espaço privilegiado para a resolução de problemas, de elevação das condições de vida, de luta e reclamação de direitos, de participação e envolvimento populares.

– O papel relevante do Poder Local na construção de uma cidadania consciente e exigente.

– A necessidade de defesa da autonomia administrativa e financeira e da descentralização administrativa.

– O prosseguimento da defesa da instituição em concreto das regiões administrativas.

– A manutenção da pluralidade e representatividade no poder local.

– A necessidade de conjugação de esforços para superar o espartilho imposto pela administração central personificada na acção governativa.

– A rejeição de atitudes afrontosas de figuras empossadas em cargos de responsabilidade política local e regional, que priorizam quase sempre as estratégias de Lisboa em detrimento dos interesses concretos da região.

– A necessidade de retomar e reforçar as dinâmicas que dão protagonismo às ideias e ao querer dos alentejanos, ultrapassando eventuais receios de assunção pública da nossa identidade regional.

– A identidade regional e a unidade de acção dos alentejanos pode e deve ser reforçada e não deve ser entravada pelas diferentes opções partidárias, que, quando devidamente exercidas, constituem factor de enriquecimento do tecido social regional.



Enquanto a confiança se evapora...

● Manoel de Lencastre

Desorientação

e medo na Grã-Bretanha

De repente, fixou-se na Grã-Bretanha uma profunda crise.

Há preocupação, medo nos rostos. Indecisão nos espíritos. Poderá dar-se um ataque terrorista em Londres? O cosmopolitanismo, sempre tão evidente na capital britânica, está a esvair-se. Parece dar lugar ao retorno dos dias sombrios de 1939. Mas a Grã-Bretanha, agora, não tem um inimigo identificável. No coração do povo destas ilhas, apenas os comunistas e alguns bravos trabalhistas que nunca se venderam sabem que o verdadeiro inimigo existe e apontam-no - o imperialismo.

Foi de ambiente quase lúgubre a conferência de imprensa do primeiro-ministro, Tony Blair, em Downing Street, na passada sexta-feira. Fez um «patriótico» apelo: «Vão às compras! Entrem de férias, encham os aviões! Não vendam as vossas casas! Consumam! Por favor, consumam!»

Imagine-se a atmosfera de perplexidade em que o país ouviu tão inapropriadas palavras. Nunca na história do N.º 10 de Downing Street, onde os caminhos do mundo têm sido influenciados ao longo de alguns séculos, já, se vira um primeiro-ministro tão incompetente mas, ciente da sua inferioridade, tão ridículo e arrogante. Tony Blair, é evidente, não está consciente de que o seu Gabinete, segundo Lenine, é uma espécie de comité central do imperialismo. A força dos acontecimentos, porém, obriga-o a agir como tal. Desesperadamente, está a tentar introduzir confiança na alma de um povo que teme a possibilidade de um ataque ao seu país com armas químicas e biológicas. As suas palavras reflectem a grande preocupação do governo perante o fantasma de uma recessão económica de desconhecidos contornos. A confiança do mercado nas instituições do capitalismo está morta. Os últimos dez anos tinham dado lugar a belos passeios nos jardins do consumismo. E ainda há dias, no Congresso dos Sindicatos (Trades Unions



Congress), a ministra do Comércio e Indústria, Patrícia Hewitt, tratava com desdém os direitos do pessoal dos hospitais que não deseja ser transferido para o serviço de empresas privadas minúsculas funcionando no interior do Serviço Nacional de Saúde (National Health Service). O presidente de um dos mais poderosos sindicatos, John Edmonds, dirigindo-se da tribuna do Congresso a Tony Blair, gritou: «Esta questão de empresas particulares à procura de lucros no seio dos serviços dos hospitais acabará por minar os alicerces do Partido Trabalhista. O que o primeiro-ministro anda a fazer é pôr à prova a lealdade dos membros do partido. E continuará a fazê-lo até à destruição!» John Edmonds, evidentemente, sabe muito bem que Tony Blair só é do trabalhismo por conveniência pessoal. O primeiro-ministro, na verdade, é membro do partido global do capitalismo. Era nessa qualidade e na fúria de um total silêncio que o Congresso se prepara-

va para escutá-lo em novas admoestações e críticas aos trabalhadores que recusam aproveitar as chamadas grandes oportunidades de uma nova situação que não é semelhante às de 1945, 1964 ou de 1974. Mas isto foi na manhã de 11 de Setembro de 2001. Compreende-se, assim, o desespero de Tony Blair...

Blair igual a Cerejeira

Em muitos centros urbanos, estão a verificar-se ataques racistas e sanguinários contra membros da comunidade muçulmana deste país. «Gangs» nazis andam à caça de cidadãos e cidadãs de origem dos países árabes e islâmicos. Há dias, um dos «leaders» dessa comunidade explicou na TV que tais ataques não poderiam continuar a ser tolerados e que, a prosseguirem, receberiam a devida resposta. O país foi lesto em reagir apontando ao reli-

gioso em causa um dedo acusador que lhe colocava o rótulo de terrorista. O governo, dizem-nos, está a considerar detê-lo. Estes incidentes enervam o país que busca a verdade mas só encontra campanhas vitriólicas a favor da guerra e múltiplas barragens de desinformação. Um povo como o destas ilhas não pode aceitar, também, que o primeiro-ministro declare ter visto as provas preparadas nos Estados Unidos contra ben Laden mas não poder torná-las públicas. Faz lembrar o cardeal Cerejeira que dizia ter visto uma carta enviada por Nossa Senhora à irmã Lúcia mas não podia revelar o respectivo conteúdo. Por outro lado, as perseguições a muçulmanos explicam os conflitos que em Julho último originaram batalhas de rua entre brancos e asiáticos nas cidades de Bradford (capital da Inglaterra muçulmana), Oldham, Leeds, Burnley. E, enquanto isto, os protestantes do Ulster começam a aproveitar...

Ruína da aviação comercial

As companhias de aviação teriam de ser as primeiras a sofrer as consequências dos temerosos acontecimentos do passado dia 11. Generalizou-se, assim, uma terrível condição psicológica que afasta as pessoas do transporte aéreo e paralisa os aviões. O resto é a formação de um terrível efeito de arrastamento que engloba quase todos os sectores da economia do capitalismo na queda para a estagnação e, possivelmente, para muito mais do que isso. O governo americano garantiu às companhias de aviação nacionais 5000 milhões de dólares em dinheiro e 10 000 milhões em facilidades de crédito. Mas os dirigentes dessas empresas disseram: «Isso é só para nos compensar pelos prejuízos de Setembro. E depois?» Depois, evidentemente, será o desconhecido. Mas já as seguradoras procederam a uma sangrenta revisão dos prémios em vigor incorporando, nas apólices de seguros de aeronaves, passageiros, aeroportos, etc., cláusulas de compensação contra efeitos de guerra e terrorismo a preços diabólicos. O proibitivo acréscimo dos encargos, a paralisação do material, a fuga dos passageiros, estão a cravar os últimos pregos no caixão da aviação comercial que conhecíamos. Assim, enquanto o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial anunciavam o cancelamento das respectivas Assembleias Gerais, as grandes construtoras e transportadoras começaram a divulgar alguns aspectos de uma carnificina que já estava anunciada mas que o 11 de Setembro ajuda a

Efeito de Setembro

justificar. As culpas da má situação do sector, agora, vão todas para os terroristas, como se as administrações dos capitalistas fossem isentas, como se a recessão não estivesse tão claramente à vista, como se a especulação bolsista não tivesse atingido um dos seus clássicos «derniers jours». Segundo os analistas da aviação comercial, 19 companhias americanas entraram em agonia. Logo se lhes juntaram a Air Canada e a British Airways. Em termos de despedimentos, a situação foi aproveitada - U.S. Airways: 11 000; Northwest: 10 000; Continental: 12 000; American: 20 000; Delta: 13 000; Air Canada: 9000; British Airways: 7000; Virgin: 1200; United Airlines: 20 000, entre muitas outras. Cabe registar, aqui, aquilo que um dos directores da Lufthansa, Herr Wolfgang Mayrhuber, declarou: «As companhias de aviação já estavam a sofrer perdas nos últimos 3 e 4 anos.» Não foi só o terrorismo, afinal...

Por seu lado, a Boeing (construtora) disse que está a receber cancelamentos de encomendas, diariamente, pelo que despedirá 30 000 operários e empregados, em Seattle. Leo Mullin, presidente da Delta, prescindiu dos ordenados que receberia até ao fim do ano. Os dirigentes da Continental, Gordon Bethune e Larry Kellner (com ordenados de 5,5 e 3,7 milhões de dólares), fizeram o mesmo. Nada se ouviu, entretanto, dos brasileiros que estão a dirigir (?) a nossa TAP. Poderiam seguir o exemplo daqueles...

Desastre no campo dos seguros e dos bancos

Entretanto, as indemnizações que estão a ser exigidas ao «Lloyd's of London» em consequência dos ataques terroristas que tiveram lugar na América já vão em 1,3 mil milhões de libras esterlinas.

Meios próximos do célebre Grupo segurador dizem que se trata «do mais caro desastre nos 300 anos de história da indústria dos seguros em Londres». Expostos a terríveis compensações estão 108 sindicatos de seguradores, 890 membros incorporados nos mesmos e 2.800 «Nomes» (simples subscritores com carteiras individuais). Note-se que toda esta rede de intermediários na subscrição de seguros trabalha em regime de responsabilidade ilimitada. Igualmente, os Bancos financiadores das companhias de aviação surgem expostos, perigosamente, ao não pagamento dos seus créditos - os mais «apanhados», são: J.P.Morgan-Chase: 21 000 milhões de dólares; BNP-Paribas: 8,5; ABN-Amro: 8,4; Royal Bank of Scotland-Natwest: 6,2; Barclays Bank: 5,9; Hongkong & Shanghai Banking Corporation (antigo Midland Bank): 4,9. Alguns analistas sugerem que o Crédit Lyonnais tem 28% do seu capital de primeira linha expostos às companhias de aviação.

Ciência e Tecnologia

• Francisco Silva

A profissão de engenharia tornou-se numa das mais prestigiadas da época contemporânea. Potenciada pelos desenvolvimentos decorrentes das revoluções Industrial e Científica, nela desempenhou a engenharia um papel muito importante. Um papel que foi progredindo e é na nossa época cada vez mais determinante no tecer do inextricável entrelaçado da Ciência e da Tecnologia.

Trata-se mais do que um prestígio, o da engenharia, associado à posição social dos seus praticantes. Mais do que um prestígio do tipo porque sim – aliás, esta é uma característica sobretudo marcante em países como Portugal, nos quais a marca da «industrialização» nunca ultrapassou o estágio de uma grande debilidade. Nunca ultrapassou, nem hoje ultrapassa!

em menos tempo ou o mesmo com menos operários: vendendo-se a produção toda, aumenta-se a taxa de apropriação de mais-valia pelos detentores do capital. E aqui juntaram-se tanto o emprego de conhecimentos próprios das ciências «duras», nomeadamente a Física e a Química, como os das ciências «moles», humanas e sociais, tendo até sido desenvolvida a disciplina da organização científica do trabalho – medições de durações de tarefas, ergonomias, etc., tendo sido o engenheiro americano Taylor o seu famoso iniciador.

Inovação que teve também como objectivo – e esta questão tem sido muito menos referida –, logo desde a fase inicial da mecanização dos processos de fabrico, o desapossar, tanto quanto possível, os operários das suas competências, sendo estas progressivamente «incorporadas» nas máquinas. Alterando desta forma a correlação de forças em desfavor dos operários, os patrões podiam pagar menos e esperavam quebrar mais facilmente a sua resistência. Mas, ao diminuírem a percentagem de incorporação de mão-de-obra nos processos de fabrico, também foi baixando tendencialmente as

Engenharia (e produtos)



suas possibilidades de extraírem mais-valias para a «construção» dos seus lucros... E vão concentrando para conseguirem economias de escala, e vão despedindo, etc. Mas isto são outros contos!

Quanto aos engenheiros, quanto mais foram trabalhando na afinação dos processos de fabrico, quanto mais estes se tornaram complexos, mais os engenheiros se foram especializando, mais vulneráveis foram ficando à medida que a evolução tecnológica acelerava e dava «saltos». Tal foi o caso da introdução da tecnologia informática desde os processos de fabricos de bens até às redes de telecomunicações (nestas já se vão esbatendo as fronteiras entre as duas áreas). Em muitos casos, os engenheiros foram confrontados com situações que já pouco tinham ver com o aprendido nos estudos. Uma pequena parte salvou-se por promoção para funções pouco especializadas como são as de direcção. Outros tiveram de refazer (e conseguiram-no bem) as suas capacidades como técnicos.

Também os seus lugares e tarefas de enquadramento disciplinar de trabalhadores foram desaparecendo com rapidez à medida que o seu labor foi, em boa medida, substituído pelo das

máquinas agora também automatizadas. A dificuldade em manter a relevância num ambiente onde até o refúgio no escritório e nos papéis vai decaindo enquanto instrumento de poder burocrático!

Hoje, a engenharia é requerida mais e mais, não envolvendo esta afirmação qualquer contradição. É uma força de trabalho cada vez mais necessária nas actividades de I&D, também no «fabrico» de produtos exigindo crescentes conhecimentos de C&T e na fase comercial. Isto, para além do seu continuado papel na inovação e condução dos processos...

(¹) O termo fabricação é aqui assumido num sentido de lato do fazer o produto; isto é, inclui o fazer dos bens nas fábricas bem como todos os outros processos do fazer produtos para o circuito comercial (como cozinhar, semear, instalar redes de energia e de telecomunicações, fazer páginas para a web, etc.).

Trata-se, antes, do facto da engenharia ser a actividade que está presente mesmo no cerne dos processos económicos da nossa época. Presente por inerência no desenho, projecto e desenvolvimento dos produtos – isto é, dos bens e dos serviços –, bem como na sua «fabricação»⁽¹⁾ e na sua realização comercial – pois sem utilizador nem utilização o valor do produto não se concretiza.

E pode ainda ser afirmado, sem receio de cometer um dislate, que, no decorrer de toda a época da «modernidade» capitalista pós-manufatureira, a função para a qual a engenharia foi mais fundamentalmente requerida pelos proprietários dos negócios foi para a intervenção na chamada inovação dos processos de fabrico.

Inovação essa tendo em vista a minimização dos custos de matérias-primas e energia consumidos, bem como das máquinas e ferramentas utilizadas, mas sobretudo dos custos envolvidos com a mão-de-obra empregue. Produzir mais

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Livros

Quotidiano

Um livro é quando
à nossa volta
tudo acaba

Nada aconselhável
quando se espera
o sinal de partida
do comboio.

Ou quando
aguardamos
que nos chamem
para a radiografia.

Cheguei tarde
a um encontro de amor
por causa de um livro.
O amor já se foi.
O livro, esse,
está comigo.

Pelo sim, pelo não,
em todo o caso
aconselha-se alguma
moderação.
Há livros
que nos tiram o sono
e não convém
dizermos ao patrão
por que chegamos atrasados

Memória

«Os Miseráveis» foram
entre todas as pátrias
onde nascemos
a primeira.

– Sobe! – disse Vítor Hugo.
Não me avisou
que aquele cavalo tinha asas.

De súbito
olhando para o chão antigo
vi
que nunca mais
ia descer ali.

Mistério

Olhar para «Os Lusíadas» é ter
a nítida visão de ser verdade
haver, dentro de um ser humano, um ser
que, sendo-o, se tornasse divindade.
Tudo só, vejam só, pelo poder
da palavra, assumida eternidade.
Digam agora os sábios desta Lei
como, entre nós, foi isto. Eu cá, não sei.

Milagre!!!

Saiu a Rainha Santa
com um regaço de pão
para os famintos da terra.

– Que levais aí, Senhora
(perguntou o Rei de alma fria
cortando-lhe o passo).

– Senhor – disse ela. – É poesia.

E os versos de Lorca lhe caíram do regaço.

Prometeu

Prometeu fugiu do palácio real.
Escondido, trazia o «Capital».

Os deuses correram, gritaram então:
– Agarra que é ladrão!

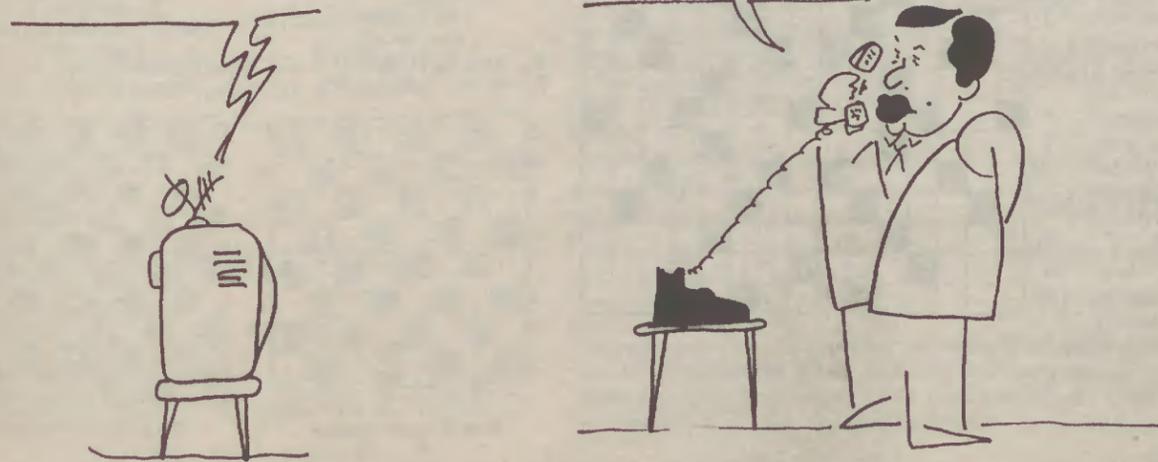
Em vão. E o povo logo
conheceu a invenção do fogo.

Cartoon

• Monginho

OS ESTADOS UNIDOS
APELAM AO APOIO DOS
SEUS ALIADOS CONTRA
O TERRORISMO, PELA
DEFESA DO MUNDO
CIVILIZADO, PELA ...

O' MEU AMIGO, MAS SÓ QUER
A BASE DAS LAGES? CLARO QUE SIM!
MAS... NÃO QUER TAMBÉM UM SUBMARINO
OU CINCO ENFERMEIROS... SEI LA'!



mm

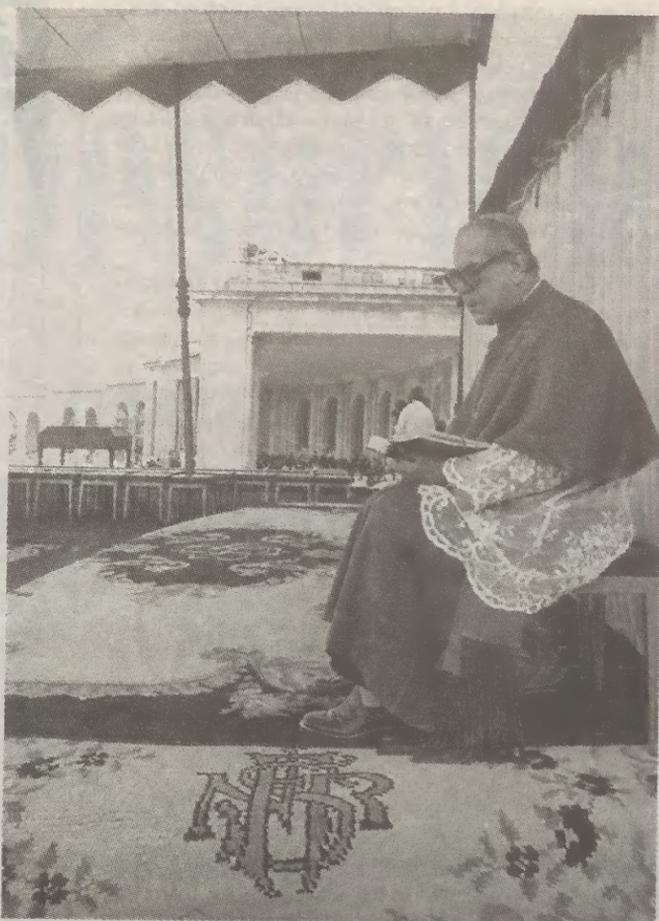
Religiões

• Jorge Messias

Chamados a pronunciar-se em dois importantes momentos políticos recentes, os principais vultos da hierarquia católica portuguesa limitaram-se a invocar expressões atribuídas a João Paulo II. «Levantemos âncora e façamos-nos ao largo!», clamou D. José Policarpo em nome dos seus bispos. «Atravessemos a ponte!», apelou D. Januário Torgal aos emigrantes reunidos em Fátima. As expressões são mediáticas, de sentido geral, traduzindo hesitações e perplexidades. Independentemente do eco que entre os católicos estes apelos possam vir a ter, certo é que, de momento, a hierarquia portuguesa revela viver um mau momento. «Atravessar a ponte»... em que sentido?

Com que destino preciso... «fazer-se ao largo»?

Rica e poderosa, a hierarquia portuguesa permanece colada ao seu chão sagrado. Desde há longos anos que se debate numa encruzilhada, sem saber que rumos tomar. Caminhos da cruz (democratização da igreja, opção pelos



Cruz e encruzilhada (1)

poobres, doutrina social, sentido de um altruísmo cristão) privilegiando a fé e sacrificando o lucro, a cátedra e o cifrão? Ou caminhos do tempo (opção pelos ricos, globalização capitalista, absolutismo papal) que a transformarão irremediavelmente naquilo que agora já ela anuncia ser: um banal, que poderoso, grupo político e financeiro? Numa sociedade moderna, capitalista, tecnocrática e globalizante, a igreja, dê ela as voltas que der, jamais se conseguirá furtar a esta questão central.

Os ventos não vão favoráveis às grandes ilusões. Os bispos bem sabem que cada vez resulta menos a velha tática de apontar para a esquerda e virar à direita. A manobra é de alto risco. Mas a hierarquia está grudada à terra pela irresistível atracção da grandeza, dos privilégios e do poder elitista. O que a imobiliza, a divide e a afasta do povo católico. O que demonstra que a realidade histórica da luta de classes continua bem viva. Mesmo no interior da igreja católica, nos quadros da sua ideologia e da sua composição.

A telenovela mal conhecida

Perante o nosso crédulo olhar lusitano desfilam múltiplas imagens da ficção oficial apadrinhada pelo poder. De vez em quando, porém, irrompe neste panorama um ou outro aspecto da vida real. Por exemplo, que os bispos endureceram o tom da sua homilia, os luminares da tecnocracia católica falaram nos incriveis benefícios da globalização capitalista, o cardeal-patriarca lançou patéticos apelos à mobilização dos católicos (com recurso à desobediência cívica quando necessário), os «barões» da indústria anunciaram alinhamentos com a igreja católica (a qual não reagiu como, por fé, lhe competia) e, finalmente, a decisão de dar à luz, a partir de Janeiro próximo, um novo partido

cristão-democrata, aglutinador da direita tradicional. Por entre os destaques do noticiário, veio a lume que o grande patronato e a igreja católica carismática se propunham criar um novo canal televisivo confessional (o que já foi feito) mas não desistiam da atribuição de um dos canais públicos; que o Vigário-Geral do Opus Dei tinha permanecido em Portugal durante o processo de remodelação governamental; e que, ao que se diz, todos os novos ministros são membros efectivos ou familiares da Obra de Balaguer. Os novos titulares de Guterres falam, rudemente, uma nova linguagem autoritária. Olhando a sua telenovela, os autoproclamados socialistas (a começar no Governo e a acabar num embrulhado grupo parlamentar) ouvem, aplaudem e calam, acatando as boas maneiras instaladas na vida política (e não apenas no PS!) corruptas e eticamente inaceitáveis. O Estado já não é estado, os partidos alheiam-se das suas ideologias e dos seus programas, a comunicação social é tutelada e paga pelos «lobbies» dominantes. Quando D. Torgal Ferreira denuncia a existência da corrupção generalizada, tem sem dúvida razão nas suas afirmações. Esquece-se, no entanto, de reconhecer que a própria igreja é uma das centrais dominantes do escabroso sistema capitalista.

A cruz e a encruzilhada (novo partido católico, provável estratégia da hierarquia, ponto de partida para o Estado teocrático, opção preferencial pelos ricos, etapas da revolução de veludo, falhadas tentativas dos partidos católicos, igreja carismática, quadro histórico da sua definição, base da igreja-motor da unidade da direita e enquanto tampão amortecedor dos conflitos sociais, outros aspectos da Ordem Moral: liberdade religiosa, direitos humanos, a igreja como mediadora política, mudança de regime por via «soft»).

Balão de ensaio ou projecto estruturado?

Pontos Cardeais

Desmantelamentos

Surgiu esta semana a notícia de que a Swissair (ex-parceira da TAP na dança das privatizações em Portugal) vai ser desmantelada, numa «reestruturação» em que dois terços da sua actividade vão ser cedidos à companhia regional suíça Crossair e todas as suas participações no estrangeiro vão ser canceladas, enquanto os dois maiores bancos do país vão injectar 175 milhões de contos para as «despesas». O caso deu-se repentinamente e com contornos escandalosos: aviões da companhia arrestados nos aeroportos pelos credores, recusa de os abastecer de combustível e por aí fora. É claro que os trabalhadores surgiram à cabeça das «medidas» saneadoras, com a dispensa imediata de um terço do pessoal no país e no estrangeiro, enquanto diversos credores da Swissair estarão com as barbas a arder pela recusa da companhia em honrar os compromissos, sob a desculpa de que não têm dinheiro (apesar de tal injeção de 175 milhões de contos...). E a coisa já está a bater-nos à porta, falando-se com naturalidade na «impossibilidade» de a Swissair pagar a indemnização que deve à TAP pela ruptura do acordo...

Portanto, em tempo de crise a solução é simples e sempre a mesma: recorre-se ao Estado para que ele arque com os prejuízos e dificuldades, despacham-se os trabalhadores para o desemprego, mete-se ao bolso de anónimos accionistas largas dezenas de milhões de contos e diz-se aos credores que tenham paciência porque não há dinheiro.

O capitalismo no seu velho esplendor...

Subsídios

Aliás, a crise na aeronáutica civil é geral, com rombos mais espectaculares nos EUA, onde este comércio está particularmente desenvolvido. Daí que o governo de George Bush já tenha disponibilizado para o sector de aeronáutica civil fundos fede-

rais na ordem dos milhares de milhões de contos, tudo a fundo perdido e devidamente coberto pelos impostos dos contribuintes. Isso, todavia, não impediu que os diversos operadores aéreos dos EUA estejam a lançar no desemprego dezenas de milhares de trabalhadores, para os quais, pelos vistos, não há um tostão dos milhares de milhões de contos disponibilizados pelo Governo.

Mais uma vez, o capitalismo no seu esplendor.

Em paz

«Tommy» Suharto, o filho mais novo do ditador indonésio Suharto, foi esta semana «ilibado» pelo Supremo Tribunal da Indonésia das acusações de corrupção em negócios de terrenos que defraudaram o Estado indonésio em 7,5 milhões de libras e pelas quais fora condenado, há cerca de um ano, a 18 meses de prisão de que não cumpriu um único dia, por se ter posto em fuga, sob a estranha «incapacidade» das autoridades do país em o apanhar. Agora, os supremos guardiães do Direito na Indonésia ilibaram-no por... «falta de provas», supondo-se que a tal «falta de provas» sobre os roubos dos terrenos se deverá à impossibilidade de, até agora, pôr os próprios terrenos a testemunhar o ilícito de que foram alvo por parte do menino «Tommy».

Toda a gente ficou surpreendida com esta decisão e o próprio porta-voz da Polícia Nacional, brigadeiro Saleh Saaf, desabafou dizendo que, apesar de tudo, «ainda andamos à sua procura como suspeito noutros casos».

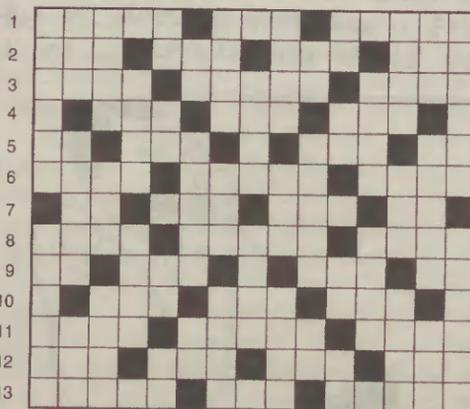
Como o principal dos casos em que ele continua suspeito consiste no assassinio dos juizes que há um ano o condenaram, é certo e sabido que o sábio Supremo Tribunal da Indonésia o irá de novo ilibar: na verdade, que se saiba e em rigor, nenhum dos assassinados apresentou queixa ou denúncia, até hoje, contra o inocente benjamim de Suharto...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Uma variedade de corindo, transparente, de um vermelho vivo (pl.); pêlo de certos animais (pl.); intervalo. 2 - Cólera; gavinha; base aérea portuguesa; tempero. 3 - Compartimento; figura formada por dois arcos que se cortam superiormente; apanha. 4 - Àqueles; ovário de peixe; bases. 5 - Piedade; modo de dizer; dama de companhia; décima sétima letra grega. 6 - Nojo; dificuldades (fig.); plural de real (moeda). 7 - Cobalto (s. q.); igualdade (pref.); feixe; suf. nom. de origem latina, que tem sentido diminutivo e por vezes pejorativo. 8 - Lebre das pampas; atroz; guarnecer com asas. 9 - Suf. de agente; recipiente para líquidos; o sono dos meninos (pl.); apelido. 10 - Óxido de cálcio; análogo; na companhia de. 11 - Adorar; tosquiarm; a voz do lobo. 12 - Qualidade natural; ruído; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de sombra; animal para abate. 13 - Lavrada; albino (bras.); casualidade.

VERTICAIS: 1 - Gargalhada; residência. 2 - O m. q. berne; nome de homem; maior. 3 - Projétil de arma de fogo; tinta de pintar; leite. 4 - Macaco nocturno da América tropical; pequeno mamífero desdentado da ordem dos tatus. 5 - Selénio (s. q.); isolado; suf. nom. de origem latina, designativo, sobretudo, do lugar onde os animais se recolhem; sua (ant.) 6 - Pão doce; pessoa importuna (fig.); o m. q. porco (prov.). 7 - Sem demora; contr. de senhor; conquista. 8 - Planta aromática, lenhosa na base, da fam. das labiadas (pl.); bagos de videira. 9 - Tunda; grita-se nas touradas; verniz da China (charão). 10 - Basta; albergue; mim (arc.). 11 - Espádua; letra grega; língua falada outrora a sul de Loire (França); palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas. 12 - Maquinismo para tecer; alou. 13 - Costumes; aqui está; espreira. 14 - O tio americano; poemas; observas. 15 - Aéreos; frondoso.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



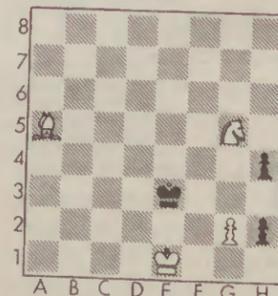
SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Rubis; las; pausa. 2 - Iraj; elo; (lat; sal; 3 - Sali; ogiva; toma. 4 - Avo; ova; pes. 5 - Dó; tom; alar; r6. 6 - Asco; ossos; réis. 7 - Co; iso; ho; im. 8 - Mar; cruel; asar. 9 - Or; plat; oes; Sa. 10 - Cal; tal; com. 11 - Amari; tosquiarm; vivo. 12 - Dom; som; crat; res. 13 - Arada; ágá; acas. 14 - Log; sor; toma. 8 - Ivas; uvas. 9 - Sovar; oles; laca. 10 - Tá; asilo; mi. 11 - Pá; pi; oct; ag. 12 - Teat; asou. 13 - Usos; eist; mita. 14 - Sam; rmas; vés. 15 - Alados; ramoso.

Xadrez

DCCCXV - 4 DE OUTUBRO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001X33

Por: N. Veliky
 «Schach», 1958

Pr.: [3]: Ps. h2, h4 - R63
 Br.: [4]: Pg2 - Cg5 - Ba5 - R61



Branças jogam e ganham

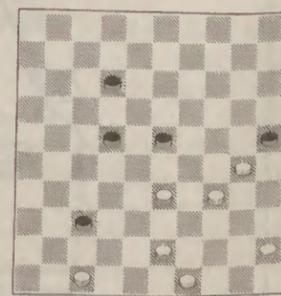
Damas

DCCCXV - 4 DE OUTUBRO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001D33

Por: Henri Chiland

«Secrets et merveilles du Jeu de Dames», 1968

Pr.: [5]: 12-22-23-25-37
 Br.: [6]: 30-33-34-43-47-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X33 [H. V.]:
 1. Bb6+, Rd3; 2. Ch3, h1=D; 3. Bg1, R-; 4. Rf1, R-; 5. Cf2 e g.

A. de M. M.

SOLUÇÃO DO N.º 2001D33 [H. Ch.]:
 1. 33-28, (ad libitum); 2. 47-42, (37-39); 3. 34-43, (25-34); 4. 43-39, (-); 49:7+

A. de M. M.

Carlos Carvalhas na Madeira

No próximo dia 5, sexta-feira, o secretário-geral do PCP desloca-se à Região Autónoma da Madeira, participando às 13h30 no **almoço-convívio** da CDU que vai ter lugar no restaurante «A Parreira» no Funchal, e um pouco mais tarde – às 15h30, no restaurante «Jardim da Carreira» – na **sessão de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos dos principais concelhos da Região.**

Na Feira de Vila Franca

Acompanhado de eleitos e candidatos da CDU, Carlos Carvalhas desloca-se no próximo domingo a Vila Franca de Xira, onde no fim-de-semana decorre a tradicional Feira. O Secretário-geral do PCP estará cerca das 17h30 no Pavilhão da CDU aberto no recinto.

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

ALMADA

Reunião da Comissão Concelhia: segunda-feira, dia 8, às 21h.

Plenários das Comissões de Freguesia: sábado, dia 13, no Feijó (13h), Laranjeiro e Pragal (16h).

CORUCHE

Reunião geral de militantes do Concelho de Coruche, sobre a situação política e social e as próximas eleições autárquicas, com a participação da camarada **Luísa Araújo:** sábado, 6, às 16h, no Centro de Trabalho do Couço.



JCP Cartaxo

Sexta-feira, 5, às 15h,
na Escola Secundária
do Cartaxo

**Plenário da
Organização do Ensino
Secundário**

Às 21h, no mesmo local:
**Concerto com bandas
do distrito**

DIA MUNDIAL DE SOLIDARIEDADE COM CUBA

10 de Outubro

Sessão promovida pela
Associação de Amizade Portugal-Cuba
com a participação de

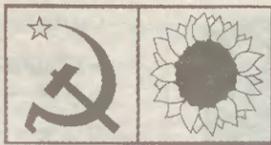
Gen. Vasco Gonçalves
Alm. Rosa Coutinho
Miguel Urbano Rodrigues
Modesto Navarro
Sérgio Ribeiro
Urbano Tavares Rodrigues
Dia 10, às 18h30, no CESP
R. Almirante Barroso, 3

Debate

«A GLOBALIZAÇÃO»

promovido pelo Sector Intelectual
da ORL do PCP
Dia 9, às 21h, no Salão do CT Vitória
com a participação de

Albano Nunes, João Vieira,
Miguel Urbano Rodrigues
e Nuno Ramos de Almeida



MATOSINHOS

Freguesia de Matosinhos
Apresentação do candidato CDU à
presidência da Junta de Freguesia:
sábado, 6, 11h, na Sala dos Espelhos da
Biblioteca Municipal Florbela Espanca.
Freguesia de Guifões
Apresentação do candidato CDU à
presidência da Junta de Freguesia,
José Pereira Americano: domingo, 7,
11h, no Salão Nobre da Junta de
Freguesia, com a participação de
Honório Novo.

PORTO

Freguesia de Bonfim
Sessão de apresentação da lista CDU
à Assembleia de Freguesia: sexta-feira,
5, às 16h, na Junta de Freguesia do
Bonfim
Freguesia de Campanhã
Jantar de apresentação da lista CDU
à Assembleia de Freguesia: sexta-feira,
5, às 16h, no restaurante «Caetano», com
a participação de **Rui Sá e Emídio**
Ribeiro

VILA NOVA DE GAIA

Visita dos candidatos à CM, AM e AF de
Santa Marinha ao Centro Histórico de
Gaia: sábado, 6, às 10h30, junto à serra
do Pilar.

PAÇO DE ARCOS

Almoço de apresentação dos
candidatos à Assembleia de
Freguesia: domingo, 7, às 13h, no
restaurante «Nova Morada» (junto ao
Carrefour de Oeiras/Alto do Mocho), com
a participação de **Odete Santos** e de
Arnaldo Pereira.

PALMELA

Apresentação dos candidatos à
freguesia de Palmela: hoje, dia 4, às
20h, no restaurante «Cantinho da Mata»,
seguinte-se **Noite de Fados:** sábado, 6,
11h.

SETÚBAL

Visita dos candidatos aos órgãos
concelhios à **Freguesia de S. Sebastião**
(sábado, 6) e às de **Azeitão,**
S. Lourenço e **S. Simão** (domingo, 7).

ODIVELAS

Plenário de activistas e simpatizantes da
CDU da **Freguesia de Odivelas:** hoje,
quinta-feira, 21h, no Centro de Trabalho,
com a participação de **Francisco**
Pereira.

Plenário de activistas e simpatizantes da
Freguesia de Ramada: segunda-feira, 8,
21h30, nas antigas instalações da
Assembleia de Freguesia.

TORRES VEDRAS

Visita CDU à **Freguesia de Matacães,**
com a participação dos candidatos
municipais e de freguesia: sábado, 6,
a partir das 14h.

TOMAR

Inauguração da sede da campanha,
na Rua S. Gião, 58, em Tomar: sexta-
feira, 5, às 17h.

LOURES

Apresentação da lista à Assembleia
Municipal de Loures e Noite Fados:
no Refeitório Municipal, hoje, dia 4,
às 22h, com a participação de **Adão**
Barata.

Visita CDU à **Freguesia de Unhos:**
dia 6 a partir das 10h
Abertura da sede da campanha em
Sacavém, na Rua Alm. Reis, 7 (junto
ao Lg. 5 de Outubro): dia 6 às 16h.
Campanha «Todos pelo Metro» -
Entrega de assinaturas: dia 9 às 15h.

VALONGO

JUVENTUDE CDU - I Encontro
Concelhio da Juventude CDU de
Valongo: sexta-feira, 5, a partir das
14h30, no Edifício da Junta de Freguesia,
com a participação de **Serafim Vieira** e
Adelino Soares, candidatos CDU à CM
e AM, respectivamente.



CDU apresenta candidatos

Em Nisa

Quarta-feira, 10, às 21h – Na Biblioteca Municipal
Casa da Cultura de Nisa
Sessão de apresentação da candidatura CDU
aos órgãos autárquicos de Nisa
com a participação de
Carlos Carvalhas

Em Alpiarça

Sexta-feira, 5, às 17h – No Salão de Música e dos Bombeiros
Apresentação de todos os candidatos CDU
às autarquias do concelho
Com a participação de
Albano Nunes, da Direcção do PCP,
e de **Álvaro Saraiva,** da Direcção de «Os Verdes»

Em Aljezur

Sábado, 6, às 20h – Jantar no Salão do Rancho Folclórico do Rogil
Apresentação de todos os candidatos CDU
às autarquias do concelho
Intervenção de **Júlio Gonçalo,**
candidato à presidência da CM

Em Portimão

Hoje, dia 4, às 20h – Jantar no restaurante «Eventos»
Apresentação de todos os candidatos CDU
às autarquias do concelho
Com a participação de **Jorge Cordeiro,**
da Comissão Política do CC do PCP

Em Rio Maior

Hoje, dia 4, às 22h – No restaurante «O Minhoto»
(EN n.º 1, em Rio Maior)
Apresentação dos cabeças de listas para a CM e AM

Festa CDU Almada

Na SFUAP – 13 de Outubro, às 21h
Espectáculo com
Samuel, Manuel Loureiro
Edmundo Silva, Manuel Freire
Luísa Basto

Estarão presentes **Maria Emília de Sousa**
e **José Manuel Maia,**
candidatos CDU à Câmara
e Assembleia Municipal,
e **Jerónimo de Sousa,**
que fará uma intervenção política

Viagem convívio da CDU pelo Tejo

promovida
pela CDU
Alhos Vedros
integrado
na Campanha
de Fundos

Sábado, 6,
com partida
às 7h
do Cais do Rosarinho

S. João da Madeira

Arte e cultura numa perspectiva autárquica

oradores convidados da CDU
Dr. Renato Figueiredo
Fausto Neves (músico)
Vitor Oliveira (estudante)

6ª feira
5 de Outubro
21,30h
Auditório José Afonso

ATVer

Sangue Toureiro dá-nos Amália no seu esplendor

Sangue Toureiro

(Quinta-feira, 4.10.01, TVI)

Realizado no final da década de 50 por Augusto Fraga, **Sangue Toureiro** alcançou grande sucesso na época graças, sobretudo, ao «par amoroso» que encabeçava o elenco — nem mais nem menos que **Amália Rodrigues** (a «fazer» de fadista, pois claro...) e **Diamantino Viseu** (a «fazer» de toureiro, evidentemente...), competências que ambos exerciam como ninguém, cá no burgo. A história é idiota, como o exigia a bronca censura do fascismo (um filho de latifundiário que afronta o pai ao recusar ser cavaleiro tauromáquico para acabar a... tourear a pé e a perder-se de amores por uma fadista!), mas tinha o mérito de dar amplo espaço às *faenas* de Diamantino e às grandes interpretações de Amália. Um mérito que se mantém, com acrescidas razões que o tempo foi cerzindo e a memória histórica convocando.

Quero ir para casa

(Sábado, 6.10.01, RTP-2)

Quero ir para casa é uma divertida comédia de **Alain Resnais**, com argumento de Jules Feiffer premiado no Festival de Veneza. A partir de uma acidentada viagem de um norte-americano a Paris — que, em flagrante conflito cultural, só pensa em «voltar para casa» o mais depressa possível —, Resnais reflecte com saborosa ironia sobre os preconceitos culturais que estão na base de tanto desentendimento humano, rematando com um *happy end* conciliador e apostando na capacidade do homem em aprender e se superar. Com **Gérard Depardieu**, **Adolph Green** e **Linda Lavin**, entre outros.

Lobo

(Sábado, 6.10.01, TVI)

Se há tema repisado no género fantástico-de-terror é o



sucesso de bilheteira nos dois lados do Atlântico, coloca o mito num improvável ambiente urbano de actualidade e surpreende-nos com a valorização do drama humano da transmutação do homem em «fera», quase relegando para segundo plano a exploração do horror primário que a exposição da «besta» convoca (e que, de qualquer modo, também lá está). Em certo sentido, o mito do lobisomem é aqui pretexto para algumas interessantes deambulações pelos territórios da psicologia e das emoções, onde, afinal de contas, a «fera» que habita em cada um de nós é muito mais humana que mitológica... Soberba interpretação de **Jack Nicholson**, a que **Michelle Pfeiffer** dá réplica à altura. E excelentes efeitos especiais nas transformações do homem em lobo, utilizando técnicas de que foi pioneiro o já «clássico» *Lobisomem Americano em Londres*, de John Landis.

Instinto

(Domingo, 7.10.01, SIC)

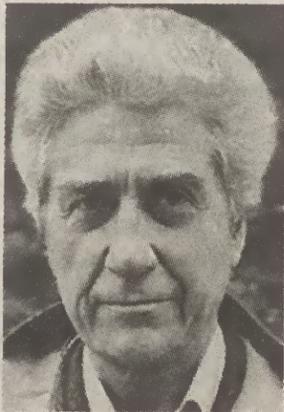
Instinto é um filme impressionante e um festival de representação de **Anthony Hopkins** no papel de um brilhante antropólogo que, após ter sido dado como desaparecido em África durante dois anos, é encontrado num hospício de alta segurança em estado de violenta loucura. Num insólito registo de *thriller* psicológico, o filme assenta na investigação levada a cabo por um psiquiatra (**Cuba Gooding Jr.**) que, a par de uma filha do treloucado antropólogo (**Maura Tierney**), procura descobrir o que lhe teria acontecido durante o seu misterioso desaparecimento nas selvas africanas para o transformar àquele ponto. O duelo psicológico, intelectual e cultural entre o antropólogo e o psiquiatra é, simplesmente, de antologia e a «chave» do mistério, tal como o surpreendente final, são de uma riqueza de sentidos raramente vista no cinema dos últimos anos. E mais não dizemos sobre este filme de mão cheia, acrescentando apenas a justa referência à contribuição de **Donald Shuterland** para a alta qualidade de todo o elenco e, naturalmente, o nome do realizador deste desarrincanço: **John Turthelbaut**, que já nos havia impressionado com *Fenómeno*, com John Travolta (também um grande actor, quando bem dirigido).

Laços Secretos

(Quarta-feira, 10.10.01, RTP-1)

Laços Secretos é um *thriller* inglês sobre as fantasias, as memórias e os anseios íntimos de um homem que deseja matar a mulher ou que a pode já ter morto mas...

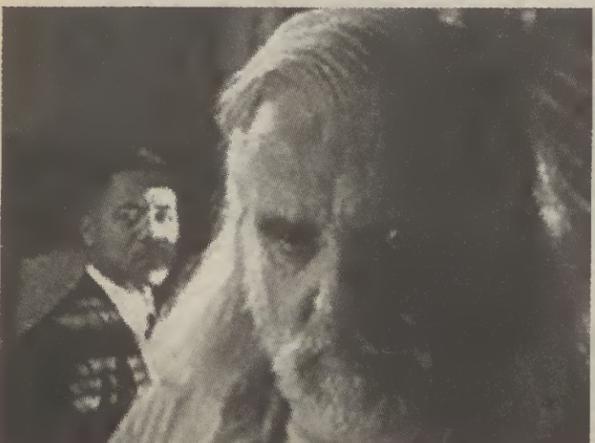
não se lembra. Drama psicológico escrito e realizado pelo dramaturgo **Dennis Potter**, que se estreia no cinema com este intrigante caso de grave disfunção psíquica, desenvolvendo um jogo demencial de culpa e ciúme. Com **Alan Bates**, um sólido actor sempre à altura do que os realizadores lhe pedem ou dele esperam.



Quero ir para casa, uma comédia deliciosa de Alain Resnais



Lobo, a «fera» que nos habita...



Instinto: um Anthony Hopkins genial, num filme de mão cheia

que mete lobisomens e afins, sendo alta a probabilidade de, em tal empresa, se dar com os burrinhos na água, que é como quem diz no *pastiche* enfadonho e/ou idiota. Pois o realizador norte-americano **Mike Nichols** teve não apenas o atrevimento de meter ombros ao desafio, como se saiu brilhantemente: **Lobo**, que mereceu um justo

Quinta, 4

▼ RTP 1

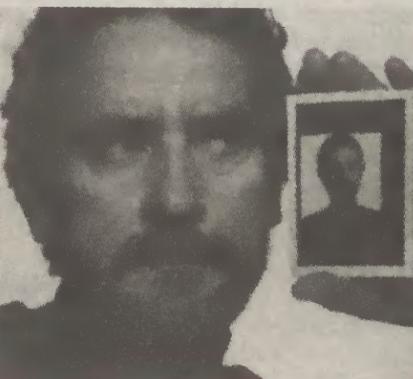
07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Paraíso Filmes
22.30 Grande Informação
24.00 Hóquei em Patins: Portugal-Brasil
01.30 24 Horas
02.10 «Angústia de Viver» (de Dennis Hopper, Can/1980, com Linda Manz, Dennis Hopper, Sharon Farrell. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Serviço Público
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Ciclismo
20.00 Atlas do Corpo Humano
20.25 Sabrina
21.00 2010
22.00 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 História do Jazz (3)
00.10 «Hiroshima, Meu Amor» (de Alain Resnais, Fr-Jap/1959, com Emmanuelle Riva, Eiji Okada. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 New Wave
17.00 Um Anjo Caiu do Céu
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira
20.00 Jornal da Noite
21.30 Porto dos Milagres
22.30 Sai de Baixo



Jiri Kylian, o inspirado coreógrafo de «Bella Figura» (Terça, na RTP2)

23.30 Noites Marcianas
01.35 Jerry Springer Show
03.20 Portugal Radical

▼ TVI

09.00 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Dona Anja
15.00 Chiquititas
16.00 Animação Juvenil
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Olhos de Água
22.50 Big Brother
00.40 Ally McBeal
02.30 «Sangue Toureiro» (de Augusto Fraga, Port/1958, com Amália Rodrigues, Diamantino Viseu, Fernanda Borsatti. *Ver Destaque*)
04.30 Os Segredos de Verónica

Sexta, 5

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Segredo de Justiça
23.00 Documentário
00.30 Histórias da Noite
01.00 24 Horas
01.30 Hóquei em Patins: Portugal-Argentina
03.00 «O Inquilino Perfeito» (de Douglas Campbell, EUA/2000, com Linda Purl, Maxwell Caulfield. *Suspense*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Documentário
15.00 Portugalmente
15.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Os Soldados Também Sonham
19.50 Atlas do Corpo Humano
20.50 Escândalos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 «Independência Já! Uma História de Pretos e Brancos» (3)
00.20 «O Meu Tio da América» (de Alain Resnais, Fr/1980, com Gérard Depardieu, Roger Pierre, Nicole Garcia, Marie Dubois. *Drama*)

▼ SIC

08.30 Buérré
12.00 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Uma Aventura
16.00 «O Primeiro Golpe» (Longa-metragem)
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira

Sábado, 6

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Senhora das Águas
16.30 Futebol: Portugal-Estónia (AA)
20.00 Telejornal
21.00 Sábado à Noite
23.00 Danza Café
00.10 24 Horas
02.00 Máquinas
02.40 «Vestida para Matar», (de Brian De Palma, EUA/1980, com Angie Dickinson, Michael Caine, Nancy Allen. *Policia*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.45 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 «O Rio do Ouro» (de Paulo Rocha, Port-Bras/1998, com Lima Duarte, Isabel Ruth. *Drama*)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Bem... Você Percebe?
22.30 Jornal 2
23.20 O Lugar da História
00.20 Britcom
01.20 «Quero Ir para Casa» (de Alain Resnais, Fr/1989, com Adolph Green, Gérard Depardieu, Linda Lavin. *Ver Destaque*)

▼ SIC

08.00 SIC a Abrir
09.00 Infantil/Juvenil
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Um Talento Especial» (de James Lapine, EUA/1993, com Michael J. Fox, Christina Vidal. *Comédia*)
16.40 «Romeu e Julieta» (de Baz Luhrmann, EUA/1996, com Claire Danes, Leonardo Di Caprio. *Drama*)
19.00 «As Filhas da Mãe» (*Makin Of*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Especial Aniversário
23.45 «A Coisa» (Mini-série, adaptação de um conto de Stephen King)



Amália, que todas as televisões recordarão, no 2º aniversário da sua morte



Até a SIC entra na onda do Jazz, trazendo Diana Krall em dia de aniversário (sábado à noite)

01.45 Musical: Diana Krall
02.45 «Baise Moi» (de Virginie Desfantes, Fr/1999, com Karen Bach, Raffaella Anderson. *Erótico*)

▼ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.15 «Bagagem Explosiva» (de Marco Brambilla, EUA/1996, com Alicia Silverstone, Benicio Del Toro. *Ação*)
17.15 Longa-metragem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Nunca Digas Adeus
22.00 Concurso «Survivor»
23.30 «Lobo» (de Mike Nichols, EUA, com Jack Nicholson, Michelle Pfeiffer, James Spader. *Ver Destaque*)
02.30 «Cyborg III - Zona de Guerra» (de Michael Schroeder, EUA/1995, com Mmalcom McDowell. *Ficção Científica*)

Domingo, 7

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
10.00 Atletismo: Maratona de Portugal
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.50 «Heróis de Telemark» (de Anthony Mann, R.Unido/1965, com Kirk Douglas, Richard Harris, David Weston, Ulla Jacobson. *Guerra*)
17.00 Imagens
18.30 Domingo Desportivo
18.50 Fórmula 1 - GP dos EUA
21.00 Telejornal
22.10 O Rosto da Notícia
23.20 Programa não designado
00.10 24 Horas

Segunda, 8

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Sorte Grande
23.00 Jogo Falado
00.30 24 Horas
01.00 «O Navegador» (de Vincent Ward, N.Zel/1988, com Bruce Lyons. *Fantástico*)

Terça, 9

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Programa não designado
23.00 JAG - Em Nome da Justiça
01.30 24 Horas
02.00 «O Príncipe Valente» (de Anthony Hickox, R.Unido-Irl-Alem/1997, com Stephen Moyer, Jodie Kidd. *Aventura*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Travessa do Cotovelo
15.00 Ciclismo
15.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.50 Atlas do Corpo Humano
20.20 Sabrina
20.50 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 EXD
23.50 Artes de Palco - Bailado
01.00 Poltergeist

▼SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 As Filhas da Mãe
15.00 A Viagem
16.15 New Wave
17.00 Um Anjo Caiu do Céu
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira
20.00 Jornal da Noite
21.15 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
01.35 Jerry Springer Show

▼TVI

08.30 Errar é Humano
09.30 Animação Infantil
12.10 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Dona Anja
15.00 Chiquititas
16.00 Animação Juvenil
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
21.30 Big Brother
01.50 A Juíza
02.50 «Sombrias na Tempestade» (de Terrell Tannen, EUA/1998, com Ned Beatty, William Bumiller. *Thriller*)

Quarta, 10

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
22.30 A Senhora das Águas
00.30 Andrômeda
01.30 24 Horas
02.00 «Laços Secretos» (de Dennis Potter, R.Unido/1991, com Alan Bates, Gina Bellman, Frances Barber. *Ver Destaque*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Ciclismo
14.30 Por Outro Lado
15.30 Portugalmente
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.50 Atlas do Corpo Humano
20.20 Sabrina
20.50 História do Cérebro
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 Serviço Público
00.20 Sinais do Tempo
01.20 Onda Curta Especial

▼SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 New Wave
17.00 Um Anjo Caiu do Céu
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira
20.00 Jornal da Noite
21.15 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
01.35 Jerry Springer Show
03.20 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Animação Infantil
10.10 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.40 Dona Anja
15.30 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Big Brother



19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.10 Causa Justa
01.10 Última Edição
02.00 «O Polício Gladiador» (de Nick Rotundo, EUA/1994, com Lorenzo Lamas. *Ação*)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

Terrorismos, meios e fins

O ataque terrorista de 11 de Setembro não tem desculpa, e talvez seja bom reafirmá-lo uma vez mais para evitar confusões nada inocentes. Não tem desculpa, mas tem explicações. Como tudo, aliás. E ter explicações é uma outra coisa que não tem nada a ver com desculpa. Alguns tenores da direita, com inevitável destaque para o doutor Pacheco e o professor Valente, obstinam-se a insinuar, quando não a afirmar claramente, que a esquerda anda a tentar desculpar os terroristas do WTC e, por extensão todos os outros, quando afirma que este e outros terrorismos têm explicação e raízes que é preciso extirpar. É claro que o senhor professor e o senhor doutor executam um passe de desonestidade intelectual: o que eles tentam é aproveitar a boleia dos terroristas para bombardearem a esquerda com mais uma impostura. Porque são muitíssimo inteligentes, ou pelo menos dessa fama não se livram e nem fazem nada para contrariar, esta circunstância constitui uma agravante: o mais certo é que os distintos cavalheiros saibam o que estão a fazer. Depois, ainda virão dizer na primeira

Hiroshima e Nagasaki, compreenda-se que me é difícil resistir à tentação de fazer o que aliás está perfeitamente dentro de uma prática de alusão e comentário a um programa muito recentemente transmitido: o «60 Minutos» que integrou a programação do SIC-Notícias no passado domingo.

Com provas vindas de Washington

O «60 Minutos» é, como se saberá, um programa *made in USA* que o SIC-Notícias (distribuído por cabo, como se sabe) transmite regularmente com apresentação de Mário Crespo. Desta vez, um dos assuntos abordados com base em documentação oficial norte-americana até há pouco tempo resguardada sob a etiqueta de «Top Secret» foi o golpe desferido no Chile em 73 de que resultou, desde logo, no assassinio do presidente Salvador Allende e, nos anos seguintes, no de muitos milhares de patriotas chilenos. Bem sei que tudo isso ocorreu a partir de Setembro de 73 e que estamos em 2001, mas ouvi dizer que os crimes contra a humanidade não prescrevem no plano da legalidade tal como não prescrevem no da moralidade elementar. Ora, é claro que o acontecido no Chile foi uma série de actos do mais feroz terrorismo, embora os terroristas tenham começado por tomar conta do Estado e assumido uma suposta legalidade que não enganou ninguém de boa-fé. Aliás, convém lembrar que o terrorismo praticado às ordens de Pinochet com o alto patrocínio dos Estados Unidos também se estendeu para lá das fronteiras chilenas e assassinou em territórios alheios, em tais casos abandonando até os mais grosseiros arremedos de legalidade. Não sei se as vítimas do terrorismo instalado no Chile e praticado também noutros países da América do Sul sempre por directa inspiração ianque foram mais ou menos numerosas que as do bárbaro ataque ao WTC: não sei, nem as quero contar para confronto, porque também não quero contar os civis inocentes que sofreram a morte atómica no Japão de Agosto de 45. Sei, isso sim, que o documentário incluído neste «60 Minutos» que veio dos Estados Unidos, não de nenhum centro de antiamericanismo militante, trouxe provas, informações e imagens verdadeiramente impressionantes. Sei que nos contou casos terríveis de terrorismo ocorridos há já muitos anos, quando nem sequer ainda o agora famigerado bin Laden tinha sido alistado nas fileiras norte-americanas da Guerra Fria. E sei também que aquele terrorismo, como todos os outros, não tem desculpa mas tem explicação, o que é uma outra coisa por muito que os doutores Pereiras e os professores Valentes façam por confundi-las. Porque, para eles, certo fim justifica todos os meios.



No 3º episódio de «História do Jazz» (hoje, na RTP2) Ellington chega ao Cotton Club...

01.50 «Um Crime sem Mácula» (de Roxanne Messina Capor, EUA/1998, com Roxanne Zal, Perry King. *Suspense*)

▼RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
12.00 Nós e os Animais
12.30 Palácio de Cristal
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Desporto 2
18.15 Amazônia, Último Aviso
19.15 Onda Curta
19.45 Simpsons
20.30 Artes e Letras - O pintor Alberto Giacometti
21.30 Os Misericórdios
22.30 Jornal 2
23.20 Travessa do Cotovelo
00.30 «A Vida É um Romance» (de Alain Resnais, Fr/1983, com Vittorio Gassman, Geraldine Chaplin, Ruggero Raimondi, Fanny Ardant. *Comédia*)
03.00 2010

▼SIC

08.00 SIC a Abrir
09.00 Infantil/Juvenil
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Não Tenho Culpa» (de Jacques Monnet, Fr/1999, com Canthier Kusniwrek, Arielle Dombasle. *Comédia*)
16.00 «Morto à Chegada» (de Rocky Morton, EUA/1988, com Dennis Quaid, Meg Ryan, Charlotte Rampling. *Thriller*)
18.00 «Instinto» (de John Turteltaub, EUA/1999, com Anthony Hopkins, Cuba Gooding, Donald Sutherland. *Ver Destaque*)
20.00 Jornal da Noite
21.10 O Espírito da Lei
22.00 Herman SIC
00.30 «Virus à Solta» (de Allan Goldstein, 1996, com Brian Bosword, David Fox. *Thriller*)
03.30 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Dawson's Creek
14.45 «Os Poderosos» (Peter Chelsom, EUA/1998, com Sharon Stone, Gena Rowlands, Harry Dean Stanton. *Comédia Dramática*)
16.30 Longa-metragem
18.15 Big Brother
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
22.50 «Rangoon» (John Boorman, EUA/1991, com Patricia Arquette, U Aung Ko. *Thriller*)
01.00 «História sem Fim» (de Charles Finch, EUA/1996, com Charles Finch, Sandrine Bonnaire, James Fox. *Drama*)



...e grandes vozes como a de Ella conquistam audiências

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 O Lugar da História
15.00 Portugalmente
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Atlas do Corpo Humano
20.20 Sabrina
20.45 Jack and Jill
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 Os Sopranos
00.20 A América de Norman Mailer (3)

▼SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 New Wave
17.00 Um Anjo Caiu do Céu
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira
20.00 Jornal da Noite
21.15 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Confiança Cega
24.00 Noites Marcianas
02.05 Jerry Springer Show

▼TVI

08.30 Errar é Humano
09.00 Animação Infantil
12.10 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Dona Anja
15.00 Chiquititas
16.00 Animação Juvenil
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Olhos de Água
23.30 Big Brother
00.40 Ficheiros Secretos
02.00 «Prisioneiro de Alta Segurança» (de Luca Bercovici, EUA/1997, com Billy Drago, Frank Zangarino. *Ficção Científica*)

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Os chibantes

A generalidade dos comentadores portugueses que falam ou escrevem nos órgãos de comunicação social têm-se aplicado, compulsiva e inevitavelmente, a discorrer sobre a imensa tragédia que o terrorismo provocou nos EUA, a que se têm juntado as mais diversas vozes, ora credenciadas por competências específicas – políticas, militares, académicas, jornalísticas, etc. – ou, simplesmente, movidas pela cidadania. E o caso não é para menos: o crime atingiu proporções inimagináveis de hediondez e barbárie e afirmou ausência de escrúpulos e capacidades organizativas aterradoras, que ameaçam tudo e todos a nível planetário. Também inevitavelmente, o discorrer sobre a tragédia fez divergir pontos de vista, abriu fracturas e polémicas e cedo contaminou este fórum informal dos meios de comunicação com o primarismo dicotómico de outros tempos, onde a realidade desce ao preto e branco e os conflitos são arrumados na sumária (e sinistra) oposição do «bem» e do «mal», do «nós» e dos «outros», da «razão» (que é sempre nossa) e da «cegueira» (que é exclusiva dos outros). Foi nesta senda que progrediram as teses do «confronto de religiões», da guerra «entre a democracia e a barbárie», do «choque de civilizações», da diabolização do «inimigo» e por aí fora, até ao regresso não apenas ao corânico (ou bíblico...) «olho por olho», mas ao próprio espírito de cruzada, na sua cristã concepção de erradicar o outro da face da terra.

Os chibantes destas teses cedo tiveram de refrear as cavalgadas face à barreira de discernimento e bom senso que de todos os lados se ergueu – incluindo nos próprios EUA –, obrigando-os a reajustar a mira e a isolar os alvos. A contragosto, lá tiveram de deslocar o «inimigo» do Islão para a perversidade fundamentalista e rectificar que a «cruzada» não era contra os muçulmanos mas contra o terrorismo, «venha ele de onde vier».

E neste «venha ele de onde vier» escarolou-se, involuntária e finalmente, a ofensiva ideológica que os chibantes perseguem à boleia da tragédia dos EUA e em flagrante oportunismo terrorista. Uma ofensiva que procura reactivar a definição de terrorismo que o imperialismo utilizava na guerra-fria, metendo no mesmo saco as lutas de libertação colonial em África e os crimes das Brigadas Vermelhas em Itália, as revoluções emancipadoras e os cartéis da droga na América Latina, a legitimidade heróica da resistência vietnamita e a hedionda perversidade dos «khmers vermelhos» de Pol Pot, a luta encurralada dos palestinianos contra a ignomínia da opressão sionista e as selvajarias do fundamentalismo islâmico (para só darmos alguns exemplos), elidindo, ao mesmo tempo, que o lado criminoso e vil destas dicotomias cinicamente amalgamadas sob a mesma etiqueta de «terrorismo» – Brigadas Vermelhas, cartéis da droga, Pol Pot, fundamentalismos islâmicos e etc. – era e é invariável e sistematicamente pago, incentivado, protegido ou criado pelo imperialismo, com os EUA na liderança.

Nada disso interessa aos chibantes. Para eles, apenas importa fixar a teoria de que o terrorismo é uma deformação civilizacional de geração espontânea que tem por matriz a perversidade, tenha ela origem nos «fundamentalismos» à volta dos livros sagrados ou nos «extremismos» acobertados nas «legítimas utopias» de justiça social. E há que exterminá-los, evidentemente.

De fora – sem existência, nexos ou causalidade –, fica entretanto a realidade toda, que se agrava dia a dia no mesmo de sempre: a brutal ignomínia de, hoje, um terço da humanidade estar diariamente a morrer à fome, outro terço a estrebuchar na miséria para que o terço restante – o das gloriosas democracias e culturas ocidentais – possam, civilizadamente, banquetear-se com o planeta inteiro.

Na verdade, é dramaticamente urgente extirpar o terrorismo na fonte – o imperialismo, de que os chibantes são miseráveis títeres.

Para começar, há que destruir o terrorismo já global desta tragédia, punindo os responsáveis e secando-lhes, em absoluto, meios e opções. O que coloca o imperialismo na insólita emergência de se reformular...

Campanha do PCP com resultados animadores

Aveiro duplica a meta

No final de mais um dia de contactos, a organização regional de Aveiro anunciou anteontem que a meta para a recolha de assinaturas no distrito passava de 5 para 10 mil.

A decisão foi anunciada numa conferência de imprensa, que culminou mais uma jornada de contactos, com elevação do sucesso, nos concelhos de Santa Maria da Feira e de Aveiro, e que contou com a participação de Jerónimo de Sousa. Para além deste membro da Comissão Política do Partido, usaram da palavra, no encontro com a comunidade social, os camaradas João Frazão, responsável pela Organização Regional de Aveiro, e Joaquim Almeida da Silva, da Comissão Executiva da DORAV.

João Frazão deu a conhecer que, em duas semanas, foram recolhidas 4687 assinaturas, facto que «leva-nos já a estabelecer como novo objectivo de trabalho a recolha de 10 mil assinaturas, ou seja o dobro do inicialmente previsto». Informou que foram realizadas iniciativas em cerca de quatro dezenas de locais de trabalho, bem como em centros de transportes, em mercados e feiras e em centros urbanos de 12 dos 19 concelhos do distrito.

Joaquim Almeida da Silva, que exerce o cargo de coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro, considerou o abaixo-assinado como uma iniciativa conveniente e oportuna. Enumerou diversas situações em que os salários praticados no distrito estão longe do salário médio nacional, nomeada-

mente no sector têxtil, vestuário e calçado, onde predomina o salário mínimo nacional, no sector corticeiro e na indústria das madeiras. Esta campanha, salientou, poderá ter «reflexos positivos na acção do dia 7 de Novembro, promovida pela CGTP».

Jerónimo de Sousa alertou que «tanto o Governo como os senhores do dinheiro, acolitados por alguns seguidores do neoliberalismo, ensaiam, no quadro do Orçamento

gulamentados e maior flexibilização da legislação laboral, recordando que muitos dos nomes visíveis daquela associação patronal são quem mais beneficiou da utilização dos fundos comunitários e da enorme exploração dos trabalhadores portugueses.

Jerónimo de Sousa destacou a importância do desenvolvimento e do sucesso desta campanha, sublinhando que, bastando quatro mil assinaturas para promover a discussão de um assunto na Assembleia da República, o PCP, ao recolher 100 mil assinaturas – número nunca alcançado em iniciativa deste tipo por um partido político português – envia ao Governo um sinal muito claro do descontentamento dos portugueses e da sua exigência de melhores

Os bons resultados já obtidos são um estímulo para intensificar a recolha de assinaturas



Há acrescidas razões para milhares de trabalhadores subcreverem o abaixo-assinado do PCP, como foi salientado anteontem em Aveiro

de Estado e nos processos negociais da contratação colectiva, uma tentativa clara de desvalorizar os salários». Denunciou a «nova ambição» da AEP, de conseguir 150 mil despedimentos na Administração Pública, a contenção dos salários, horários de trabalho desre-

salários e melhores condições de vida. Questionado por um jornalista sobre o estado da campanha a nível nacional, Jerónimo de Sousa, ressaltando o facto de o balanço estar em permanente actualização, adiantou que o número global já atingiria as 35 mil assinaturas.

Candidatos do PCP em Lisboa

António Abreu e João Amaral encabeçam as listas do PCP, integrado na coligação Amar Lisboa, aos órgãos autárquicos da capital. Realizada ontem na Casa do Alentejo, a apresentação contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que destacou o importante con-

tributo dado pelos eleitos comunistas ao trabalho realizado pela coligação. «Num quadro de afirmação da sua própria identidade e de uma leal cooperação com os seus parceiros de coligação, os eleitos do PCP têm contribuído com o seu trabalho para uma gestão marcada pela participação e envolvi-

mento populares em muitas áreas da gestão municipal», assinalou o dirigente comunista, que realçou o trabalho em áreas como a educação e a juventude, o desporto, o ambiente e a reabilitação urbana, o saneamento, as festas da cidade, da responsabilidade dos eleitos do PCP. Sobre o trabalho da

autarquia, o secretário-geral assinalou que, para além da bonita reabilitação do Rossio e Praça da Figueira, face mais visível, existem as intervenções diárias e menos visíveis como é o caso dos esgotos que libertou a cidade das cheias na 24 de Junho e na baixa, «como é o caso da reabilitação dos Bairros históricos para as populações residentes e não para a segunda habitação das camadas mais endinheiradas, como é o caso dos Jogos de Lisboa que movimentam mais de 30 000 jovens ocupando os seus tempos livres».

Os actuais vereadores Rita Magrinho, Alexandra Gonçalves e Manuel Figueiredo seguem-se ao primeiro candidato do PCP, o também vereador António Abreu.

Molin

Contra o «acto de terrorismo» que é a destruição de «uma empresa portuguesa, viável, com 160 postos de trabalho, facturando um milhão e 700 mil contos e que é uma referência cultural», deslocaram-se anteontem a Lisboa dezenas de trabalhadores da Molin. Concentraram-se no Largo de Camões (onde o deputado Vicente Merendas lhes expressou total solidariedade do PCP) e foram de seguida ao Ministério da Economia exigir a reactivação da empresa.



100 MIL

assinaturas
POR SALÁRIOS MAIS JUSTOS
MAIS QUALIDADE DE VIDA



Assine!

PCP

Próximas iniciativas

Até ao momento de encerramento, no dia 27, muito trabalho vai ainda ser feito em todo o País.

Para amanhã, de manhã, está marcada uma iniciativa na Praça da República, em Viana do Castelo, distrito onde, durante a corrente semana, foram recolhidas assinaturas em cerca de 30 empresas.

Também para distribuição de documentos e recolha de assinaturas, das ações agendadas no Porto destaca-se, na próxima segunda-feira, às 14,30 horas, uma iniciativa à porta da Leat. A Autoentropa, vários hipermercados e agências bancárias, Refrige, Secil e Parmalat são alguns nomes que surgem na programação da OR de Setúbal.

